



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Título da Dissertação

**Impacto do Contributo da Cruz Vermelha Internacional
no Desempenho da Missão Humanitária,
com Realce em Angola e na Namíbia**



Autor:

Valter Bombo Guange Quifica

Orientador:

Professor Doutor Silvério da Rocha Cunha

Co-Orientador (es):

.....

Évora, Maio de 2011

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Título da Dissertação

**Impacto do Contributo da Cruz Vermelha Internacional
no Desempenho da Missão Humanitária,
com Realce em Angola e na Namíbia**

Autor

Valter Bombo Guange Quifica

Orientador:

Professor Doutor Silvério da Rocha Cunha

Co-Orientador (es):

Índice

Introdução.....	10
Capítulo 1: Cruz Vermelha (CV) Internacional	
1.1. Origem e componentes do Movimento Internacional	16
1.2. Visão e missão.	22
1.3. Estratégia 2020	23
1.4. Conceitos e Princípios Fundamentais	24
1.5. Principais trabalhos/ Actividades	28
1.6. Importância do trabalho do Voluntariado	31
Capítulo 2: Distintos Ramos do Direito	
2.1. Conceito de Direito e de Direito Internacional Humanitário (DIH).....	34
2.2. Convenções de Genebra	35
2.3. Direitos fundamentais dos cidadãos	39
2.3.1. Direitos sociais	41
2.3.2. Direito ao desenvolvimento	41
2.4. Alguns desafios na aplicação do DIH.	42
2.4.1. Direito de protecção de bens culturais	43
2.4.2. Direito de protecção de grupos mais vulneráveis e seus bens	44
Capítulo 3: Conceito e desafios na implementação da missão humanitária	
3.1. Conceito de missão humanitária.....	45
3.2. Desafios na implementação da missão humanitária.....	46
3.2.1. Mudanças climáticas	46
3.2.1.1. Tabelas estatísticas de impactos de desastres naturais.	51
3.3. Conflitos religiosos e violência.....	52
Capítulo 4: Contributo da Cruz Vermelha em Angola (CVA)	
4.1. Angola – Contexto geográfico, económico e social.	54
4.2. Historial, objectivos, missão e valores da CVA	57
4.3. Prioridades estratégicas e actividades	61
4.4. Principais desafios ao trabalho humanitário	84
4.5. Resumo dos programas implementados em 2008.	85
Capítulo 5: Contributo da Cruz Vermelha na Namíbia (NRCS)	
5.1. Namíbia – Contexto geográfico, económico e social	86
5.2. Historial, objectivos, missão, visão e valores da NRCS	87
5.3. Prioridades estratégicas e actividades.....	89
5.4. Principais desafios ao trabalho humanitário.	108
Capítulo 6: CONCLUSÕES	
6.1. Algumas lições aprendidas e principais sugestões.	110
Bibliografia.	116
Índice Remissivo.	118

Agradecimentos

O presente documento é produto de uma pesquisa e colaboração de amigos, trabalhadores, professores, representantes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e familiares.

Pela carência de material de consulta existente nas bibliotecas nacionais em Angola, no que tange a informação e ou de livros sobre o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a concepção, desenvolvimento e conclusão do presente trabalho de dissertação tornou-se realizável graças o pleno e incondicional apoio de alguns trabalhadores do referido movimento, amigos, contemporâneos e familiares, que se dignaram oferecer ideias, livros, referências de websites e entrevistas.

De igual modo, o autor enaltece o valioso contributo providenciado por alguns membros de comunidades em algumas províncias de Angola através de conversas verbais e de entrevistas, que serviram de alicerces na colheita de elementos e ou dados que viabilizaram a elaboração do presente estudo.

Com particular destaque, o autor agradece o aconselhamento providenciado pela Senhora Domingas Guange, sua mãe, na escolha do tema desta dissertação. Partindo da mesma dinâmica, o autor também reconhece e agradece o apoio incondicional recebido de outros membros de sua família, nomeadamente, os irmãos Tito, Noémia, Figueiredo, Agarrito e Nelson Quifica, as Cunhadas Victória, Sandra e Ana Quifica, a esposa Francisca e os filhos Wilmer, Whitney, Walcis e Wagner Quifica, que no dia-a-dia viveram e suportaram a fase de planificação, execução, e conclusão desta obra.

Adicionalmente, o autor agradece também o apoio moral do seu colega de Mestrado, Samuel Gonçalves, e em especial do seu Professor, o Doutor Silvério da Rocha Cunha, que desde o momento da concepção da ideia até a elaboração da presente dissertação, encorajou-o a prosseguir, particularmente por o assunto referir-se ao papel da Cruz Vermelha Internacional, considerada como a maior organização humanitária internacional de todos os tempos.

Finalmente, o autor dedica um grande e especial agradecimento a Deus pela ajuda espiritual, orientação, conhecimento, protecção e tudo quanto fez para que a o presente trabalho fosse exequível, e claramente reflectisse o propósito para o qual foi elaborado.

Resumo

A iniciativa assumida neste trabalho visa procurar, recolher, analisar e apresentar, de maneira clara e objectiva, dados sobre o trabalho da Cruz Vermelha Internacional e do Crescente Vermelho ao longo dos tempos em torno do mundo, com particular destaque em Angola e na Namíbia, países situados na Região da África Austral, no Continente Africano.

A análise constitui uma reflexão sobre o impacto das actividades humanitárias da Cruz vermelha e documenta algumas políticas e práticas que afectam os fluxos de serviços de ajudas de alívio na zona mais a sul do continente Berço da Humanidade.

O presente trabalho integra seis (6) capítulos diferentes, onde o primeiro versa sobre origem, os componentes e o processo de integração do movimento, assim como os objectivos, missão, trabalhos, importância do voluntariado e algumas políticas e regulações da Cruz Vermelha Internacional.



O segundo capítulo trata de enfatizar a importância e desafios da Cruz Vermelha Internacional na aplicação do Direito Internacional Humanitário, assim como de alguns direitos fundamentais dos cidadãos, no processo de realização do trabalho humanitário da Cruz Vermelha. De igual modo, é nesta parte do texto onde o autor aborda, com certo destaque, a questão das Convenções de Genebra e dos seus Protocolos adicionais.

Os desafios e os obstáculos verificados na implementação da estratégia da missão humanitária da Cruz Vermelha Internacional encontram-se reflectidos no Capítulo 3. Mais concretamente, este capítulo destaca o conceito da missão humanitária, os actuais desafios do movimento face as fortes mudanças climáticas e outros desastres

e, mobilidades populacionais, bem como uma tabela estatística que reflecte alguns impactos provenientes de desastres naturais.

No quarto e quinto capítulos encontram-se reflectidas algumas experiências humanitárias, desafios e prioridades estratégicas das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha Internacional em Angola e na Namíbia, no processo de protecção de vidas de famílias, através da implementação de programas e projectos direccionados à identificação de riscos, redução de vulnerabilidade, prevenção sobre o HIV e SIDA, saúde social e outros tendentes a melhoria do estado de vivência das populações mais desfavorecidas.

Finalmente, o último ou sexto capítulo contém as conclusões que integram algumas lições aprendidas, bem como principais sugestões e ou recomendações, visando, futuramente, melhorar o desenvolvimento do trabalho da organização, facto que grandemente proporcionará positivo impacto na vida de comunidades vulneráveis de vários países do mundo, particularmente em Angola e na Namíbia.

Palavras-chave:

Angola, Namíbia, Cruz Vermelha Internacional, África Austral, mudanças climáticas, comunidades vulneráveis, metas do desenvolvimento do milénio, Federação Internacional, Henry Dunant, estratégia, Comité Internacional da Federação Internacional, segurança alimentar, prevenção, alívio, risco, estratégias, desenvolvimento, contingência, abrigo, necessidades, parcerias, desafios, direito humanitário, aviso prévio, Agenda Global da Federação Internacional da Cruz Vermelha, Desenvolvimento, Caridade, Sustentabilidade, Calamidades, Convenções de Genebra, trabalho do Voluntariado, Direito Humanitário Internacional, e Sociedades Nacionais.

Title: The Impact of the Humanitarian Mission of the International Red Cross, with Emphasis in Angola and in Namibia

Abstract

The initiative assumed on this work tend to search, collect, analyze and present, in a clear and objective manner, data about the work of International Red Cross and Red Crescent all over the times around the world, with particular emphasis in Angola and Namibia, countries located in the Southern African Region, in the African Continent.

The analysis constitutes a reflection on the impact of the humanitarian activities of the Red Cross and document some politics and practices that affect the flowing of services and relief aids on the zones more in the Southern African continent, the Cradle of Humanity.

The present work integrates six (6) different chapters, where the first deals with the origin, the components and the process of the movement integration, as well as the objectives, mission, works, importance of volunteering and some politics and regulations of the International Red Cross.



**Our world is in a mess.
It's time to make your move.
ourworld-yourmove.org**

The Second Chapter manages to emphasize the importance and challenges of the International Red Cross on the application of the International Humanitarian Law, as well as of some fundamental rights of citizens, in the process of implementation of Red Cross Humanitarian work. Similarly, it is on this part of the text where the Author approaches, with some outstanding, the issue of the Geneva Conventions and its Additional Protocols.

The challenges and obstacles observed on the implementation of the strategy of the humanitarian mission of International Red Cross are reflected in Chapter 3. More precisely, this chapter points out the concept of the humanitarian mission, the actual challenges of the movement due to the strong climate changes and other disasters and the populations mobility's, as well as a statistical table that reflects some impacts proceeding from natural disasters.

On the fourth and fifth Chapters are reflected some humanitarian experiences, challenges and strategic priorities of the International Red Cross and Red Crescent National Societies in Angola and in Namibia, in the process of protecting the lives of families, through the implementation of projects and programs aimed to identify risks, reduce vulnerability, prevent HIV and AIDS, and social health and others tending to improve the living status of the most unfavorable populations.

Finally, the sixth or last Chapter contains the conclusions which integrates some lessons learned, as well as the main suggestions and or recommendations, tending to improve the development of the organization's work in the future, fact that greatly will provide positive impact on the lives of the most vulnerable communities in various countries of the world, particularly in Angola and in Namibia.

Key words:

Angola, Namibia, International red Cross, Africa Austral, climate changes, vulnerable communities, Millennium Development Goals, International Federation, Henry Dunant, strategy, International Committee, International Federation, food security, prevention, relief, risk, strategies, development, contingency, shelter, needs, partners, challenges, humanitarian right, early warning, Global Agenda of the International Federation of Red Cross, Development, Charity, Sustainability, Calamities, Geneva Conventions, voluntary work, International Humanitarian Right, and National Societies.

Introdução

O presente trabalho de investigação ou dissertação tem como objectivo geral mostrar o grande papel da Cruz Vermelha Internacional, visando, especificamente, realçar o trabalho dessa organização humanitária em todo o mundo, com particular realce em Angola e na Namíbia, 2 (Dois) países da África Austral. Essa parte regional do continente Africano é composta por 10 (Dez) países, nomeadamente, África do Sul, Angola, Namíbia, Lesotho, Zimbabwe, Zâmbia, Swazilândia, Moçambique, Botswana, e Malawi, situa-se na parte Sul do continente “Berço da Humanidade ¹”.

Considerada por muitos como a maior organização humanitária internacional de todos os tempos, a Cruz Vermelha Internacional tem enfrentado consideráveis desafios no cumprimento da sua missão, particularmente nos países em vias de desenvolvimento, mais concretamente no continente Africano.

Movida pela sua missão humanitária, que consiste em *“aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis, onde quer que esteja, mobilizando o poder da humanidade”*, a Cruz Vermelha Internacionl tem procurado implementar estratégias e metodologias que visem facilitar o provimento da referida assistência.

Falar de assistência humanitária em países da África Austral² implica debruçar-se sobre os grandes investimentos financeiros, humanos e materiais que a Cruz Vermelha vem utilizando na criação de condições dignas de saúde e de protecção da vida humana, em benefício das populações mais vulneráveis nessa parte do Africano.

A assistência humanitária no mundo em geral, e na África Austral em particular, é muito onerosa e reactiva, pois, a maioria das actividades e projectos aí implementados

¹ Berço da humanidade: segundo o ponto de vista arqueológico, o berço da humanidade pode ter sido na África face as descobertas de fósseis. Por exemplo, tanto na África do Sul como no Grande Vale do Rift, entre o Quénia e a Etiópia, foram encontrados restos de homínídeos – e do próprio género *Homo* – datados em vários milhões de anos e as de homínídeos são incidentes dessa região. No entanto, devido a outros fatores, como tempo de existência, civilização e religião, o pequeno país no oriente médio Líbano é reconhecido pelos historiadores como berço da humanidade.

² África Austral: Integra os 10 países situados na zona sul do continente Africano, nomeadamente, Angola, Namíbia, África do Sul, Botswana, Zimbabwe, Lesotho, Malawi, Swazilândia, e Moçambique, Zâmbia.

são de carácter de alívio e muito poucos incorporam aspectos tendentes a criação de mecanismos e capacidades direccionados a vertente de desenvolvimento sustentável.

No presente trabalho, o autor apresenta parte da trajectória histórica percorrida pela Cruz Vermelha Internacional, desde a sua criação, há mais de 150 anos, até aos dias de hoje. De igual modo, a reflexão sobre o trabalho dessa organização inclui particularidades que mostram o processo de integração e composição do Movimento Internacional desse Movimento humanitário.

Por outro lado, algum destaque é conferido à participação e dedicação abnegada e incansável dos valorosos Voluntários da Cruz Vermelha, que constituem o alicerce basilar e o garante da implementação activa, incessante e eficiente das diversas e dinâmicas actividades humanitárias do Movimento, nos diferentes cantos do planeta.

Constatações diversas mostram que os actuais e principais desafios vividos na efectivação de actividades de assistência humanitária são fundamentalmente ocasionados pelas constantes e crescentes mudanças climáticas, as grandes mobilidades populacionais e as novas pandemias.

Assim, dentro dos principais eixos estratégicos da Cruz Vermelha Internacional, especial decalque é direccionado aos Projectos de Redução de Risco de Desastres, Posicionamento Antecipado de Stocks de Alívio, Segurança Alimentar, Prevenção de HIV/SIDA, Buscas e Reunificação de Famílias, e Diplomacia Humanitária. Ao longo da presente abordagem far-se-á, também, referência sobre algumas das soluções de países africanos a serem implementadas no processo de assistência aos mais vulneráveis.

O estudo é também de vital importância, pois, por facilitar o conhecimento e entendimento mais abrangente do grande e voluntário trabalho desenvolvido pela Cruz Vermelha Internacional, pode servir de advocacia na mobilização de outros potenciais agentes sociais, a juntarem-se a grande e incontornável causa humanitária comum.

Importa realçar-se que, o grande impacto ocasionado, em quase todos os países do mundo, que estão a ser e ou foram afectados por conflitos naturais, armados e de natureza diversa tais como por degradação de recursos naturais, e transformações do

meio ambiente, do clima e dos recursos naturais, tem elevado e encarecido os grandes desafios da Cruz Vermelha Internacional.

De igual modo, o estudo mostra que o trabalho dessa grande organização humanitária é também motivado pelas transformações e ou situações de convivência decorrentes nas redes sociais, familiares, étnicas e religiosas. No mesmo sentido, as proximidades culturais, as oportunidades de migração sazonal³ e os conflitos civis têm sido causas graves e determinantes na constituição e existência de diversas movimentações populacionais.

Em função desses desafios, o volume das assistências humanitárias promovidas pela Cruz Vermelha Internacional, particularmente, aos países em vias de desenvolvimento tem crescido consideravelmente. Destaca-se mesmo que, na maioria das situações vividas, as ajudas recebidas se transformaram em importantes fontes de sobrevivência.

Nesse contexto, observa-se um grande e renovado interesse entre diferentes actores da sociedade civil, Organizações Não Governamentais⁴, Governos locais e a comunidade internacional, no que tange ao provimento de grandes ajudas humanitárias que criam alívio do sofrimento humano, mais destacadamente na redução dos índices de pobreza e no desenvolvimento económico e social das comunidades mais vulneráveis.

Geralmente, as assistências humanitárias deveriam constituir uma fonte suplementar temporária de rendimentos para os beneficiários, e não uma garantia de sobrevivência. Em outras palavras, os apoios fornecidos às populações necessitadas deveriam ser utilizadas simplesmente para a satisfação das necessidades primárias de

³ Sazonal: relativo a uma certa estação do ano, i.e., Primavera, Inverno, Verão, Outono.

⁴ Organizações Não-Governamentais: As Organizações não governamentais (ou também chamadas de organizações não governamentais sem fins lucrativos), também conhecidas pelo acrónimo **ONG**, são associações do terceiro sector, da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade. Estas organizações podem ainda complementar o trabalho do Estado, realizando ações onde ele não consegue chegar, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas, para tal fim. Atualmente estudiosos têm defendido o uso da terminologia *organizações da sociedade civil* para designar as mesmas instituições.

saúde, alimentação, educação, e habitação, para que o papel interventivo das organizações humanitárias tivesse maior abrangência internacional.

Assim, ao analisar-se o papel desempenhado pela Cruz Vermelha Internacional é deveras imperioso entenderem-se as características das suas ajudas humanitárias e dos seus impactos sobre a vida dos beneficiários, visando, dentre outros, criarem-se sistemas e metodologias que contribuam na melhoria e desenvolvimento das condições de vida das comunidades assistidas.

Metodologia

A investigação foi baseada numa combinação de métodos de recolha de dados, incluindo a revisão da literatura relevante, inquéritos no local de trabalho, e entrevistas individuais com alguns membros de comunidades e trabalhadores da Cruz Vermelha Internacional.

A metodologia prevista para análise dos dados colhidos será a qualitativa, pois, pretende-se enfatizar a descrição, e a informação pesquisada.

De maneira geral, a metodologia aplicada teve o seu enfoque em:

- Leituras e análise de documentos oficiais;
- Enquadramento de acções realizadas no âmbito dos Programas implementados pela CV/CV;
- Apresentação do historial e políticas do Movimento Internacional da Cruz Vermelha;
- Caracterização dos diferentes actores do Movimento e suas responsabilidades;
- Análise de documentos estatutários;
- Entrevistas a alguns interlocutores de algumas comunidades seleccionadas;
- Inquéritos por questionário a certos trabalhadores do Movimento.

Importa dizer que, no processo de pesquisa de informação, o autor beneficiou da colaboração de colegas de trabalho residentes na Namíbia, na África do Sul, em Portugal e na Dinamarca.

O estudo foi baseada na combinação de técnicas, procedimentos, e métodos de recolha de informação, que dentre vários aspectos integrou a realização de inquéritos, entrevistas, e revisão de alguma literatura. Alguns grupos focais foram também congregados e inquiridos em Angola e na Namíbia para verificar e complementar os resultados dos inquéritos individuais.

Em função das dificuldades constatadas na identificação e recolha de informação, as pessoas entrevistadas foram seleccionadas sem obediência a critérios rígidos. Por isso, para que tal acontecesse, bastava que o entrevistado tivesse um aceitável conhecimento do trabalho desenvolvido pela Cruz Vermelha Internacional a nível local e ou mundial.

E, em função dessas dificuldades, a maioria das pessoas inquiridas são trabalhadores da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em Angola, na Namíbia, em Portugal e em Genebra, através de questionários via e-mail.

De igual modo, em alguns países tais como em Angola, houve necessidade de realização de entrevistas com alguns Sobas e outros Anciãos de Aldeias, pois na qualidade de líderes tradicionais, tinham melhor domínio sobre as assistências recebidas ao longo dos tempos, de organizações humanitárias nacionais e ou internacionais. O objectivo principal do contacto com esses grupos consistiu na recolha de dados práticos sobre as actividades dos vários agentes humanitários, pois é, finalmente, nas comunidades onde todo o trabalho planificado se implementa. Adicionalmente, é das constatações desses grupos vulneráveis que se pode obter a verdadeira aceitação ou não das ajudas providenciadas às comunidades

Finalmente, importa enfatizar que a recolha de dados para o presente trabalho foi bastante difícil em função da escassez de informação e ou base de dados com matérias sobre os trabalhos de organizações humanitárias em África. Foi partindo dessa realidade que, as principais fontes de informação, para a abordagem aqui apresentada, foram os registos e livros da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Porém, o conhecimento adquirido, após a realização deste estudo, é bastante compensador e gratificante não apenas por conseguir alguma matéria que permitiu ao autor escrever o seu trabalho académico, mas fundamentalmente por facilitar-lhe a compreensão sobre o grande trabalho implementado pelas organizações de assistência humanitárias. De igual modo, a reflexão em torno do presente estudo, cativou-lhe a tentar ser participe na luta humanitária desenvolvida não só pela Cruz Vermelha Internacional mas por todos os agentes sociais, cuja missão tem como objectivo de minimizar o sofrimento dos mais vulneráveis, em qualquer ponto do planeta, onde seja necessário.

Capítulo 1: Cruz Vermelha (CV) Internacional

1.1. Origem e Componentes do Movimento Internacional

Ao debruçar-se sobre o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (CV/CV), está a se tratar da maior organização humanitária internacional de todos os tempos, com representatividade em cerca de 187 países do mundo, através dos seus diferentes membros, mais concretamente as Sociedades Nacionais dos países membros. Assim sendo, para se ter uma ideia mais clara e objectivada dessa grande organização⁵, é importante realçar-se o processo pelo qual se fundou, assim como o empenho dos seus primordiais e principais fundadores e actores.

Não obstante o facto de nas suas origens a guerra ser caracterizada pela ausência de qualquer lei para além da lei do mais forte, “o progresso de ideias, a necessidade de os beligerantes preservarem o seu potencial humano, o medo de represálias e fundamentalmente a tomada de consciência do carácter irracional, inútil e economicamente prejudicial das destruições e massacres totais, levaram os homens a considerarem de modo diferente os vencidos em combates”⁶. É partindo dessa causa primária que, vários intervenientes individuais e ou colectivos foram fazendo ecoar suas vozes e ideais no sentido de se observar e fornecer maior moderação, tolerância e espírito de inter-ajuda entre os homens.

Henry Dunant, primogénito de cinco (5) filhos de um casal próspero e respeitado, nasceu no dia 8 de Maio de 1829, em Genebra, na Suíça, cidade situada às margens de um lago e cercada de montanhas.

Por considerável tempo, os pais de Henry sempre estiveram dedicados a causas religiosas dentre as quais a da Igreja do Despertar, a qual, difundindo o princípio da fé ligada à caridade, pregava enaltecendo que, “quanto mais fosse a riqueza de um homem,

⁵ Organização: Palavra também conhecida como Instituição, associação, ou Sociedade Nacional

⁶ Informação obtida do site: www.ifrc.org da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV/CV)

mais ele deveria doar aos necessitados”, assim como os princípios da unidade, cooperação e respeito mútuo”⁷

Influenciado pelo trabalho cristão de seus pais, Henry Dunant participou, desde jovem, em várias actividades de igrejas direccionadas ao apoio aos mais pobres, facto que lhe levou em considerar “ser um dever religioso a utilização de suas condições de talento e êxito profissionais na luta em benefício dos pobres”⁸. Dentre as suas grandes participações em trabalhos religiosos, destaca-se a sua sugestão na fundação de uma União Mundial de Associações Cristãs de Moços, que se reunia anualmente e de maneira rotativa nos países membros.

Movido pelo princípio de ajudar os pobres, a compaixão de Dunant pelas pessoas subjugadas e oprimidas estendeu-se ao sofrimento dos escravos da época, onde mulheres, crianças e homens negros trabalhavam arduamente e morriam como se fossem propriedade dos homens brancos.

Para além da sua dedicação a causas religiosas, Henry Dunant também era homem de negócios devoto, que chegou mesmo a implantar uma fazenda e um moinho de milho na Argélia, acto que foi possível graças a alguns financiamentos e ajudas obtidos de amigos e familiares. No entanto, com o decorrer dos tempos e devido a sua grande dedicação à causa da Cruz Vermelha, Dunant não teve mesmo tempo para se dedicar profundamente aos seus negócios e fazê-los prosperar. É assim que, visando melhorar o seu empenho no desenvolvimento das suas actividades pessoais, “Nos dois anos seguintes tentou colocar os seus negócios em ordem, já que deles se havia descuidado para dedicar-se, com afinco, ao trabalho humanitário, no qual se envolvera profundamente. Infelizmente, para sua desgraça, Dunant não se havia dado conta da péssima situação financeira em que se encontrava”⁹.

Porém, apesar desse seu desejo, várias circunstâncias tais como algumas relacionadas com a sua cidadania o impediram de ter sucessos nos negócios. Em outras palavras, o principal obstáculo na empreitada em Argélia residia na tentativa de obtenção de concessões para explorar quedas de águas necessárias ao funcionamento

⁷ BROWN, Pawn, p.8, Benfeitores da Humanidade, 1988

⁸ BROWN, Pawn, p.8, Benfeitores da Humanidade, 1988

⁹ BROWN, Pawn, p.29, Benfeitores da Humanidade, 1988

dos seus moinhos na Argélia, uma vez que, no momento, aquele país situado no Norte de África era uma colónia Francesa e Henry Dunant um cidadão Suíço.

Ao se aperceber que Napoleão III se encontrava no campo de batalha em Solferino, na Itália, Dunant foi a procura do Monarca Francês no sentido de obter as ditas concessões, havendo assim chegado no dia 24 de Junho de 1859, momento em que coincidentemente se desenrolava a Batalha de Solferino.

Na sua deslocação à Solferino, cidade localizada no Norte de Itália, Henry Dunant teve a pretensão de conversar e conseguir de Napoleão III um auxílio nos negócios que implementava na Argélia. No entanto, ao chegar em Solferino, Henry Dunant deparou-se com uma grande e sangrenta batalha entre os exércitos Austríaco e Francês. Ao deparar-se com tão cruel realidade, “Dunant ficou aterrorizado com a ferocidade dos ataques, nos quais, não havia a menor piedade com os feridos e, homens transformados em feras os matavam, inumanamente, com os cabos das suas espingardas”¹⁰.

No meio do ensurdecido roncamento dos canhões, do troar da artilharia pesada, do matraquear das metralhadoras, do silvar das balas e do grito dos homens, Dunant constatou que nenhum tipo de assistência estava sendo prestada às vítimas da guerra, apesar de os feridos implorarem desesperadamente por auxílio. “Alguns combatentes tinham camaradas agonizantes ao seu lado mas, pouco podiam fazer para minimizar-lhes o sofrimento. Não havia medicamentos, nem comida, nem água”¹¹.

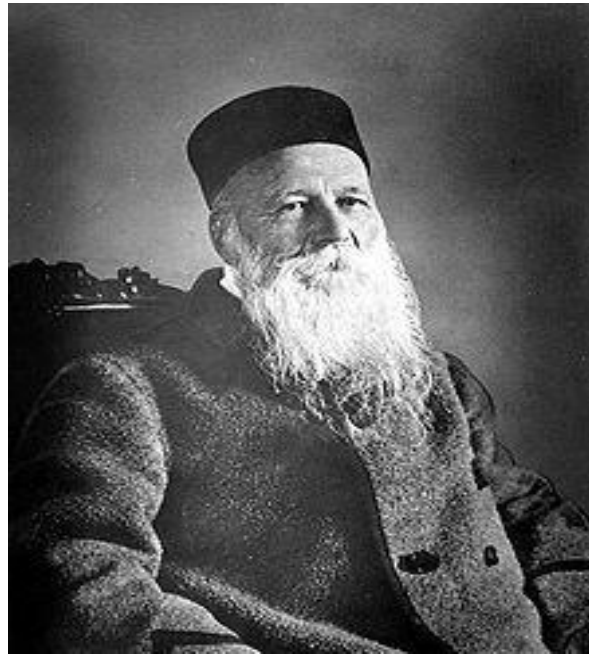
Foi assim que, ao observar tal realidade e apesar de ser homem de negócios, Dunant não se manteve impune pois o sofrimento que testemunhou influenciou-lhe a mudar o curso de sua vida e a de milhões de pessoas, oferecendo mesmo a sua ajuda voluntária às vítimas de guerra.

Percorridos pouco mais de 3 (três) anos, Henry Dunant regressou ao seu país onde, ainda influenciado pelas tristes experiências vividas em Solferino, escreveu um livro intitulado “Uma Recordação de Solferino”, cuja 1ª Edição foi publicada em Novembro de 1862, no qual relatou as suas memórias registadas da batalha, integrou

¹⁰ BROWN, Pawn, p.12, Benfeitores da Humanidade, 1988

¹¹ BROWN, Pawn, p.5, Benfeitores da Humanidade, 1988

algumas propostas de soluções políticas e, lançou o repto para a criação de sociedades nacionais de auxílio humanitário, bem como de regras mínimas a serem respeitadas em tempo de guerra”¹². De igual modo, Dunant aproveitou a necessidade de adopção de uma Convenção que garantisse a protecção dos soldados feridos e do pessoal médico em campos de batalhas.



Henry Dunant, Fundador da CV/CV Internacional

A “Recordação de Solferino”, livro no qual o autor retrata não apenas a carnificina resultante dos confrontos mas também o árduo trabalho e a boa vontade de todos quantos se dedicaram a minorar o sofrimento dos mais feridos em combate, foi, sem dúvidas, uma das grandes conquistas do autor, pois a mesma mereceu o reconhecimento de entidades famosas tais como do Novelista Francês Victor Hugo, do Construtor do Canal de Suez, Ferdinand Lepesseps, de Almirantes, de Políticos e de Generais de exércitos.

No decurso dos meses seguintes e após as ideias de Henry Dunant terem conquistado um espaço e aceitação em diversos círculos de diferentes sociedades, em 1863, através do seu papel activo, compartilhado por Gustave Moynier, Guillaume-

¹² CICR, pp. 535 – 566, 1995, Bugnion (Fr): Le droit de la Croix-Rouge.

Henry Dufour, Louis Appia e Theodore Maunoir, o fundador da Cruz Vermelha contribuiu na criação do Comité Internacional de Socorro aos Militares em Tempo de Guerra.

Em função desta grande vitória, o constituído Comité Internacional de Socorro organizou uma Conferência Internacional em Genebra, na qual participaram, espectacularmente, 62 (Sessenta e Dois) delegados e representantes governamentais, e foram adoptadas as resoluções que serviram de alicerces para o surgimento do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). De maneira concisa, pode se depreender que, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), cuja finalidade consiste em proteger a vida e a saúde dos mais vulneráveis, nasceu da ideia de auxiliar os feridos nos campos de batalha, sem discriminação de qualquer espécie e prevenir e ou aliviar os sofrimentos humanos.

Enquanto os anos foram passando, o CICV foi conquistando outras dimensões e aderentes aos seus ideais. No entanto, apesar dessa crescente simpatia e aderência, havia a necessidade de realização de encontros mais alargados, no sentido de informar a sociedade sobre a vulnerabilidade de muitas comunidades e solicitar apoios para o alcance dos propósitos humanitários traçados. Foi assim que, na condução desse complexo exercício, Dunant conseguiu apoios de alguns dos mais importantes dirigentes europeus, que prometeram enviar representantes às reuniões em Genebra.

Assim, no dia 23 de Outubro de 1863 realizou-se a primeira conferência de Genebra, que presidida por Moynier, registou, para além de um certo entusiasmo, grandes críticas pelos participantes.

Foi nesse preciso encontro onde Henry Dunant apresentou a sua proposta da “Neutralidade”, considerada como a mais importante de todas as suas propostas. Do ponto de vista de Duante, “certas pessoas ou grupos poderiam manter-se neutros em tempo de guerra, o que seria a chave de todo o trabalho desenvolvido pela Cruz Vermelha”¹³.

¹³ BROWN, Pawn, p.27, Benfeitores da Humanidade, 1988.

Assim, após os participantes terem apreciado e concordado com a proposta apresentada por Dunant, adoptou-se a recomendação através da qual deveriam ser reconhecidos como neutros, os médicos, as ambulâncias e seu pessoal, e todos agentes claramente identificados com os símbolos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, envolvidos na prestação de serviços de socorro às vítimas de diferentes conflitos, apesar da posição contrária do Presidente da Conferência.

“O mérito maior de Dunant foi ter pensado nos meios de modificar situações cruéis e absurdas. As soluções por ele propostas eram tão elementarmente simples que todos ficaram abismados de ninguém haver pensado nelas anteriormente: bastaria que todos concordassem com um símbolo especial para todos os exércitos ... um símbolo de identidade daqueles que, embora pertencentes a um exército, não estavam tomando parte na luta e, por esse motivo, não podiam ser atacados. Este símbolo lhes conferia uma nova situação jurídica, que Dunant chamou de neutralidade”¹⁴.

Foi assim que, 56 (Cinquenta e Seis) anos mais tarde, isto em 1919, fundou-se a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, que actualmente ostenta o nome de Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV/CV). Diferentemente do papel do CICV, a FICV/CV tem a responsabilidade principal de organizar, coordenar e dirigir as operações de socorro internacional, no caso de catástrofes naturais e ou criados pelo homem, bem como proporcionar o encorajamento, o engajamento e a capacitação das Sociedades Nacionais.

Por Sociedades Nacionais entende-se como sendo o sinónimo de Associações Humanitárias Nacionais relativamente semelhantes às Organizações Não-Governamentais Nacionais (O.N.G.s), cujas actividades interventivas dependem fundamentalmente do país em que se encontram sedeadas, as capacidades de prestação de serviços de saúde e de assistência social ou do nível de desenvolvimento de programas para a Juventude”¹⁵. Actualmente, existem, a nível mundial, 187 (Cento e Oitenta e Sete) Sociedades Nacionais reconhecidas pelo Movimento Internacional e umas poucas suplentes e em fase de constituição e admissão.

¹⁴ BROWN, Pawn, p.28, Benfeitores da Humanidade, 1988

¹⁵ CICR, Bugnion, (Fr): Le droit de la Croix Rouge, R.I.C.R., 1195, pp. 535 – 566”

Movidas pelo princípio humano, as actividades desempenhadas pelas Sociedades Nacionais variam de país em país, pois o contexto local, a realidade, as necessidades, os desafios e as prioridades diferem entre eles. No entanto, apesar dessa diversidade e particularidade que caracteriza cada país e, consequentemente, influenciada pelo tipo de acções levadas a cabo pela Sociedade Nacional desse país, existem actividades comuns desempenhadas por todas as sociedades nacionais. Assim, no grosso dessas actividades temos como por exemplo os cursos de Primeiros Socorros organizados por todos, as actividades de doação de sangue, e outros que serão destacados mais adiante.

Visando harmonizar e proporcionar melhor complementaridade entre as acções do CICV e da FICV/CV e, tirando benefício da existência de algumas Sociedades Nacionais, as duas organizações concordaram com as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, no intuito de formar-se assim o Movimento Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, organização orientada e regida por 7 (Sete) Princípios Fundamentais, adoptados formalmente em 1965, nomeadamente: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Serviço Voluntário, Unidade e Universalidade.

Importa realçar que, para a integração de nova uma Sociedade Nacional no conjunto do Movimento Internacional, estabeleceram-se requisitos que devem ser satisfeitos pela Sociedade Nacional candidata. É assim que, ao longo do processo de admissibilidade e ou adesão ao Movimento, dois dos principais requisitos que devem ser satisfeitos pelas Sociedades Nacionais aspirantes são o reconhecimento pelos Estados dos seus países e o respeito pelos Sete Princípios Fundamentais do Movimento¹⁶.

1.2. Visão e Missão

Visão: “Nós tentamos, através de acção Voluntária, para um mundo de comunidades fortalecidas, melhor capacitado para responder ao sofrimento humano e crises com esperança, respeito pela dignidade e interesse para equidade”. (www.ifrc.org).

¹⁶ CICR, Bugnion, (Fr): Le droit de la Croix Rouge, R.I.C.R., 1195, pp. 535 – 566.

Missão: “Melhorar a vida dos mais vulneráveis, mobilizando o poder da humanidade”.
(www.ifrc.org)

1.3. Estratégia 2020

Realizou-se em Novembro de 2009, em Nairobi, no Kenya, mais uma Assembleia Geral da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho na qual adoptou-se oficialmente a Estratégia 2020, que providencia um claro quadro lógico de trabalho, para uma acção de redução da vulnerabilidade e com o intuito de se fazer mais, fazer melhor e de se chegar mais longe.

A Estratégia que foi criada e actualizada através de um vasto processo de consultas com os Membros do Movimento Internacional da Cruz vermelha e do Crescente Vermelho, bem como com outros parceiros sociais, é um documento que dá continuidade à Estratégia 2010 e, ilustra a determinação colectiva da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do crescente vermelho em avançar na solução de grandes desafios que a humanidade enfrenta e enfrentará nos próximos 10 anos.

O documento que tem como visão inspirar, encorajar, facilitar e promover todo o tipo de trabalho humanitário desenvolvido pelas Sociedades Nacionais no intuito de prevenir e aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis onde quer que estejam, tem traçado os seguintes objectivos estratégicos:

1. Salvar vidas, proteger os meios de sustento, e apoiar a recuperação depois de desastres e crises;
2. Possibilitar uma vida sã e segura; e
3. Promover a inclusão social e uma cultura de não-violência e paz.

Os ideais do Movimento se manifestam em todo o mundo não apenas pelos resultados tangíveis provenientes da implementação das suas actividades mas também pelo impacto que criam nas mentalidades das pessoas assistidas e não só.

O documento ali aprovado tem cinco eixos estratégicos, nomeadamente, Promoção dos Princípios Fundamentais e Valores Humanitários, Resposta em caso de Desastres, Preparação para Desastres, e Saúde e Assistência nas Comunidades.

Não obstante ser um documento que ainda necessitará de ser melhorado, a Estratégia 2020 é considerada, por muitos peritos, amplamente exequível na prática, principalmente por ter sido adoptado por todas as Sociedades Nacionais Membros, que nele viram reflectidas as suas metas dos próximos 10 anos. Contudo, apesar do grande optimismo em torno da viabilidade das estratégias traçadas no documento, para que a Estratégia 2020 tenha um efeito positivo e sustentável no alívio e melhoria de vida dos mais vulneráveis, são necessários esforços a nível nacional para se alcançarem claramente os objectivos traçados. Assim, beneficiando da existência de Sociedades Nacionais em quase todos os países do mundo, os referidos esforços devem ser empenhados através da cooperação internacional entre essas sociedades, visando prevenir ou minimizar possíveis falhas no processo, bem como ajudar os parceiros com maiores dificuldades e, se encontrarem soluções mais harmoniosas para minimização de riscos e catástrofes diversas.

1.4. Conceitos e Princípios Fundamentais

No processo de concepção, planificação e implementação dos seus Programas, que exige a congregação de ideias estratégicas, a Cruz Vermelha Internacional depara-se com necessidade de valorizar e materializar tudo o que esteja esquematizado na sua “grelha” de programas. Assim, para o alcance sadio das suas pretensões, a orientação da organização versa no cumprimento das suas obrigações dentro dos parâmetros de conduta em curso na organização, sem contudo menosprezar ou ignorar possíveis acidentes que surgem no decurso desse processo laboral humanitário.

Desde os primórdios da sua existência, a Cruz Vermelha Internacional sempre primou por socorrer o ser humano que sofre, sem distinção de nacionalidade, de raça, de opção política, de religião e ou de classe social, abarcando múltiplas actividades em situações de urgência, mas sempre baseando-se em certos valores humanitários.

“Nos primeiros anos do Movimento, a unidade de pensamento mantinha-se essencialmente graças a união das pessoas e, sem ser objecto de acordos escritos, certos valores humanitários se perfilaram como constitutivos do Movimento”¹⁷.

É assim que, no intuito de se conceber uma forma homogénea de atitude e de comportamento aceitável, bem como para definir sua identidade humanitária, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha criou, de forma participativa com os seus membros, os 7 (Sete) Princípios Fundamentais que a sustentam como guia de orientação e de acção. Nessa índole, constata-se que, “Os Princípios Fundamentais são o sinal de um certo rigor no Movimento; mas também manifestam, acima de tudo, a profunda atenção devida ao ser humano”¹⁸.

De maneira mais abrangente, os Sete Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha são:

- **Humanidade** – Nascida da preocupação de socorrer sem discriminação os feridos dos campos de batalha, a Cruz Vermelha, sob o seu aspecto nacional e internacional, empenha-se em aliviar, em todas as circunstâncias, o sofrimento dos homens. Procura proteger a vida e a saúde, assim como fazer respeitar a pessoa humana.

A organização favorece a compreensão mútua, a amizade, a cooperação e uma paz duradoura entre todos os povos. Não é demais realçar que a protecção vai sempre de mãos dadas com a prevenção, apesar de em situações de catástrofes ou desastres, a realidade parecer mostrar que a Cruz Vermelha dedica maior destaque a actividades de alívio, protecção.

“Sabe-se que o trabalho humanitário é uma empresa difícil. Seus maiores inimigos não são, quicá, as armas nem as catástrofes, mas sim o egoísmo, a indiferença, o desalento”¹⁹.

¹⁷ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, Ginebra..

¹⁸ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.4, Ginebra

¹⁹ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.7, Ginebra.

- **Imparcialidade** – Não faz nenhuma distinção de nacionalidade, de raça, de religião, de condição social ou de pertença política. Empenha-se unicamente em socorrer os indivíduos conforme a gravidade do seu sofrimento e em dar prioridade aos casos mais urgentes.

“Si la no discriminación exige socorrer a todos los seres humanos, no sería equitativo, en cambio, tratarlos de la misma manera, sin tener en cuenta la intensidad de su sufrimiento o la urgencia de sus necesidades. Esto implica que, para el Movimiento, la única prioridad admisible entre los menesterosos se basa en la necesidad, así como que la ayuda disponible se distribuya según el orden de urgencia de las necesidades a las que hay que subvenir”²⁰.

- **Neutralidade** – A fim de manter a confiança de todos, abstém-se de participar nas hostilidades e nunca intervém nas controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou filosófica.

Apesar de reconhecer o facto de não ser sempre fácil actuar-se com real neutralidade, pelo simples facto de cada indivíduo ter as suas convicções, ideologias, opções e filiações pessoais, “Para cumplir el cometido que le han confiado, los Estados Partes en los Convenios de Ginebra y tomar las iniciativas humanitarias que le incumben como intermediário neutral, el Comité Internacional debe ser independiente. Com este fin, debe dotarse de una estructura particular, que le permita resistir a las presiones políticas, económicas o de outra índole y conservar así su credibilidad ante los gobiernos y el público que lo apoyan en sus acciones”²¹.

- **Independência** – A Cruz Vermelha é uma organização independente, auxiliar dos poderes públicos. Dentro das suas actividades humanitárias e submissas às leis que regem os seus respectivos países, as Sociedades Nacionais devem, no entanto, conservar uma autonomia que lhes permita agir sempre conforme os princípios da Cruz Vermelha.

De maneira geral, o princípio da independência orienta as instituições do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho a oporem-se a qualquer tipo de ingerência de ordem política, económica, ideológica e social que possa influenciá-las negativamente no cumprimento da missão traçada. Como exemplos

²⁰ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.9, Ginebra.

²¹ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.14, Ginebra

práticos que muitas vezes desviam o cumprimento da missão humanitária são a aceitação de contribuições financeiras associadas ao cumprimento de uma determinada missão em favor de uma certa classe ou grupo social, caracterizado por fins políticos, étnicos, desportivos e religiosos.

No entanto, o princípio de independência por vezes é atropelado considerando o facto de “El grado de autonomia que debe tener una Sociedad Nacional no puede definirse de manera uniforme y absoluta, ya que depende en parte de las condiciones políticas, económicas y sociales del país”²².

- **Carácter Voluntário** – A Cruz Vermelha é uma instituição de socorro voluntário e desinteressado.

Conforme rege o historial do Movimento da Cruz Vermelha, o Princípio de Voluntariado teve as suas origens no decurso da batalha de Solferino, quando Henry Dunant observou o elevado número de vítimas civis e militares que careciam de assistência médica e medicamentosa e que, através do apoio de algumas pessoas tais como enfermeiros voluntários e diligentes, interessados em minimizar o sofrimento de outras, levaram a cabo o trabalho desinteressado. Por este motivo singular, o grupo de Voluntariado de qualquer Sociedade Nacional é tido como sendo a força motriz e determinante na implementação das actividades da dessa Sociedade Nacional. Em função dessa realidade, grande importância é atribuída aos Voluntários das Sociedades Nacionais pois sem eles não seria possível a implementação activa e eficiente do trabalho humanitário da Cruz Vermelha.

“... La Sociedad Nacional que no reconozca el valor de los voluntários corre el riesgo de burocratizarse, perdiendo así una fuente de motivación, de inspiración y de iniciativa, y de cortar las raíces que le permiten mantenerse a la escucha de las necesidades y actuar para satisfacerlas, com ela senso y, a menudo, com el apoyo activo de las autoridades” país”²³

- **Unidade:** Só pode haver uma única Sociedade da Cruz Vermelha num mesmo país. Porém, deve estar aberta a todos e estender a sua acção a todo o território.

²² CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.19, Ginebra.

²³ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.23, Ginebra.

“El caracter único de la Sociedad Nacional es, asimismo, una de las condiciones de su reconocimiento por el Comité Internacional de la Cruz Roja”, ...” es, important la credibilidad de la acción que no haya en un país varias asociaciones competidoras que digan pertenecer al mismo Movimiento, persigan objetivos similares y desplieguen actividades también similares, però independientemente” país”²⁴,

- **Universalidade** – A Cruz Vermelha é uma instituição universal, no seio da qual todas as Sociedades têm direitos iguais e o dever de se ajudarem umas às outras.

A questão da universalidade é cada vez mais acentuada uma vez que os componentes do Movimento aumentam em quase todos os países do mundo. De igual modo, através do trabalho da Federação Internacional e do Comité Internacional da Cruz Vermelha mais pessoas vulneráveis têm recebido assistência em diversas partes do globo, o que enaltece e reforça o princípio de universalidade.

“Outra razón de la universalidade de la Cruz Roja y de la Media Luna Roja reside, sin duda alguna, en la simplicidade de su mensaje, desde sus origenes, que esta resumido em el Principio de la Humanidad”²⁵.

1.5. Principais Trabalhos/ Actividades

Desde os primórdios da existência do Movimento da Cruz Vermelha, a experiência vem mostrando que, dentre os seus 7 Princípios Fundamentais, o da humanidade é o que tem sido avultadamente mais transgredido, pelo simples facto de os campos de batalhas deslocaram-se geralmente para áreas urbanas, onde os civis estão cada vez mais expostos a riscos diversos. Esta realidade incentivou a implementação de grandes alterações estratégicas e dinâmicas no trabalho do Comité Internacional da Cruz Vermelha, que, resumidamente, consistem em:

- ✓ Visitar prisioneiros de guerra e detidos civis;
- ✓ Procurar pessoas desaparecidas;
- ✓ Transmitir mensagens entre membros de famílias, separados por conflitos;
- ✓ Reunir famílias dispersas;

²⁴ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.27, Genebra.

²⁵ CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p.30, Genebra

- ✓ Fornecer alimentos, água e assistência médica e medicamentosa a civis, que não tenham acesso a estas necessidades básicas;
- ✓ Difundir conhecimentos de Direito Humanitário;
- ✓ Controlar o cumprimento do Direito Humanitário;
 - ✓ Chamar a atenção sobre violações e contribuir para o desenvolvimento do Direito Humanitário; e
- ✓ Cooperar com as Sociedades Nacionais.



Entrada do museu do CICV em Genebra

No entanto, apesar das actividades acima mencionadas, outras há cuja implementação depende da realidade do país, pois, na qualidade de Organização Auxiliar dos Poderes Públicos, a Sociedade Nacional deve alinhar os seus trabalhos tendo em consideração as prioridades delineadas no plano estratégico do governo do seu país.

“É o caso do treino de enfermeiras na Mongólia; do socorro prestado às vítimas de um terramoto no Equador; Há ainda a organização de acampamentos internacionais para a juventude no Egipto, os serviços de reflorestação na Mauritânia, ..., ou a implementação de postos de Primeiros Socorros em fábricas em Moscow”²⁶.

Ao ser detentor e protagonista da promoção do conhecimento e da advocacia que prima por um íntegro cumprimento do Direito Internacional Humanitário, o Comité

²⁶ Brown, Pawn: 1988, Os Benfeitores da Humanidade, p.59, Inglaterra.

Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é considerado como o guardião desse direito, pois o seu mandato além de promover o conhecimento do direito humanitário, procura assistir as vítimas dos conflitos armados e da violência interna²⁷, assegurando-se de que elas sejam protegidas de acordo às orientações emanadas nos princípios do Direito Humanitário Internacional (DHI).

Procurando manter certa actualidade periodica, isto é de 10 em 10 anos, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho redefine as suas estratégias nas quais se delineiam as principais directrizes a serem seguidas e as actividades a implementar pelos seus componentes, visando cumprir-se a sua missão humanitária de apoiar incondicional e imparcialmente as pessoas necessitadas. É dentro dessas estratégias orientadoras onde se circunscrevem as principais áreas nas quais os membros do movimento integram as suas actividades de auxílio aos mais vulneráveis.

Das principais áreas de intervenção²⁸ da Cruz Vermelha enumeradas abaixo, e considerando as actuais e agravadas mudanças climáticas que se registam em todo o mundo, pode facilmente se depreender que, a necessidade de preparação e resposta aos desastres constitui motivo de grandíssima preocupação e atenção, sem contudo descurar a importância que as outras áreas representam para a vida humana. Em linhas gerais, as principais áreas de intervenção do Movimento têm como objectivo alcançar os seguintes propósitos:

- “Reduzir o número de mortes, ferimentos e impacto oriundo de desastres;
- Reduzir o número de mortes, enfermidades e impacto provenientes de doenças e saúde pública de emergência;
- Aumentar a comunidade local, sociedade civil e capacidade da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho em endereçar as situações de vulnerabilidade mais urgentes; e
- Promover respeito pela diversidade e dignidade humana, e reduzir as intolerâncias, discriminação e exclusão social. país”²⁹

²⁷ Violência interna: Normalmente caracterizada por violência doméstica, greves, manifestações com agressões, etc.

²⁸ Principais áreas de intervenção: principais áreas de trabalho.

²⁹ FICV/CV: In the Millennium Development Goals, p. 12, Genebra.

1.6. Importância do Trabalho do Voluntariado

Não obstante o facto de existir um conjunto de pessoal assalariado que de maneira íntegra presta o seu contributo à exequibilidade das estratégias, métodos, e procedimentos, o Movimento integra indivíduos que de modo incondicional e abnegado oferecem o seu saber, dedicação, experiência, tempo, força e tenacidade em prol dos mais vulneráveis, tendo como instrumento regulador das suas acções os 7 princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha.

Esse grupo de pessoas e agentes sociais que de livre e espontânea vontade, sem complexos de nenhuma índole, se alistam e incondicionalmente se dedicam na implementação dos planos estratégicos humanitários das Sociedades Nacionais são chamados de Voluntários do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

“Há uma dialéctica (reciprocidade) entre os actores e a estrutura, os actores podem não ser apenas conjunturais mas determinantes na vida das estruturas”³⁰.

A Juventude e o Voluntariado da Cruz Vermelha Internacional são a força motriz dinamizadora, catalogadora e determinante na implementação activa e efectiva das actividades da organização. É de realçar que, dentro do quadro orgânico da Cruz Vermelha Internacional, a Juventude e Voluntariado, liderados por uma direcção central, desempenham funções de destaque dentre as quais aprimora-se enfatizar as de tomada de decisão, bem como as seguintes:

- Elaborar uma estratégia para captação, formação e promoção de Voluntários e Juvenis das Sociedades Nacionais dos países membros;
- Constituir grupos de apoio às actividades do Voluntariado e Juventude da Cruz Vermelha;
- Emitir parecer sobre as actividades desenvolvidas nas áreas de voluntariado e Juventude da Cruz Vermelha e prestar informes sobre o trabalho desenvolvido; e

³⁰ Prof. Doutor Silvério da Rocha Cunha, 2009, Relações Internacionais, Universidade Metodista em Angola.

- Interagir com organizações juvenis de entidades governamentais e não só, no sentido de criarem-se sinergias e programas conjuntos.

Tal como referido em momentos anteriores, o Voluntariado da Cruz Vermelha é responsável pela implementação de todas as actividades programadas e desenvolvidas por cada Sociedade Nacional, com o propósito exclusivo de desinteressadamente salvar vidas humanas.

Para clareza do exposto no parágrafo anterior, as principais actividades desempenhadas pelos voluntários do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho cingem-se nos Programas de Gestão e Preparação para Desastres, VIH/SIDA, Reunificação de Laços Familiares, Saúde, Desenvolvimento Institucional e Valores e Princípios Fundamentais, conforme delineados nos Planos Estratégicos das suas Sociedades Nacionais.

“São os trabalhadores e os Voluntários da Cruz Vermelha que contribuem para o seu sucesso. Para a manutenção de uma imagem positiva destes para o ambiente externo, devem ser continuamente capacitados, valorizados e reconhecidos”³¹.

O espírito, solidariedade e empenho abnegado demonstrado pelos Voluntários da Cruz Vermelha Internacional, que em muitas ocasiões se testemunha em todos os países do mundo, pode se encontrar abrigado em declarações proferidas por uma Voluntária de uma das Delegações Províncias da Cruz Vermelha de Angola que, de viva voz, afirmara dizendo:

“Ao nos preocuparmos com a vida dos outros, ao nos empenharmos por causas de interesse social e comunitário, estamos estabelecendo laços de solidariedade e de confiança recíproca que nos protegem em tempos difíceis, tornam a sociedade mais integrada e nós seres humanos melhores”³².

Tal como referido pela Voluntária Domingas, o grande papel desempenhado pelos Voluntários da Cruz Vermelha Internacional tem sido enaltecido por muitas forças vivas mundiais que primam pela construção de um mundo melhor e desenvolvimento salutar do ser humano.

³¹ Relatório da 3ª Assembleia Geral da Cruz Vermelha de Angola, Outubro de 2006, Luanda.

³² Dª Domingas Guange Quífica, 12 de Abril de 2009, Voluntária da CVA, Luanda.

“A responsabilidade é de todos nós, pois somos responsáveis por um mundo mais humano, justo e solidário. A proposta de gerar transformação social a partir do voluntariado consiste em promover cidadania e estimular desenvolvimento de uma sociedade participativa e a prática de valores humanos. O voluntariado pode séria e realmente contribuir para a mudança em um país com vários contrastes sociais, e pode trazer à população os direitos básicos e a possibilidade de aumentar a união social e com isso as relações de confiança e respeito entre diferentes níveis”³³ sociais.

³³ www.ifrc.org.

Capítulo 2: Distintos Ramos do Direito

2.1. Conceito de Direito e de Direito Internacional Humanitário (DIH)

Parecendo ser ironia do destino, “... o senso comum tende a confundir as concepções de intervenção humanitária com a da actuação do Direito Internacional Humanitário (DIH). Na solução de controvérsias internacionais não causa surpresa o facto de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter dado extrema credibilidade ao DIH, que parte da ideia de que os conflitos internacionais entre as nações ou entre grupos particulares sempre existiram e sempre existirão, ainda que não esteja na base de sua concepção fundamental a noção de que a guerra seja sempre necessária para a manutenção da paz”³⁴.

“A Cruz Vermelha está definitivamente investida de uma verdadeira missão de serviço público internacional: contribui para a protecção e assistência das vítimas de conflitos armados, bem como para o desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário”³⁵ que deve ser respeitado por todas as partes envolvidas num conflito.

De maneira mais abrangente, inúmeras definições tais como as que a seguir se discriminam, podem ser atribuídas ao Direito Internacional Humanitário (ou Direito dos Conflitos). Porém, apesar de todas elas serem redigidas de maneiras semelhantes e ou diferentes, os seus conceitos e objectivos são convergentes.

Nessa ordem de ideias, falar do Direito Internacional Humanitário não é mais do que, tratar de um conjunto de leis que, em tempo de guerra, protegem as pessoas que não participam nas hostilidades ou deixaram de participar. O objectivo fundamental é garantir que as normas estipuladas em acordos de DIH sejam respeitadas não só pelos governos dos países e exércitos armados, mas também pelos grupos armados opositores ou por qualquer outra parte que esteja envolvida em conflito.

Semelhantemente ao conceito atrás mencionado, algumas pessoas definem o Direito humanitário Internacional como sendo “o ramo do Direito Internacional Público constituído por todas as normas convencionais ou de origem consuetudinária

³⁴ www.google.com/direitohumanitario.

³⁵ CICR, 1988, Bugnion, (Fr): Le droit de la Croix Rouge, 1195, pp. 535 – 566.

especificamente destinadas a regulamentar os problemas que surgem em período de conflito armado”³⁶.

Em palavras mais directas, o DIH ou Direito dos Conflitos Armados aplica-se nas seguintes condições:

- Conflito armado internacional, isto é, hostilidades entre Estados, envolvendo uma ocupação total ou parcial;
- Conflito armado não - internacional, isto é, violência armada prolongada dentro de um Estado, e
- Conflito armado misto, isto é, conflito interno com uma participação estrangeira.

De igual modo, por o DHI ser considerado como um dos pilares do princípio da universalidade,

“Es indispensable, pues, que las Sociedades Nacionales y el CICV en particular, a quien ele derecho humanitário confia expressamente ciertas responsabilidades, ayuden a los Estados a dar a conocer universalmente y a respetar estos importantes instrumentntos de protección de las víctimas de la guerra”³⁷.

.

Regra geral, o Direito Internacional humanitário moderno é uma ramificação do direito internacional público, aplicável em conflitos armados, que está contido nas Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e que do ponto de vista histórico, reúne o Direito de Genebra e o Direito de Haia. Assim sendo, falar do DIH não é mais do que realçar a importância e efectividade das Convenções de Genebra.

2.2. Convenções de Genebra

As Convenções de Genebra, que têm como finalidade prevenir e aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis, são normas jurídicas reconhecidas e aprovadas por quase todos os Estados e têm um alcance universal.

³⁶ www.icrc.org/web/por/stepor0.nsf/html/section_ihl_databases.

³⁷ CICR: 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja e de la Media Luna, p. 30.

No seio do Movimento da Cruz Vermelha, o CICV é o mentor da Convenção de Genebra que protege o soldado ferido, assim como das Convenções humanitárias que a complementam. Esses tratados fundamentais baseiam-se no respeito devido à vida da pessoa humana e a sua dignidade; referendam o princípio da assistência desinteressada e prestada sem discriminação às vítimas, aos homens que, feridos, prisioneiros e ou náufragos, sem nenhuma defesa, já não são inimigos, mas tão-somente seres humanos que sofrem.

Ao longo dos anos, o CICV teve sempre a preocupação de proporcionar regras e princípios que defendessem ou protegessem os menos favorecidos, particularmente na melhoria da protecção da pessoa humana. É assim que no decurso desse processo, procurou desenvolver as Convenções Humanitárias, visando melhorá-las e torná-las mais abrangentes e eficientes em termos de direitos e benefícios, baseando-se também nas experiências vividas em momentos desastrosos tais como calamidades naturais e conflitos armados.

Adicionalmente, para a concretização desse objectivo, o CICV recorreu à necessidade de entabular contactos com diversas partes, dentre as quais os Governos, entidades religiosas e as Sociedades Nacionais de alguns países, no sentido de coleccionar mais ideias, matéria e suporte, assim como facilitar o estudo das Convenções.

Assim, no sentido de mais facilmente obter essas contribuições, o Comité Internacional da Cruz Vermelha organizou então, em 1945, a primeira reunião de peritos e membros neutros das convenções, através da qual recolheu sugestões sobre as matérias de sua particular competência, que consequentemente viabilizaram a elaboração, após algumas consultas a entidades religiosas, das disposições das convenções.

Posteriormente e, no sentido de as convenções serem mais representativas, o Comité Internacional da Cruz Vermelha dedicou-se à recolha de informações de muitas entidades governamentais que não haviam participado dos encontros de consulta e

consolidação de ideias tendentes a elaboração de textos das convenções dignas de aceitação e respeito por todos.

Importa repetir que o processo de elaboração ou construção das Convenções de Genebra integrou a participação de várias entidades e ou organizações, que com todo o seu saber dedicaram-se à criação desses importantes documentos, teve as entidades religiosas como consultores e de ajuda espiritual; membros neutros das Comissões médicas das Convenções e os governos que formalizaram ou validaram os documentos; e as comissões especiais das Sociedades Nacionais, e os diplomatas que tiveram outras atribuições.

Após a realização das consultas, debates, reuniões e outros eventos referidos, realizou-se a “Conferência Diplomática para elaboração de Convenções Internacionais destinadas a proteger as vítimas de guerra”³⁸, na qual, dentre vários, participaram 63 (Sessenta e Três) Estados e alguns dos peritos do CICV.

Foi a partir desse importante evento que, depois de quatro meses de intensos debates e deliberações, a Conferência produziu as quatro Convenções, que nos parágrafos vindouros o autor descreve da seguinte maneira:

Por definição e contextualização, por um lado, o Direito de Genebra inclui normas, regras e procedimentos que visam salvaguardar e ou proteger as pessoas civis tais como prisioneiros de guerra, população civil, crianças, doentes e feridos que não participam ou deixaram de participar em hostilidades.

“O direito de Genebra trata da protecção das vítimas de guerra, sejam elas militares ou civis, na água ou em terra. Protege todas as pessoas fora de combate, isto é, que não participam ou não estão mais participando nas hostilidades: os feridos, os doentes, os náufragos e os prisioneiros de guerra”.³⁹

Por outro lado, O Direito de Haia circunscreve fundamentalmente as regras e leis que determinam os direitos e obrigações das partes em conflitos ou beligerantes. Isto é, “O Direito de Haia preocupa-se mais com a regulamentação dos métodos e meios de

³⁸ CICV, 1992, Convenções de Genebra, P.5.

³⁹ www.cicr.org/Web.

combate, e concentra-se na condução das operações militares. O Direito de Haia é, portanto, de interesse fundamental ao comandante militar em terra, mar e ar”⁴⁰.

Tal como os Direitos de Genebra e os de Haia, que incorporam um conjunto de regras ou normas que tendem a regular certas situações, as Quatro Convenções, intituladas de ”Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949”, constituem o conjunto das normas de protecção referidas nos parágrafos anteriores. Importa, porém, referir que as Convenções de Genebra foram desenvolvidas e adaptadas ao longo dos tempos e auxiliados pela adopção de 2 (dois) Protocolos Adicionais de 10 de Junho de 1977, nomeadamente, o relativo a conflitos armados internacionais, e ao referente a conflitos armados não internacionais.

Resumidamente, as Quatro Convenções de Genebra, assim como os seus Protocolos Adicionais, têm os seguintes objectivos:

I. Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 para melhoria das condições dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha.

“Artigo 2. Além das disposições que devem que devem vigorar mesmo em tempos de paz, a presente Convenção irá aplicar-se em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais Altas Partes Contratantes, ainda que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas”⁴¹.

II. Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 para a melhoria das condições dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar.

“ARTIGO 12: Os membros das forças armadas e as outras pessoas ... que, enquanto no mar, estiverem feridos, enfermos ou náufragos, deverão ser respeitados e protegidos em todas as circunstâncias, entendendo-se que o termo “náufrago” será aplicável a qualquer naufrágio, sejam quais forem as circunstâncias em que ele ocorra, incluindo a amargem forçada ou a queda no mar”⁴².

⁴⁰ www.cicr.org/Web.

⁴¹ CICR, 1992, Convenções de Genebra, p. 19.

⁴² CICR, 1992, Convenções de Genebra, p. 47.

III. Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

“ARTIGO 3: Em caso de conflito armado ... 1) As pessoas que não tomarem parte directamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tiverem deposto as armas e as pessoas que tiverem sido postas fora de combate por enfermidade, ferimento, detenção ou qualquer outra, devem em todas as circunstâncias ser tratadas com humildade, sem qualquer discriminação desfavorável baseada em raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo”⁴³.

IV. Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativa a protecção dos civis em tempo de guerra⁴⁴.

Em complemento ao exposto no Artigo 3 da III Convenção acima, o Artigo 16 da Convenção IV orienta que “Os feridos e enfermos, assim como os inválidos e as mulheres grávidas, serão objecto de especial protecção e respeito”⁴⁵.

Concluídas as análises, entende-se que as Convenções de Genebra procuram, na sua generalidade, dar cobertura ou protecção às pessoas vulneráveis tais como membros das forças armadas, de milícias, de grupos de voluntários, de movimentos de resistência organizados, das pessoas que acompanham as forças armadas, de membros das tripulações, e da população de um território não ocupado, em situações de desastres naturais, conflitos armados, conflitos não armados, em tempo de paz, e etc.

Conforme se lê numa das passagens de um dos livros do CICV, “As assinaturas e os Lacres de Cera da Convenção de Genebra de 22 de Agosto de 1864, da qual foram signatários doze países, mudaram o mundo por força do seu carácter permanente. Foi o primeiro tratado multilateral assinado por várias potências, não para planejar guerras e sim para a prevenção de sofrimentos. Existem actualmente Quatro Convenções, todas de 1949”⁴⁶.

2.3. Direitos fundamentais dos cidadãos

Através da consulta de alguns mestres mudos, o autor constatou que a palavra “Direito” comporta inúmeros significados dentre os quais a faculdade concedida a uma

⁴³ CICR, 1992, Convenções de Genebra, p. 63.

⁴⁴ CICR, 1992, Convenções de Genebra, p.5.

⁴⁵ CICR, 1992, Convenções de Genebra, p.135.

⁴⁶ BROWN, Pawn, 1988, Benfeitores da Humanidade, p. 29, Genebra.

pessoa para mover uma ordem jurídica a favor dos seus interesses, que juridicamente se pode considerar por direitos subjectivos. De igual modo, “A palavra Direito abarca um amplo conjunto de factos e de ideias que se situam em diversas esferas do conhecimento humano e que são objectos de vários ramos de estudo, o que torna difícil a sua conceptualização, não sendo de estranhar que juristas e não juristas divirjam ao pretender circunscrever o seu âmbito”⁴⁷.

É neste jogo de ideias e interpretações que, “Para Cabral Moncada, a palavra Direito significa: “em todas as línguas neolatinas o mesmo que a posição tida como correcta, isto é, direita, de uma coisa com relação a outra ou outras, em posição daquilo que é torto. Chama-se-lhe também se olhado o Direito na sua objectividade social histórica, lei norma, regulamentação de certas relações sociais”⁴⁸.

Nas mais diversas articulações aplicadas à expressão “Direitos Fundamentais”, ele pode considerar-se como “Os Direitos que integram o estatuto Jurídico Material básico do Homem e do cidadão, como exigência da dignidade da pessoa humana são, portanto, os direitos básicos do homem enquanto pessoa. Não se trata, por isso, de direitos concedidos ou outorgados pelo Estado (de meras tolerâncias deste), mas de direitos anteriores ao Estado e limitando a sua soberania. Definem, deste modo, um estatuto indisponível, que o estado e cada um tem de respeitar” país”⁴⁹.

No decurso do processo histórico, os Direitos Fundamentais, que estão plasmados na Lei Constitucional da República de Angola, foram sempre subdivididos em: 1ª geração, composta por Direitos Cíveis e Políticos, 2ª geração, incluindo Direitos Económicos, Sociais e Culturais, e 3ª geração, integrada por Direitos de Solidariedade.

“Ao longo dos tempos, foram surgindo um conjunto de direitos com o objectivo de garantir aos cidadãos a liberdade, a democracia e a solidariedade social. Todos estes direitos foram incluídos nas Constituições dos diversos Estados como Direitos Fundamentais, consagrando-se direitos de liberdade (exigem que o Estado se abstenha de interferir na esfera dos direitos dos cidadãos), direitos de participação na vida publica (permitem que os cidadãos colaborem na formação da vontade estadual), e direitos económicos e sociais (permitem que os mais desfavorecidos se socorram da intervenção do Estado e beneficiem das suas prestações).⁵⁰.

Para o propósito deste trabalho, importa aprofundar um pouco mais a elaboração dos conceitos de direitos económicos e direitos sociais.

⁴⁷ Rocha, C.J. Batalhão, e L. Aragão, 2006, Introdução ao Direito, Portugal.

⁴⁸ Rocha, C.J. Batalhão, e L. Aragão, 2006, Introdução ao Direito, Portugal.

⁴⁹ Rocha, C.J. Batalhão, e L. Aragão, 2006, Introdução ao Direito, Portugal.

⁵⁰ Rocha, C.J. Batalhão, e L. Aragão, 2006, Introdução ao Direito, Portugal.

2.3.1. Direitos Sociais

Os direitos sociais comportam um conjunto de normas que visam proporcionar aos indivíduos de uma determinada sociedade condições materiais consideradas basilares para o bem-estar das pessoas, e que, por esse motivo tendem a exigir dos respectivos Governos ou Estados intervenções de ordem social, regidas por critérios de justiça distributiva.

Por sua vez, os direitos sociais também se efectuem através da intervenção do Estado, no sentido de diminuírem-se as desigualdades e discriminações sociais entre os indivíduos, facto que acarreta custos bastante onerosos, e positivamente proporcionam o direito a uma educação digna do ser humano, direito à igualdade do homem e da mulher, direito de imigração e de emigração, e direito de livre escolha para aderir às diversas associações económicas, políticas e culturais.

2.3.2. Direito ao Desenvolvimento

Segundo registos históricos, o tema de desenvolvimento somente ganhou relevância no cenário internacional após o findar da II Guerra Mundial, pois antes disso, nos períodos anteriores, a cooperação entre os países para o estímulo ao desenvolvimento estava baseada em acordos bilaterais. Já com o início de uma nova era, a incorporação do Direito Internacional nas relações entre países, particularmente, entre industrializados e subdesenvolvidos, facilitou a vivência de novos ventos e o dever de solidariedade dos primeiros em relação aos últimos, bem como o reconhecimento do direito ao desenvolvimento dos últimos.

Para abono da verdade, pode se afirmar que, a criação e implementação do direito internacional foi o início de uma nova era de prospecção dos países menos desenvolvidos. Foi com essa mudança de comportamento e atitude que, na Conferência de Bandung, em 1955, verificou-se pela primeira vez a participação de países Africanos e Asiáticos, facto que marcou os primeiros passos de solidariedade entre os países da era. “Foi nessa conferência que surgiu um dos primeiros pilares das demandas que seriam discutidas no novo cenário da nova Ordem Económica: O desejo de criação de

uma nova posição política capaz de distinguir os países do terceiro mundo *a third way*”⁵¹.

2.4. Alguns desafios na aplicação do D.I.H.

Segundo Agostinho Neto, 1º Presidente da República de Angola, “A vida é uma sucessão de factos sucessivos que sucedem sucessivamente sem cessar”⁵². Nesse processo sucessivo, a pessoa humana é confrontada com vários momentos de sucessos e ou de insucessos, desafios e oportunidades, e de ameaças influenciados pelas circunstâncias políticas, sociais, religiosas, e económicas circundantes.

De igual modo, sendo o Movimento Internacional da Cruz Vermelha constituído por seres humanos, a mesma não poderia estar dissociada do marasmo dos grandes e crescentes desafios sociais.

Os actuais desastres naturais, os conflitos armados, as violências urbanas e não só, que têm origem em tensões relativas ao acesso às alterações políticas, económicas, sociais e climáticas, bem como aos conflitos étnicos, mobilidades populacionais em massa, intolerância religiosa, e etc., que cada vez se tornam mais globais e comuns, constituem os principais motivos dos grandes desafios enfrentados pelas Sociedades Nacionais.

Por outro lado, constata-se que as diferentes respostas aos desafios humanitários apresentam-se cada vez mais desiguais, pois os recursos materiais e humanos empregues pelas partes implementadoras dependem exclusivamente dos níveis de desenvolvimento económicos, financeiros, sociais, tecnológicos, e políticos dos países afectados. Partindo da vivência constatada, verifica-se que algumas das instituições da sociedade civil, de alguns países envolvidos em acções humanitárias, carecem de legitimidade e sofrem de capacidades estruturais, financeiras e materiais, que as impedem de exercer em plenitude as suas obrigações.

Em outros países, pese o facto o Movimento Internacional da Cruz Vermelha conseguir algumas ajudas intermediárias, essa não é uma realidade vigente. Por

⁵¹ Rajagopal, Bandung

⁵² Dr. António Agostinho Neto, 1978, 1º Presidente da república de Angola, Luanda, Angola.

exemplo, em muitos países Africanos a questão de obtenção de vistos de entrada, a problemática das debilidades das vias de acessos às áreas vulneráveis, as burocracias que existem no seio dos sistemas de serviços administrativos, a corrupção, e a criminalidade constituem motivos de extremo impasse.

2.4.1. Direito de protecção de bens culturais

Ao analisarmos os diversos acontecimentos registados em redor do mundo, nos recordamos da dramática destruição do Iraque, na guerra dos Talibãs em Março de 2001, das estátuas gigantes de dois Budas no Afeganistão, registada em imagens de televisão que comoveram o mundo. De igual modo, todos ainda temos presentes do domínio dos Kmers Vermelhos no Camboja, que se traduziram num cenário gigantesco de horror, para as pessoas e para o seu património cultural.

E, que tal referir do sofrimento e da destruição interligadas a pessoas e bens culturais, durante o conflito dos Balkans, nos anos Noventa?

Na confortável e civilizada Europa, os 50 anos de paz após a 2ª Grande Guerra (GG) fizeram-nos esquecer um dos cavaleiros do Apocalipse que, depois de andar ocupado pela Ásia e África, de novo nos visitou quando pensávamos que havia abandonado para sempre o nosso continente. Dubrovnik, na Croácia, que durante séculos havia preservado as suas magníficas igrejas, mosteiros, palácios e fontes, de estilos gótico, renascentista e barroco, ficou gravemente desfigurada pelo conflito. O mesmo aconteceu na Bósnia, em mostrar, onde a destruição da sua ponte do século XVI foi considerada como uma das acções mais graves de “urbanicídio”, ocorrido nos Balkans.

Há menos de uma década atrás, mais concretamente em 2003, no Iraque, o saque e as destruições em Asur, antiga capital do império assírio e na cidade de Hatra, primeira capital do reino árabe, que só foram superadas pela pilhagem do Museu de Bagdad. Os bombardeamentos, a artilharia, os bulldozers, e a passagem de blindados têm destruído total ou parcialmente inúmeros bens culturais desse país. Isto é, quando em 2004 celebraram-se os 50 anos da Convenção da Haia referente aos bens culturais e

depois da entrada em vigor do seu 2º Protocolo Adicional, destinado a fortalecer a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado.

2.4.2. Direito de protecção de grupos mais vulneráveis e seus bens

O Direito Internacional Humanitário também garante que os direitos das crianças e de outros grupos mais vulneráveis tais como idosos, mulheres grávidas e deficientes sejam respeitados durante a ocorrência de conflitos armados e não só.

Contudo, muitas vezes, por motivos de vária ordem, as crianças são separadas das suas famílias e obrigadas a servir como combatentes, ficando mantidas em cativeiro como escravas sexuais, ou brutalmente torturadas até a morte.

“A situação mais grave tem ocorrido nos diversos conflitos africanos, onde milhares de crianças têm sido utilizadas como soldados e obrigadas a exercer a violência da forma mais brutal, ao arripio de qualquer princípio de humanidade⁵³.

De maneira igualitária, inúmeras mulheres sofrem em todo o mundo dos traumas causados pelos conflitos, na condição de viúvas, refugiadas e ou deslocadas das suas casas, separadas das suas famílias, e muitas vezes detidas ou vítimas de violência e intimidação.

“Por vezes utilizadas como combatentes, elas têm direito a ser respeitadas, no caso de serem feridas ou capturadas, de acordo com o DIH, que garante a protecção para todas as vítimas, independentemente do sexo. Para além disso, proporciona-lhes protecção adicional, atendendo à sua condição feminina, expressa nos normativos que proíbem a violação, a prostituição forçada ou outras formas de violência sexual. Estas normas têm continuado a ser violadas, em especial nos conflitos armados internos que ocorrem no Afeganistão, no Sri Lanka, na Libéria, na Chechénia, no Uganda, no Burundi, etc”.

⁵³ www.ifrc.org

Capítulo 3: Conceito e desafios na implementação da missão humanitária

3.1. Conceito de missão humanitária

O processo de resolução satisfatória das necessidades mais elementares do ser humano, assim como a pretensão do restabelecimento de condições de vida dignas, são princípios humanitários essenciais que caracterizam todo e qualquer tipo de missão humanitária.

Essa condição reguladora e condutora de trabalhos humanitários que, mais pormenorizadamente se encontram reflectidas na Carta Humanitária, podem ser consideradas como sendo um documento que tem como objectivo fundamental o estabelecimento de parâmetros sob os quais as organizações humanitárias devem se cingir no provimento dos seus serviços, cujos princípios basilares assentam nas convicções que estipulam o seguinte:

- ∞ É crucial adoptar todas as medidas possíveis para aliviar o sofrimento humano resultante de conflitos armados e de catástrofes; e
- ∞ As populações afectadas por um desastre têm o direito a viver com dignidade e, por isso mesmo, a receber assistência.

Na sua generalidade, a Carta Humanitária “define as responsabilidades dos governos e das partes envolvidas no sentido de garantirem o direito à assistência e à protecção. Quando os governos não conseguem dar resposta a estas necessidades, são obrigados a permitir a intervenção de organizações humanitárias”⁵⁴.

No entanto, não obstante a reconhecida utilidade dos conteúdos ou fundamentos da Carta Humanitária, importa realçar que ela, apesar de ser uma declaração geral de princípios humanitários, “Não irá resolver todos os problemas enfrentados pelas intervenções humanitárias, nem impedir todo o sofrimento humano”⁵⁵. Em conclusão, importa recordar que a Missão Humanitária do Movimento da Cruz Vermelha Internacional consiste aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis, onde quer que esteja, mobilizando o poder da humanidade”.

⁵⁴ www.google/cartahumanitaria/

⁵⁵ www.google/cartahumanitaria/

3.2. Desafios na implementação da missão humanitária

3.2.1. Mudanças climáticas

As alterações climáticas apresentam um dos grandes desafios ao trabalho da Cruz Vermelha que a todo o custo têm tentado reduzir os impactos ocasionados por essas mudanças, utilizando para tal mecanismos de alerta e programas de educação, que tendem a despertar e capacitar as comunidades, de modo a contribuírem na resolução desses desafios.

Olhando para a história da humanidade, acredita-se que, as alterações climáticas são um dos maiores desafios do século XXI, pois, as elevadas temperaturas, as mudanças na precipitação, “o aumento do nível das águas dos mares e os desastres associados ao clima colocam sérios riscos à alimentação, aos modos de vida, à saúde e ao abastecimento de água das populações”⁵⁶.

Segundo alguns estudos e em função da realidade vivida, os impactos ocasionados pelas alterações climáticas afectam maioritariamente as populações com menores capacidades de adaptação e combate as inundações e outros desastres naturais. Por serem as populações mais pobres e possuidoras de menos recursos, particularmente nos países em vias de desenvolvimento, aumenta o desafio do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e consequentemente a sua preocupação no atendimento satisfatório dessas pessoas.

Um desastre é um evento “calamitoso” repentino que seriamente quebra o funcionamento da comunidade ou sociedade e causa perdas humanas, materiais, económicas e ambientais, e que excedem a habilidade da comunidade ou sociedade de enfrentar utilizando os seus próprios recursos. Matematicamente falando, um desastre é o somatório de risco (perigo), mais vulnerabilidade, adicionado à incapacidade de reduzir as potenciais consequências negativas resultantes de riscos.

Enquanto as expressões “Risco (Perigo)” e “Incapacidade de reduzir as potenciais consequências negativas resultantes de riscos em desastres” são de fácil e

⁵⁶ www.ifrc.org

claro entendimento, do ponto de vista do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, o termo “Vulneráveis” é geralmente associado com “Pessoas ... em condições de grande risco devido as situações que ameaçam a sua sobrevivência, ou a sua capacidade de viver com um nível social e segurança económica aceitável e dignidade humana. Muitas vezes, essas são vítimas de desastres naturais ou de pobreza, resultante de crises sócio-económicas, refugiados, e vítimas de emergências de saúde”⁵⁷.

Apesar de existirem distintas classificações sobre pessoas vulneráveis, da perspectiva do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, os principais grupos vulneráveis são geralmente constituídos por:

- “Pessoas desalojadas que abandonam as suas habituais residências colectivas, geralmente devido a impactos de desastres de emergência, tais como terramotos ou inundações, ameaças ou conflitos, como um mecanismo de resolução e com a intenção de retorno;
- Migrantes que deixam ou fogem das suas habituais residências rumo a novos locais, geralmente no exterior, à procura de melhores e seguras perspectivas;
- Retornados – Antigos migrantes ou pessoas deslocadas regressando às suas habitações;
- Grupos específicos dentro das populações locais, tais como as pessoas marginalizadas e as excluídas ou destituídas; e
- Crianças jovens, mulheres grávidas e amas (protectoras), crianças não acompanhadas, viúvas, idosos, pessoas sem apoio familiar, e pessoas incapacitadas”⁵⁸.

De igual modo, o processo de gestão e preparação para desastres consiste na organização e administração de recursos e responsabilidades para resolver todos aspectos humanitários de emergências, em particular para preparação, respostas, e recuperação, no sentido de minimizar ou diminuir os impactos dos desastres.

“Un desastre es una perturbación grave del funcionamiento de una comunidad, que acarrea pérdidas y trastornos generalizados que desbordan la capacidad de esta para hacerles frente por sus propios medios”⁵⁹.

Ao analisarmos as constantes alterações climáticas e os efeitos que as mesmas vêm causando na esfera terrestre, pode-se compreender que, dentre as principais

⁵⁷ www.ifrc.org

⁵⁸ www.ifrc.org

⁵⁹ FICV/CV, 2009, Estatégia 2020, p. 13, Genebra.

calamidades naturais observadas nos últimos tempos destacam-se as secas, os terremotos, as inundações, e os desabamentos de terras.

“O nosso planeta está aquecendo a um ritmo sem precedentes e os fenómenos relacionados com essa evolução – como inundações repentinas, tormentos e deslizamento de terras – estão causando inúmeros desastres pontuais. Esta tendência, combinada com a urbanização e a degradação ambiental, provoca um enorme aumento do número de desastres de pequena e média escala”⁶⁰.



Consequentemente, as mudanças climáticas, o aquecimento global, as cheias, as secas, os desabamentos de terras e as tempestades intensas têm criado grandes transtornos na sociedade, tais como:

- A propagação de doenças causadas por insectos, como a malária e o dengue⁶¹, para outros locais onde as pessoas são menos imunes;
- O decréscimo do rendimento das culturas em algumas áreas devido a secas extremas ou a chuvas torrenciais;
- O aumento do nível da água dos mares, a vários centímetros por década, o que afectará as zonas costeiras, os abastecimentos, o turismo e as pescas;
- A deslocação forçada de dez milhões de pessoas das regiões costeiras para o interior;
- O de flagelo dos glaciares que culminará em efeitos desastrosos.

⁶⁰ Federação Internacional da Cruz Vermelha,. p. 11, Informe Anual 2007, Luanda, Angola.

⁶¹ Dengue: É uma doença parecida com a malária e que apenas existe no Brasil.

Ao efectuar-se uma breve sondagem em torno do mundo, dos grandes transtornos criados por mudanças das condições naturais, constatoram-se as seguintes realidades, em alguns países de diferentes continentes:

Europa:

Nos finais de 2007, na Ucrânia, houve uma explosão de uma mina que vitimou várias pessoas. Como resultado, em Novembro do mesmo ano, a Federação Internacional, através do seu “Desaster Relief Emergency Fund”⁶², “auxiliou a Sociedade Nacional local no providenciamento de apoio psicossocial às famílias dos mineiros, afectadas pelas explosões de metano nas minas de carvão nas regiões de Donetsk e Lugansk na Ucrânia, por um período de seis meses”⁶³. Através da Cruz Vermelha de Ucrânia e seus voluntários, o processo de apoio psicossocial, que substancialmente reduziu o trauma do acidente, consistiu na realização de “Visitas às residências, encontros ou reuniões de grupos de auto-apoio e várias actividades públicas e mediação no regresso das pessoas à vida normal”⁶⁴.

África:

Os ciclones são comuns em Moçambique. A linha costeira do país constitui a quase totalidade do limite ocidental de uma zona tropical ciclo genética extremamente activa, que gera cerca de 10% (Dez por cento) dos ciclones que se produzem anualmente no mundo.

Em função dessa realidade, a Sociedade Nacional de Moçambique elaborou um plano de gestão e preparação para desastres a ser implementado em todo o país, com particular destaque nas comunidades de Inhambane e Zambezia. Diversas actividades tais como a criação de comités de desastres locais fazem parte desse programa da Cruz Vermelha de Moçambique. No referido processo, cada Comité de Desastres está integrado por seis membros eleitos e cinco voluntários da comunidade”⁶⁵.

⁶² Desaster Relief Emergency Fund: fundo de emergência criado pela FICV/CV para apoiar o processo de recuperação de desastres no mundo, Genebra.

⁶³ www.ifrc.org

⁶⁴ www.ifrc.org

⁶⁵ FICV/CV, 2007, Informe anual p. 1, Luanda, Angola.

América Central:

Desde os meados de Março de 2007, algumas das regiões do Haiti sofreram grandes chuvas e trovoadas. Como consequência dessas chuvas, grandes inundações foram provocadas, e consequentemente as vias de acesso ficaram danificadas e limitadas, deixando às pessoas isoladas a possibilidade de apenas poderem circular de barcos. Por outro, registou-se uma elevada e significativa perda de vidas humanas, destruição de casas e desalojamento de famílias”⁶⁶.

Tão logo a Cruz Vermelha do Haiti apercebeu-se da situação desastrosa que assolava as regiões, activou o seu Centro de Operações de Emergências e, seguidamente, “Mobilizou as suas equipas de respostas de emergências... bem como fez deslocar mais de 100 Voluntários para as áreas afectadas. Após a realização de levantamento das necessidades e dos danos causados, a Sociedade Nacional do Haiti fez distribuição de diversos artigos tais como cobertores, mosquiteiros, *kits* de cozinha, *jerry cans* e baldes”⁶⁷ para algumas das famílias mais necessitadas.

O procedimento das Sociedades Nacionais acima exemplificadas demonstra, em parte, o trabalho e a responsabilidade que os membros do Movimento da Cruz Vermelha têm empenhado em prol das populações mais vulneráveis, em todo o mundo. Tal como ocorre nos países atrás mencionados, situações semelhantes e ou mais graves têm se registado em outras partes do mundo.

No entanto, apesar de a presença ininterrupta dos Agentes do Movimento da Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho nas comunidades vulneráveis permitir uma maior ajuda às populações, o aumento vertiginoso de desastres acoplados às alterações climáticas cria grandes pressões sobre as capacidades financeiras, económicas, materiais e humanas das Sociedades Nacionais e dos outros integrantes do Movimento.

⁶⁶ FICV/CV, 2007, Informe anual, p. 13, Luanda, Angola.

⁶⁷ www.ifrc.org

3.2.1.1. Tabelas estatísticas de impactos de desastres naturais

Tabela1: Número total de pessoas reportadas mortas, por continente e por ano (1998 – 2007)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
África	3,321	2,706	5,428	4,536	7,638	6,160	4,246	3,213	5,775	3,388	46,411
America	22,003	33,994	2,071	3,077	2,110	2,083	8,429	5,437	1,557	2,812	83,573
Ásia	105,510	98,299	88,058	105,960	89,316	39,027	238,404	90,765	20,651	15,025	891,015
Europa	1,543	19,503	1,622	2,338	1,822	73,380	1,259	1,035	5,795	1,689	109,986
Oceânia	2,245	116	205	9	91	64	35	46	24	253	3,088
Total	134,622	154,618	97,384	115,920	99,337	120,714	252,373	100,496	33,802	23,167	1,134,073

Fonte: EM-DAT, CRED, University of Louvain, Belgium

Tabela 2: Número total de desastres reportados, por continente e por ano (1998 à 2007)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
África	80	143	202	185	196	169	164	171	199	176	1,685
America	126	138	152	134	157	126	138	138	103	128	1,340
Ásia	222	240	303	295	306	293	319	359	304	241	2,882
Europa	76	91	130	96	114	97	98	127	97	102	1,028
Oceânia	17	15	13	18	18	20	22	16	18	10	167
Total	521	627	800	728	791	705	741	811	721	657	7,102

Fonte: EM-DAT, CRED, University of Louvain, Belgium

Tabela 3: Número total de desastres naturais reportados por tipo de fenómeno por ano (1998 à 2007)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Avalanches	22	16	29	21	19	21	16	12	19	10	185
Seca / Seg.alimentar	31	30	43	44	39	23	19	27	18	13	287
Terramotos	30	33	31	25	37	40	43	25	24	20	308
Temperaturas Altas	12	7	31	23	15	26	19	29	32	24	218
Inundações	95	112	155	160	173	160	133	196	233	209	1,629
Incêndios Florestais	18	22	30	14	22	14	8	13	9	18	168
Erupções Vulcânicas	4	5	5	6	7	2	5	8	12	6	60
Remoínhos	88	97	104	108	119	85	127	130	76	103	1,037
Outros desastres naturais	1	2	4	2	n/a	n/a	12	n/a	n/a	2	23
Desastres Hidrico-Meteorológicos	267	286	396	372	387	329	334	407	387	379	3,544
Desastres Geofísicos	34	38	36	31	44	42	48	33	36	26	368
Total	301	324	432	403	431	371	382	440	423	405	3,912

Fonte: EM-DAT, CRED, University of Louvain, Belgium

Tabela 3: Número total de desastres naturais reportados por tipo de fenómeno e por ano (1998 à 2007)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Avalanches	1,141	363	1,023	725	1,145	706	357	646	1,647	264	8,017
Seca / Seg.alimentar	76,300	76,300	76,415	76,492	76,902	38	80	102	60	134	382,883
Terramotos	9,573	21,869	216	21,348	1,634	29,617	227,317	76,241	6,692	706	395,213
Temperaturas Altas	3,269	739	941	1,787	3,010	74,748	556	805	5,196	1,011	92,071
Inundações	10,665	34,370	6,019	5,075	4,259	3,780	7,074	5,748	5,898	8,420	91,308
Incêndios Florestais	150	70	47	33	6	47	14	49	13	151	580
Erupções Vulcânicas	0	0	0	0	200	0	2	3	5	11	221
Remoínhos	24,935	12,141	1,366	1,914	1,361	1,028	6,644	5,250	4,328	5,970	64,937
Outros desastres naturais	n/a	3	1	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	12	16
Desastres Hidrico- Meteorológicos	116,460	124,046	85,812	86,026	86,692	80,347	14,725	12,600	17,142	15,962	639,812
Desastres Geofísicos	9,573	21,869	216	21,348	1,834	29,617	227,319	76,244	6,697	717	395,434
Total	126,033	145,915	86,028	107,374	88,526	109,964	242,044	88,844	23,839	16,679	1,035,246

Fonte: EM-DAT, CRED, University of Louvain, Belgium

3.3. Conflitos religiosos e violência

O “Fenómeno religioso, seja o que for que se pense das suas origens e do seu conteúdo, é um aspecto importante da vida das sociedades contemporâneas e que contribui para as especificar”⁶⁸. O autor desta pesquisa não pretende aqui analisar a questão da natureza e da realidade da religião, mas apenas tentar mostrar como a sua existência, diferentes interpretações e aplicações têm influenciado na implementação da assistência humanitária da Cruz Vermelha.

Os conflitos armados, nos quais a religião e as tensões étnicas desempenham papel importante, têm proliferado nos últimos anos em várias partes do mundo, sendo a Irlanda do Norte, os Balkans, o Sri Lanka, a Índia, a Nigéria, Israel e o Sudão, exemplos bem conhecidos dessa realidade. Pese as vantagens que essa proliferação possa criar, verdade é que essa particularidade tem dificultado o desenvolvimento harmonioso deses

⁶⁸ RÉMOND, René, 2003, Introdução à história do nosso tempo, p. 245, Lisboa, Portugal.

países e proporcionado grandes desafios à intervenção do movimento internacional da Cruz Vermelha em situações de desastres ou calamidades naturais e conflitos de natureza diversa.

Embora “O Corão, o Budismo ou a Bíblia, não advoguem a violência ou a guerra santa, alguns dos seus fiéis têm tentado justificar o recurso à conflitualidade através de interpretações particulares da doutrina. O desafio que se coloca é o de promover a educação para a paz, combater a xenofobia, tomar as necessárias medidas de combate ao terror”⁶⁹, tudo isto respeitando os princípios humanitários fundamentais da Cruz Vermelha Internacional. Contudo, a paz a qualquer preço, é irresponsável, principalmente quando estão em causa dirigentes “genocidários” e responsáveis de crimes contra a humanidade.

Os conflitos representam sempre um falhanço da nossa civilização e quando ocorrem, as regras básicas da conduta humana, estabelecidas no DIH, constituem a única barreira contra o barbarismo e a bestialidade que tão bem soube descrever o nosso padre António Vieira no seu sermão na Sé da Baía em 1669.

⁶⁹ www.google.com

Capítulo 4: Contributo da Cruz Vermelha em Angola (CVA)

4.1. Angola – Contexto geográfico, económico e social

Angola, país com uma extensão territorial de 1,246,700 km², está situado na Costa Ocidental da África, cujo território principal é limitado a Norte e a Leste pela República Democrática do Congo, a Leste pela República da Zâmbia, a Sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Na parte Norte, o país integra ainda o Enclave da Província de Cabinda, através da qual Angola tem fronteira natural com a República Democrática do Congo.



Mapas de Angola, 1980

Durante a fase de expansão Colonial Portuguesa em África, Angola foi colonizada por Portugal, desde os primórdios do século XV até à independência nacional em 11 de Novembro de 1975. Após a conquista desse marco histórico, a independência, o país viu-se mergulhado numa guerra civil que durou cerca de 30 anos e, consequentemente, devastou quase a totalidade das suas infra-estruturas.

A devastadora guerra civil terminou com a assinatura de um Memorando de Entendimento no Luena, no dia 4 de Abril de 2002 e que facilitou a criação de outras oportunidades de desenvolvimento do país. Para o enclave de Cabinda, foi assinado no ano de 2006 um outro acordo de paz com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC⁷⁰).

⁷⁰ FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda): é uma facção militar armada que luta pela separação e ou independência de Cabinda do resto do território de Angola.

Angola, país localizado na parte Sul do continente Africano, tem aproximadamente uma população de 17,000,000 (Dezassete Milhões) de habitantes, dos quais a maioria é jovem e feminina, com menos de 15 anos de idade.

Administrativamente, o país está dividido em 18 (Dezoito) províncias, nomeadamente, Cabinda, Zaire, Uíge, Malange, Lunda Norte, Lunda Sul, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Moxico, Luanda, Huambo, Huíla, Bié, Benguela, Namibe, Cunene, e Kuando Kubango. As províncias estão divididas em municípios, que por sua vez se subdividem em comunas.

Não obstante o facto de Angola se localizar numa zona tropical, o país tem um clima caracterizado particularmente pelos seguintes factores:

- Correntes frias de Benguela, em toda a extensão da costa sul;
- Relevo no interior; e
- Deserto do Namibe, na zona sudeste.

Tradicionalmente, o clima de Angola é caracterizado pelas estações das chuvas, que vai de Outubro a Abril e o da seca ou Cacimbo, que abrange os meses de Maio a Agosto.

Nos últimos anos, a economia angolana tem vivido momentos de prósperas e grandes transformações, movendo dos destroços causados pela guerra civil que assolou o país durante cerca de Trinta anos.

Em África e no mundo, a economia de Angola é uma das que cresce de maneira mais rápida, não obstante os difíceis tormentos e destruições de infra-estruturas, recursos materiais, económicos e humanos registados durante os momentos de conflito armado.

Importa realçar que, o crescimento vertiginoso da economia de Angola deve-se fundamentalmente à produção da indústria petrolífera, que ultrapassa 1.4 milhões de barris diários. A empresa produtora da Sonangol é que, em representação dos interesses do Governo, controla a produção da indústria petrolífera. No decurso do mês de

Dezembro do ano de 2006, Angola foi admitida como membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).



Luanda, capital de Angola⁷¹

No entanto, a economia angolana iniciou o seu crescimento desde que o país alcançou a estabilidade política, a paz, no dia 4 de Abril de 2002, desde a qual o sector petrolífero tem desempenhado a maior função na melhoria e desenvolvimento de toda a economia nacional.

Contudo, apesar de o petróleo ser o líder e o principal impulsionador do desenvolvimento do sector económico, a economia de Angola é predominantemente agrícola, na qual o café, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, o algodão, o tabaco, a banana, a batata-doce, o arroz, constituem as suas principais culturas, e o gado bovino, o caprino e o suíno seus maiores rebanhos.

As principais indústrias do território angolano são as de cereais, carnes, algodão e tabaco, apesar de a produção de açúcar, de refrigerantes, de cimento, de madeira, e de refinação de petróleo merecerem algum destaque. Entre as indústrias mencionadas, inserem-se também as de fertilizantes, de vidro e de aço.

Numa outra vertente, o sistema de caminhos-de-ferro é composto de cinco linhas que ligam o litoral ao interior, sendo o caminho de ferro de Benguela o mais importante, por ter conexões internacionais com as linhas de Catanga⁷², na fronteira com a República Democrática do Congo.

⁷¹ Luanda: Fotografia mostrando a zona da Baía da capital angolana.

⁷² Catanga: Região ou província pertencente à República Democrática do Congo.

Em termos portuários, os portos de Luanda e do Lobito são os maiores do país. No entanto, nos últimos anos, com o desenvolvimento dos diversos sectores da economia nacional, o país tem investido bastante na melhoria e modernização do Porto de Cabinda, que praticamente já se encontra em fase de finalização.

Como complemento aos recursos atrás referidos, o país é rico em minerais diversos tais como os diamantes e o minério de ferro, para além das jazidas de cobre, de manganésio, de fosfatos, o sal, a mica, o chumbo, o estanho, o ouro, a prata e a platina.

Em termos de mapeamento geográfico, as minas de diamante estão localizadas nas províncias da Lunda Norte e da Lunda Sul, apesar de se encontrarem também algumas pedras nas províncias de Malange e do Bié.

Finalmente, as grandes reservas de petróleo encontram-se maioritariamente na província de Cabinda, bem como ao longo da Costa Atlântica do país, “tornando Angola num dos importantes países produtores de petróleo, com um desenvolvimento económico possibilitado e dominado por esta actividade”⁷³.

4.2. Historial, objectivos, missão e valores da CVA

A Cruz Vermelha de Angola (CVA) é uma associação humanitária nacional, criada pelo Decreto nº. 25/78, de 16 de Março de 1978 e, reconhecida, a 1 de Outubro de 1986, pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha. Por outro lado, a CVA está filiada como Membro da Federação das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Em função de pertencer ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a Cruz Vermelha de Angola é constituída em conformidade com as Convenções de Genebra, de que a República de Angola é parte aderente. De acordo com o seu decreto de criação, a CVA é uma associação auxiliar dos poderes públicos, com fins assistenciais e de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, e com carácter voluntário e desinteressado. Tal como é regido a todas as Sociedades Nacionais, a CVA define a sua identidade baseada nos 7 (Sete) Princípios Fundamentais do Movimento, nomeadamente, **humanidade**,

⁷³ www.google

imparcialidade, neutralidade, independência, carácter voluntário, unidade e universalidade.

No que tange a sua representatividade local, a CVA está presente nas 18 (Dezoito) províncias do país, através de suas delegações provinciais e noutras até em alguns municípios.

Ao longo dos últimos anos, a CVA tem implementado um processo de mudanças, visando efectivar e revitalizar uma reforma institucional profunda, proporcionando a abertura de novas oportunidades para nova a equipa de liderança, bem como melhorar a sua capacidade de resposta às demandas que têm surgido no país. O desafio à implementação das reformas administrativas, cujo apelo é cada vez maior, pois o grito de socorro por parte dos vulneráveis⁷⁴ angolanos localizados em todas as partes do país, vítimas de doenças diversas, catástrofes naturais e ou provocados pelo homem e educação sobre o risco de minas, aumenta gradativamente.

Depois da realização da sua 3ª Assembleia Geral em Outubro de 2006, que marcou o início do dito processo de mudanças, a Cruz Vermelha de Angola tem procurado efectivar mudanças organizacionais sistemáticas. Em cumprimento ao estipulado nos seus estatutos, o referido processo teve o seu início no momento em que se realizaram as Assembleias nas 18 províncias do país. Passados cerca de quatro anos, a CVA continua com a implementação progressiva do seu processo de reformas internas, que continua a requerer uma significativa atenção e apoio da junta de governação nacional, parceiros seniores, e demais entidades da sociedade angolana.

No entanto, a participação e funcionalidade não activa e dinâmica da junta de governação, eleita na passada Assembleia Geral realizada em 2006, tem sido um dos factor impeditivo ao processo de recuperação estrutural, laboral e organizacional da CVA.

De igual modo, ao longo dos tempos tem se notado grande falta de disponibilidade de recursos humanos experientes e capazes, o que torna o processo mais

⁷⁴ Vulneráveis: Pessoas necessitadas e que por si só não conseguem proteger ou salvar suas vidas e ou fazer respeitar as suas dignidades humanas, nem tão pouco

complicado e difícil. No sentido de se aumentar a qualidade e as capacidades dos recursos humanos da Cruz Vermelha de Angola, a organização tem primado pelo recrutamento de profissionais competentes no mercado de emprego, onde, a grande competitividade compensatória existente tem impedido o cumprimento desse propósito. Consequentemente, a referida competitividade tem dificultado o recrutamento e ou a retenção enquadramento de quadros humanos qualificados e necessários ao desenvolvimento da instituição.

Objectivos:

À luz dos seus Estatutos actuais, a Cruz Vermelha de Angola tem como objectivo geral prevenir e aliviar o sofrimento humano sem discriminação de nacionalidade, raça, sexo, crença religiosa, língua, classe, e opinião política, e essencialmente assistir os doentes e feridos em momentos de conflitos armados e ou catástrofes de diversas naturezas, bem como oferecer, em tempo de paz, programas de acção no campo da saúde e de serviços sociais.

Como objectivos específicos, a CVA tem delineado os seguintes:

- ✓ Preparar-se nos tempos de paz para as actividades dos tempos de guerra, a fim de realizar, em caso de conflito armado, todas as tarefas para as quais a Sociedade Nacional é criada, indiscriminadamente a favor de todas as vítimas civis e militares.
- ✓ Contribuir na melhoria da saúde, na prevenção das enfermidades para o alívio do sofrimento, com programas de formação e entre - ajuda aos serviços da colectividade, adaptados às condições locais e coordenados com os programas do Governo.
- ✓ Organizar, dentro do plano nacional, os serviços de socorros de urgência em favor das vítimas de desastres de qualquer natureza.
- ✓ Recrutar e instruir o pessoal necessário à execução das tarefas que compete à instituição.

- ✓ Promover a participação das crianças e jovens nas actividades da Cruz Vermelha.
- ✓ Divulgar os princípios humanitários da Cruz Vermelha e do Direito Internacional Humanitário através de um serviço permanente de informação e difusão, de forma a desenvolver entre a população, principalmente entre as crianças e os jovens, os ideais da paz, respeito mútuo e compreensão entre todos os homens e povos.
- ✓ Participar no programa nacional de sangue.
- ✓ Cooperar com os poderes públicos para fazer respeitar o direito internacional humanitário e proteger os emblemas da Cruz Vermelha e o Crescente vermelho.

Visão, Missão e Valores

Como visão, a CVA pretende “*Ser uma referência nacional no atendimento dos mais vulneráveis*”.

Na mesma linha de acção, a organização tem como missão “*Aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis, onde quer que esteja, mobilizando o poder da humanidade*”

Dos valores primados e orientados pela Assembleia Geral de 2006 e que a CVA considera importante desenvolver durante este período, figuram:

- **Ética:** Orienta que o desenvolvimento das actividades deve sempre ser pautado pela ética que regula o funcionamento dos membros de uma sociedade da Cruz Vermelha e dos seus 7 princípios fundamentais;
- **Respeito nas relações sociais:** Para que as regras de boa convivência sejam observadas, orienta-se que no seio da família da CVA não devem existir excepções à exigência de trato respeitoso e educado durante o exercício das diferentes actividades;
- **Transparência na gestão:** Recomenda-se que todos os bens da CVA devem ser geridos em consideração aos fins a que se destinam. Nesta ordem de ideias, nenhum colaborador ou trabalhador da organização deverá apropriar-se de algo que não lhe pertence em benefício próprio;

- **Qualidade na prestação de serviços:** Os *stakeholders* esperam da CVA uma alta qualidade, precisão e credibilidade nos serviços que presta à população;
- **Valorização dos recursos humanos:** São os trabalhadores e os voluntários da CVA que contribuem para o seu sucesso. Para a manutenção de uma imagem positiva destes para o ambiente externo, devem ser continuamente capacitados, valorizados e reconhecidos.

4.3. Prioridades estratégicas e actividades

O processo de mudanças em curso na CVA teve, na sua fase inicial, para além de outros objectivos, as seguintes preocupações centrais:

- Elaboração de um Plano Estratégico e de Desenvolvimento Nacional para o quadriénio compreendido entre os anos de 2006-2009;
- Revisão e actualização dos Estatutos da Cruz Vermelha de Angola;
- E, a apresentação de proposta de um Regulamento Geral, visando facilitar a elaboração de uma proposta de Lei.

O Plano Estratégico da Cruz Vermelha de Angola foi construído com o intuito de determinar e facilitar o cumprimento das metas previstas, em consentâneo com a capacidade de execução e desenvolvimento da organização, limitado, obviamente, pelas disponibilidades financeiras e ajustável (constantemente) à evolução de factores internos e externos à organização.

Importa realçar que, o processo de Planeamento Estratégico da CVA é dinâmico e contínuo. É um exercício interactivo e adaptativo às mudanças do ambiente e das oportunidades, bem como representa uma forma de aprendizagem contínua com a prática de planear e implementar que, para a CVA, ainda é incipiente.

Numa abordagem geral, a preparação do Plano Estratégico da CVA é considerado como a marcação de um decisivo passo tendente ao fortalecimento da

instituição, desencadeamento de um processo de gestão de mudanças, maximização de recursos, e consolidação de estratégias de apoio às populações mais vulneráveis.

No entanto, para que não se comprometesse negativamente a sustentabilidade e viabilidade institucional, foi determinante a análise da dinâmica da actual estrutura institucional, do número de trabalhadores assalariados, da motivação e das capacidades e comprometimento dos voluntários.

Para facilitar-se a implementação do referido Plano Estratégico, o exercício seguinte consistiu na elaboração de um Plano de Acção de Quatro anos (2006 – 2009), que conheceu a sua implementação paulatina desde a realização da Assembleia Geral. Assim fazendo, a CVA iniciou com o processo de mudança, o que por um lado foi reduzindo as suas vulnerabilidades e deficiências e, por outro lado, melhorando e relançando a sua imagem e credibilidade, até então caracterizados como débeis.

Assim, no sentido de melhorar o cumprimento integral da sua missão humanitária, que passa necessariamente pela melhoria da qualidade dos serviços e transformação em uma instituição credível e sustentável, os membros da CVA delinearam as seguintes orientações estratégicas:

1. Implementar um modelo de governação e gestão que seja capaz de responder aos actuais desafios vividos pela CVA, fomentando uma postura na gestão que privilegie a ética e a transparência;
2. Contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde e de VIH/SIDA por meio de projectos que atendam principalmente aos mais vulneráveis;
3. Melhorar, significativamente, a capacidade de resposta e de intervenção em caso de desastres e reduzir o número de vítimas de minas por meio de trabalho de educação, ligado directamente às comunidades;
4. Incentivar e promover a participação dos jovens das comunidades nas actividades da CVA, promovendo a associação, a capacidade de iniciativa e, a criatividade;

5. Contribuir para a redução dos indicadores de famílias⁷⁵ separadas pela guerra, com principal enfoque para as crianças abandonadas.

EIXOS ESTRATÉGICOS

Para a CVA cumprir a sua missão humanitária, desenvolveram-se prioridades e Programas a luz do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2006 -- 2009, da Agenda Global e dos Princípios Fundamentais da FICV/CV.

O principal propósito dos programas é garantir uma alta capacidade de resposta no provimento de serviços humanitários às gritantes necessidades e preocupações dos mais vulneráveis.

Ao longo do ano de 2008, a implementação do processo de reformas internas da CVA, requereu a atenção e orientação estratégica da sua Presidente, do seu pessoal sénior, do Governo de Angola, e dos demais parceiros. No sentido de melhorar o fornecimento dos seus serviços, a Sociedade Nacional empenhou-se no reavivamento das suas delegações provinciais e na reestruturação do seu organograma. No sentido, verificou-se algum progresso no processo de recrutamento de pessoal chave, que se espera estar mais apostado e dedicado ao processo de mudanças, de tal modo que políticas e sistemas sejam continuamente criados e implementados.

Os variados desastres recorrentes em Angola tais como Cólera e inundações, associados à pobreza, má nutrição e débeis serviços de saúde, atrasam os desenvolvimentos económicos e infra-estruturais do país.

No entanto, apesar dos significativos passos dados pela actual equipa de execução, as mudanças ainda não são suficientes no que tange a implementação dos projectos prioritários, devido aos limitados financiamentos obtidos e pessoal qualificado. Felizmente, os Programas de Gestão e Preparação de Desastres e VIH/SIDA deram avanços significativos através das parcerias bilaterais estabelecidas

⁷⁵ Famílias: Do ponto de vista africano, “Família” inclui não apenas os membros com relações de consanguinidade mas também aqueles com os quais se tem uma convivência salutar durante algum tempo.

com a Cruz Vermelha da Alemanha e da Espanha, bem como com a FICV/CV na Zona da África Austral em Joanesburgo, na África do Sul.

É assim que facilmente pode se depreender que o propósito fundamental dos Programas da CVA consiste no provimento de serviços humanitários a pessoas mais carenciadas e em condições difíceis de vida.

EIXO I: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Objectivo Geral: Criar e implementar um modelo de governação e gestão que seja capaz de responder aos actuais desafios vividos pela CVA, fomentando uma postura na gestão que privilegie a ética e a transparência.

Metas estratégicas:

- Reconquistar a credibilidade e o reconhecimento da CVA a nível interno e externo para melhorar a sua imagem junto aos membros e parceiros;
- Fazer uma separação clara e objectiva entre os órgãos de governação⁷⁶ e gestão⁷⁷ para que, não haja conflito de papeis dentro da organização entre quem governa e quem é responsável pela execução das actividades;
- Até 2007 ter implementado um sistema de gestão financeiro de acordo com as recomendações do Relatório de Auditoria feito pela KPMG em 2005;
- Desenvolver e implementar, até 2007, normas e procedimentos internos sobre o funcionamento administrativo;
- Fazer aprovar, até 2008, uma Lei que substitua o decreto presidencial nº 25/78 do 16 de Março 1978;
- Desenvolver e implementar, até 2007, todas as políticas de recursos humanos da instituição;

⁷⁶ Guidance for NS Statute, pg 16 define **governance**: a “hand off” process whereby the Branch Committee ensures that the Branch is well managed without itself getting involved in management details. The Branch Committee gives direction and support to Management

⁷⁷ **Gestão**: A 'hands on' day-to-day process of carrying out missions and goals set by the Branch Committee in order to achieve the planned-for outcomes. Management does not stretch procedure or activity beyond the scope of Policy

- Criar e implementar, até 2008, um sistema de angariação de fundos por formas a tornar a CVA sustentável de acordo com as orientações da FICV;
- Realizar, até 2007, o levantamento de todos os bens e propriedades da CVA e preceder o respectivo registo e legalização dos mesmos;
- Criar e implementar um conjunto de políticas e regulamento geral de funcionamento a saber:
 - ✓ Procedimentos sobre as eleições internas;
 - ✓ Regulamento sobre a gestão do secretariado;
 - ✓ Política sobre o voluntariado de acordo com as orientações da FICV/CV;
 - ✓ Política sobre a Cruz Vermelha Juvenil;
 - ✓ Directrizes sobre o uso do Emblema da Cruz Vermelha;
 - ✓ Orientações e Normas de segurança;
 - ✓ Orientações e Normas sobre o uso de meios informáticos;
 - ✓ Orientações e Normas sobre o uso dos bens patrimoniais da CVA;
 - ✓ Procedimentos e normas sobre *procurement* e gestão de stocks
- Fazer, até o final de 2006, uma auditoria operacional para analisar o nível de responsabilidade de cada um dos trabalhadores e avaliar o seu desempenho em função dos objectivos estratégicos para os próximos 4 anos.

Actividades planificadas:

- Cursos de capacitação /gestão e Administração e Finanças para os Secretários provinciais;
- Realizar reuniões estatutárias;
- Realizar Workgroups;
- Políticas específicas para o sector social (voluntários, Sócios Contribuintes, Dadores de Sangue);
- Elaboração de relatórios periódicos
- Criar Portal Electrónico da CVA;
- Melhorar a organização do Departamento de Administração e Finanças;
- Esboçar uma política de desenvolvimento Nacional sobre os recursos Financeiro;
- Esboçar uma política de desenvolvimento Nacional sobre os recursos Financeiros;
- Implementar as recomendações das auditorias;
- Execução de relatórios Administrativos e financeiros;

- Execução de Orçamentos Anuais;
- Delinear Política patrimonial.

Actividades realizadas:

“Reinventar a organização é um processo criativo que tem que ser pautado por uma forte visão, e que será formalizado num projecto de organização. O redesenho das actividades é um processo de constante procura e criação de novas áreas de intervenção onde a organização possa dar contributos positivos e obter sucessos. A reorientação de comportamentos não se resume aos líderes, mas afecta todos os actores da organização, visando a valorização do potencial humano, permitindo-lhe desenvolver e otimizar a sua actuação na organização”⁷⁸.

É partindo desse princípio que, no âmbito do seu processo de reestruturação e, tendo como pressuposto a “injecção” de Quadros competentes na sua estrutura organizacional, com vista a criação de sinergias para trazer de volta a imagem e o prestígio consentâneos ao objecto da organização, a CVA, foi selectivamente recrutando, juntando-se ao Secretário Geral, os seguintes elementos: Directora Nacional de Contabilidade & Finanças, Assessor Nacional de Programas & Serviços, Coordenadores Nacionais para a Comunicação e Imagem e Saúde, e Chefe de Repartição de Administração e de Recursos Humanos.

No processo de ampliação do seu *networking* com os diferentes parceiros sociais, a CVA tem participado em todos os encontros convocados pelas entidades governamentais tais como o Ministério da Saúde de Angola (MinSA), a Comissão Nacional de Protecção Civil, a Comissão Nacional e Interministerial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), o Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS), o Instituto Nacional de Educação e Formação Profissional (INEFOP) e outros organismos governamentais, facto que paulatinamente tem melhorado o seu relacionamento com essas entidades. Até hoje, o governo, através do pagamento dos salários de todos os trabalhadores da CVA, tem confirmado o seu papel de financiador chave da organização.

⁷⁸ Gerir em complexidade, um novo paradigma da gestão, p. 111.

Visando melhorar a sua capacidade de autosustentação, celebrou-se um *Memorando de Entendimento ou MoU*⁷⁹ com a Cruz Vermelha da Dinamarca sobre um projecto de Mobilização de Recursos. A partilha de informação, entre as duas organizações, foi prestimosa pois encontros bilaterais e workshops⁸⁰ realizaram-se e que facilitaram a implementação do referido projecto.

Assim, o dito projecto já se encontra em fase inicial de implementação nas províncias de Cabinda, Zaire, Lunda-Sul, Malange, Uíge, e Namibe. Como objectivo fundamental, o projecto tende a melhorar as capacidades de comunicação, gestão e preparação para desastres e, de planificação, monitoria, avaliação e elaboração de relatórios. No sentido, a instituição comprou dispositivos *Modems wireless* que foram instalados nas referidas províncias no decurso do ano de 2010. No âmbito de Gestão e Preparação para Desastres, o projecto cobrirá despesas de encontro nacional para elaboração do Plano Mestre de Gestão de Desastres. Finalmente, considerando as grandes debilidades ainda vigentes na CVA, relacionados com a preparação e submissão de relatórios de actividades e financeiros, o projecto suportará despesas de recrutamento e manutenção de um Responsável para a área de Planificação, Monitoria, Avaliação e Relatórios.

Considerando o grande património herdado da antiga Cruz Vermelha de Portugal em Angola, a CVA tem procurado legalizar todos os seus bens no sentido de ter tutela legal sobre os mesmos e deles poder implementar projectos de mobilização de fundos, facto que em muito reduzirá a total dependência financeira que a instituição vive.

Desde o início do processo de reestruturação em curso na organização, a legalização do património da CVA tem sido uma missão bastante difícil e desafiadora, particularmente pelo facto de não existirem documentos de base que sirvam de suporte para a concretização desse objectivo. No sentido, vagarosas tentativas, considerando a grande burocracia existente em algumas instituições, têm sido feitas junto das autoridades angolanas e da Cruz Vermelha Portuguesa, no sentido de se encontrar a

⁷⁹ MoU: Documento que se celebra para vincular uma determinada parceria ou acordo de cooperação.

⁸⁰ Workshops: São encontros de formação, de capacitação, de reuniões, e ou de partilha de experiências entre diferentes stakeholders.

referida documentação que vise facilite o dito processo de legalização do património. Infelizmente, todas as entidades contactadas mostraram não possuírem registos anteriores do património em nome da antiga Cruz Vermelha de Portugal em Angola. No entanto, apesar desses constrangimentos, a actual equipa de gestão da CVA encontra-se determinada em prosseguir com essa “luta”, uma vez que a rentabilização do património vislumbra um futuro promissor para a instituição.

O sistema de Departamento de Contabilidade e Finanças foi reforçado com o início da implementação de um software contabilístico e financeiro NAVISION por parte da FICV/CV. No sentido, um manual de procedimentos foi elaborado e submetido para tradução através da FICV/CV na zona da África Austral. Porém, aspectos ligados ao fraco acesso à internet, informação tecnológica de apoio, e limitado apoio financeiro têm prevenido a implementação satisfatória e rápida desse sistema. Felizmente, no final do ano de 2008, a organização recebeu da Cruz Vermelha de Espanha um financiamento de 60,000 CHF (Francos Suíços) que permitiu a instalação de uma rede informática e a compra de um servidor para a sede nacional. No sentido, um contrato de prestação de serviços de instalação de rede informática valorizado em USD 21,000 (Vinte e Um Mil Dólares Americanos) foi celebrado com a empresa ANATEL que realizou os trabalhos até no início de 2009.

De igual modo, ainda no âmbito do desenvolvimento institucional, a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha de Angola efectuou as seguintes actividades:

- Deslocações de trabalho às Delegações Provinciais da CVA no país;
- Estudos de Análise das Capacidades de Vulnerabilidade no país, em conjunto com a Comissão Nacional de Protecção Civil;
- Participação na Conferência Pana Africana das Sociedades Nacionais da CV Africanas, decorrida em Joanesburgo, na qual a CVA elaborou o relatório da actividade realizada no 1º dia do encontro, cuja leitura fora feita no início da actividade do 2º dia; e
- Participação nas reuniões ordinárias de Coordenação do *Southern African Partnerships of Red Cross Societies (SAPRCS)* em Joanesburgo, e em outras actividades em outros países.

EIXO II: SAÚDE E HIV/SIDA

Para muitas pessoas, a história da saúde pública é considerada como a história da luta contra as enfermidades infecciosas, realçadas por ilustres nomes tais como Pasteur, Jenner e Koch. A expressão “Saúde pública” se ilustra com a erradicação de vírus, a “revolução sanitária” que se estabeleceu e aplicaram os princípios da higiene moderna e os progressos espectaculares obtidos contra pragas históricas como o tétano, a febre tifóide, a poliomielite, a difteria, a malária e a tuberculose”⁸¹.

Assim, pode se entender, a saúde pública, como sendo um conjunto de medidas que se podem tomar colectivamente pela sociedade, visando criar condições em que as pessoas possam estar saudáveis⁸².

Objectivo Geral 1 – Relativos a SAÚDE: Melhorar de forma sustentável as condições de saúde das comunidades vulneráveis das 18 províncias do país.

Metas estratégicas:

- Fortalecer, durante os próximos 4 anos, a colaboração entre a CVA e o MINSA e outras ONG's referentes a área de saúde e intervenção nas comunidades;
- Até 2009, identificar potenciais formadores, para capacitar os quadros da Cruz Vermelha de Angola, de acordo com os procedimentos do MINSA;
- Até 2008, realizar cursos ARCHI 2010 para os trabalhadores efectivos e voluntários;
- Até 2009, aumentar o número de voluntários preparados e treinados para, junto às populações, educar sobre água e higiene;
- Até 2008, aumentar o número de activistas preparados para detectar junto às comunidades, casos suspeitos de malária, doenças do sono e TB;
- Realizar cursos de PHAST para os voluntários das comunidades;

⁸¹ Federación Internacional de las Sociedades de la Cruz Roja y Media Luna roja, Sida, Salud y derechos humanos, p.31.

⁸² Instituto de Medicina dos Estados Unidos da América, 1988.

- Até 2009, aumentar o número de activistas capazes de planificar e monitorar as actividades de prevenção e primeiros socorros;
- Aumentar, até 2009, o número de agentes educadores nas comunidades das 18 províncias do país; e
- Melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados junto à população vulnerável;

Actividades planificadas:

- Cooperar com o MINSA (a nível Nacional, Provincial e Local) e com outras organizações que trabalham na área da Saúde.
- Identificar formadores capazes de transmitir conhecimentos aos quadros da CVA de acordo com os procedimentos do MINSA.
- Realizar cursos de ARCHI 2010 para o pessoal efectivo e voluntários.
- Realizar 3 cursos por Ano e por Província para formação contra a malária para o pessoal efectivo e voluntários da CVA.
- Realizar visitas ao domicílio para prevenção e mobilização social e rastreios sobre as doenças alvos do Programa Alargado de Vacinação.
- Detectar, ao nível das comunidades, casos suspeitos de malária, doenças de Sono e tuberculose e referir aos Postos de Saúde.
- Mobilizar todos voluntários e pessoal efectivos dos Postos de saúde para a participação nas Jornadas Nacionais dos Voluntários (JNVs) levadas a cabo pelo MINSA.
- Participar em todos encontros do CCI.
- Realizar 3 (Três) Cursos PHAST para o pessoal e voluntários das comunidades.
- Planificar, monitorar e avaliar as actividades de prevenção e socorros relacionadas com epidemias.
- E, reforçar relações de cooperação com o MINSA.

Actividades realizadas:

No âmbito da epidemiologia da Malária, a Sociedade Nacional presidiu o Fórum Nacional dos Parceiros de Luta contra a Malária até Setembro de 2009, após haver ganho as primeiras eleições democráticas realizadas em Abril de 2007.

Na qualidade de Presidente do Fórum Parceiros de Luta Contra a Malária, a CVA participou em várias reuniões de coordenação nacional, bem como na preparação de um Workshop Internacional de Intervenção de Malária a Nível Comunitário, que se realizou no mês de Junho de 2010, e que serviu como estratégia de manutenção e reforço da cooperação entre os parceiros da área.

De igual modo e de maneira abrangente, a CVA é membro de destaque no Mecanismo de Coordenação Nacional do Fundo Global para os Projectos de VIH e SIDA, Malária e Tuberculose, actualmente presidido pela Vice-Ministra de Educação para o Ensino de Adultos e, Secretariado pela Vice-Ministra de Saúde Pública.

A Sociedade Nacional continua empenhada em servir as comunidades através dos *networks* dos seus serviços de saúde, atitude que positivamente facilita a melhoria da implementação dos seus serviços tais como a construção e reabilitação de alguns centros de saúde. Importa realçar que a melhoria dos serviços tem sido acompanhada de intensivo desenvolvimento das capacidades do staff e voluntários da CVA, particularmente na gestão de actividades de água e saneamento, através de cursos de refrescamento.

Contudo, apesar dessa mudança positiva, ainda observa-se a necessidade de as actividades de educação sobre saúde e promoção de higiene precisarem de ser reforçadas em todas as províncias principalmente as mais propensas a riscos de desastres, tais como Luanda, Benguela, Huambo e Kwanza Sul.

O Programa de Água e Saneamento (*WatSan*), que começou como programa de recuperação das inundações, tem, gradualmente, sido integrado em programação de cuidados de saúde de longo prazo. Para a CVA, o programa de *WatSan* é uma nova intervenção, apesar da grandeza das necessidades do programa em todas as províncias do país.

No âmbito da cooperação existente dentro do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, a FICV/CV, em parceria com a CVA, iniciaram um processo de mobilização de recursos para responder às necessidades adicionais de financiamento e de recursos materiais, que facilitarão o desenvolvimento de programas de *WatSan* nas 18 províncias

do território nacional. No sentido, alguns cursos sobre PHAST (*Participatory Hygiene and Sanitation Transformation*) foram realizados através do apoio de Delegados da FICV/CV na Zona da África Austral, baseada em Joanesburgo, na África do Sul.

Em virtude de a cólera continuar a ser uma das grandes preocupações da Saúde Pública, especialmente depois das inundações sazonais, a CVA, em coordenação com o Programa de Cuidados e Saúde da Federação Internacional, vem empenhando-se na criação, para posterior colocação antecipada, de kits de cólera no país. De igual modo, a Sociedade Nacional mostrou grande interesse em ampliar as suas actividades de primeiros socorros a nível comunitário. Nesta área, 18 empregados e voluntários beneficiaram de cursos de formadores, 11 empregados foram instruídos sobre aspectos ligados a gestão de desastres e, 7 secretários provinciais e 4 voluntários beneficiaram de cursos enquadrados neste projecto. As províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Luanda realizaram 1 curso de primeiros socorros, cada. Para se ministrar este curso às empresas ou entidades de fora, a CVA-Sede Nacional, enviou ao terreno uma equipa de formadores preparados para o efeito.

Foram realizados 4 cursos de prevenção de epidemias nas províncias da Huíla e de Luanda (no município de Cacucaco), todas dirigidas por voluntários e líderes comunitários.

A CVA participou activamente na 1ª e 2ªs. Campanhas Nacionais de Vacinação contra a Pólio realizadas em Agosto e Novembro de 2008, respectivamente. No sentido, mais de 200 voluntários pertencentes a 18 províncias participaram em actividade de mobilização social, bem como em campanhas de sensibilização sobre malária, em colaboração com a *World Vision*, cuja parceria se estendeu até Outubro de 2009.

Objectivo Geral 2 – Relativos a HIV/SIDA: Contribuir de forma efectiva para a redução da transmissão do VIH/SIDA e com isto aliviar o sofrimento das pessoas vulneráveis infectadas e afectadas pelo vírus.

A pandemia do VIH e SIDA apresenta um problema capital à saúde pública das comunidades e das nações de todo o mundo. As metas da saúde pública são as de

prevenir a infecção pela transmissão do vírus do VIH (prevenção primária), e atenuar as consequências pessoais e sociais da infecção através do VIH e SIDA, (prevenção secundária e terciária)⁸³.

Metas estratégicas:

- Até final de 2008, reproduzir e adaptar o material de IEC ao contexto do país;
- Aumentar o número de voluntários, responsáveis pela prevenção nas 18 provinciais do país;
- Criar Postos Sentinelas para a distribuição de preservativos nas 18 provinciais;
- Até 2007, seleccionar e formar autoridades tradicionais para as actividades de prevenção do VIH/SIDA;
- Formar educadores de pares (grupo alvo) para a acção de prevenção;
- Criar Centros de Aconselhamento e Testagem nas 18 provinciais;
- Dar uma atenção privilegiada às actividades de cuidado a domicílio para pacientes vivendo com VIH/SIDA que necessita de apoio psico-social;
- Prestar apoio incondicional às crianças orfãs de VIH/SIDA nas 18 províncias.
- Promover a Advocacia sobre a problemática do VIH/SIDA.

Actividades planificadas:

- Reproduzir e adaptar as matérias de IEC no contexto dos pais;
- Formar voluntários em prevenção;
- Criar postos sentinelas para a promoção e distribuição de preservativos;
- Seleccionar e formar autoridades tradicionais nas actividades de prevenção;
- Mobilizar pessoal e voluntários da CVA, e comunidades nas 18 províncias para participação nas Actividades do Dia Mundial do SIDA;
- Formar Educadores de pares (Militares, Policias, Camionistas, Trabalhador de Sexo e Jovens;
- Criar Centros de Aconselhamento de Testagem Voluntárias (CATV's);
- Desenvolver actividade de cuidados ao domicílio;
- Prestar apoio as Crianças órfãs do VIH/SIDA.

⁸³ Federación Internacional de las Sociedades de la Cruz Roja y Media Luna Roja, Sida, Salud y Derechos Humanos, p.39.

Actividades realizadas:

Visando recuperar a sua imagem e melhorar o seu networking, a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha de Angola participa nas reuniões coordenadas pela Rede Angolana das Organizações de Luta contra o VIH/SIDA (ANASO), na qual a CVA é Vice-presidente. De igual modo, existe uma boa e crescente colaboração com o Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (INLS⁸⁴), e outras organizações não governamentais engajadas na luta contra o VIH/SIDA e outras actividades humanitárias.

A parceria com a CV de Espanha continua nas áreas do VIH/SIDA nas províncias de Benguela e Luanda, e na reinserção de Jovens de Rua em Benguela. De igual modo, a CV da Alemanha mantém parceria com a CVA num projecto de VIH/SIDA, de 4 anos, na província do Cunene. De igual modo, a FICV/CV celebrou parceria com a Sociedade Nacional da CVA no Programa de Aliança Global do VIH/SIDA. No início do último trimestre de 2008, a organização celebrou um acordo de parceria com o Fundo Global para a implementação de projectos de VIH/SIDA nas províncias de Benguela e Huíla. Lamentavelmente, por haver se registado um considerável atraso na transferência dos financiamentos para as contas bancárias da CVA, o início da implementação do referido projecto ficou adiado para Fevereiro de 2009.

A CVA encontra-se no seu terceiro ano de implementação de um programa integrado de 5 anos (2006 – 2010) de VIH/SIDA, que é parte do programa regional de VIH/SIDA da África Austral e componente da Aliança Global do VIH/SIDA da FICV/CV.

Tal como já referido, no Programa de VIH/SIDA destaca-se o facto de a CVA estar a trabalhar em parceria directa com a CV de Alemanha na província do Cunene, cujas actividades abrangem 3 (Três) municípios cuja a população é estimada em 12,000 habitantes. O projecto que iniciou em 2007, foi presencialmente supervisionado por um Delegado da CV da Alemanha e implementado pelo pessoal da CVA recrutado para o projecto. Ainda no mesmo âmbito, a CVA trabalhou em parceria com a CV de Espanha

⁸⁴ INLS: Instituto Nacional de Luta Contra O VIH e SIDA, entidade representadora do Governo na Luta contra o VIH e SIDA.

nas províncias de Luanda e Benguela, cujas actividades cingiram-se particularmente na de prevenção do VIH/SIDA.

Importa mencionar que, dentro da parceria celebrada com a Cruz Vermelha da Alemanha (GRC), a CVA realizou alguns estudos, no sentido de se esboçarem alguns projectos para as províncias do Namibe, Huíla e Luanda no ano de 2010.

No que se refere a formação, o Programa de VIH e SIDA facilitou financeira e tecnicamente a formação de 56 voluntários em Prevenção de VIH, sendo 3 representantes de cada uma das 18 províncias e dois da Sede Nacional. Igualmente, foram capacitadas 21 (Vinte e Uma) Autoridades Tradicionais de 3 províncias, apoiados com materiais didácticos e outros artigos de sensibilização do projecto; 600 crianças orfãs de pais com VIH e SIDA nas províncias de Cabinda, Kwanza Norte e Uíge receberam apoios com diversos materiais didácticos (cadernos, mochilas, lapiseiras, lápis de cor, e etc.) e cobertores, colchões, e lençóis; e houve também a criação de 2 (Dois) Centros de Aconselhamentos de Testagem Voluntária (CATV's) nos Municípios de Cacuaco e da Samba, na província de Luanda.

EIXO III: GESTÃO DE DESASTRE/MINAS

Objectivo Geral 1 – Relativos a gestão de desastres: Aumentar o número de equipas preparadas para dar respostas à desastres de qualquer natureza.

Metas estratégicas:

1. Promover e apoiar o governo da área de protecção civil, com principal enfoque para a formação;
2. Aumentar até 2009 o número de agentes preparados para intervir em caso de desastres;
3. Até 2007, identificar, seleccionar e formar voluntários nas 18 provinciais;
4. Realizar em todas as provinciais, cursos de gestão de desastre;
5. Até final de 2008, constituir a Equipa Nacional de Resposta a Desastres;
6. Fortalecer a intervenção da CVA junto à Comissão Nacional de Protecção Civil e outros organismos que trabalham com Gestão de Desastres;

7. Até final de 2009, ter criado e implementado um sistema de reuniões regulares de avaliação;
8. Até final de 2006 ter desenhado um plano de parceria junto do sector privado para a realização de cursos de primeiros socorros.

Actividades planificadas:

- Identificar formadores e adaptá-los de acordo o material existente a partir da equipa de Gestão de Desastres da Sede Nacional e das provinciais;
- Seleccionar e recrutar efectivos e voluntários em cada Província para posterior formação;
- Realizar cursos de Gestão de Desastres para análise das capacidades e vulnerabilidades;
- Constituição de equipa Nacional de Resposta a Desastres;
- Participação e educação nas actividades comunitárias sobre prevenção dos desastres;
- Estabelecer e fortalecer a intervenção da CVA junto da comissão Nacional de protecção civil e outros organismos que trabalham em termos de Gestão de Desastres;
- Realizar reuniões regulares de avaliação;
- Estabelecer políticas / planos de emergência e sua estrutura
- Realizar cursos de Primeiros Socorros nas Empresas e organismos públicos e comunidades.

Actividades realizadas:

A Sociedade Nacional da Cruz Vermelha de Angola continua sendo um membro activo da Comissão Nacional da Protecção Civil e de outros grupos durante os períodos de emergências de desastres naturais ou de outra natureza.

Em parceria com a referida Comissão Nacional de Protecção Civil, a CVA efectuou alguns estudos de Capacidades de Vulnerabilidades das populações em áreas de risco, nas províncias do Kwanza Norte, do Bengo, de Luanda, do Uíge, do Namibe, da Huila e do Kuando Kubango, através de sensibilização sobre o risco de desastres e capacitação na edificação de primeiros socorros e educação sobre risco de minas.

A instituição focalizou no desenvolvimento de plano estratégico de gestão de desastres. Para efeitos de coordenação, os termos de referência e a descrição do projecto foram formulados pela sede Nacional e distribuídos à todas as suas delegações provinciais. De igual modo, foi elaborado um esboço do plano de acção de gestão de desastres para 2009 e um plano de contingência para a cólera e as inundações, faltando unicamente a elaboração de semelhante documento para os anos de 2011 a 2012.

No âmbito da cooperação internacional, a Cruz Vermelha de Angola faz parte do projecto da Iniciativa sobre a Bacia do Rio Zambezi, criado através da FICV/CV em Joanesburgo, visando assistir as comunidades vulneráveis em sete países africanos, nomeadamente, Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. No sentido, a CVA realizou estudos da capacidade de vulnerabilidade em algumas comunidades nas províncias do Bengo, Kwanza Norte, e Kuando Kubango. A actividade, que abrangeu cerca de 10,000 populares, consistiu na identificação de necessidades básicas, bem como na sensibilização sobre possíveis riscos de desastres em algumas zonas consideradas de risco. No sentido, alguns dos comités de gestão de desastres constituídos em algumas comunidades no Kwanza Sul e Benguela receberam formação de alto nível, através de cursos de refrescamento, bem como orientação em gestão de finanças e de pequenos negócios.

Nos níveis nacionais e provinciais, a CVA tem participado em encontros regulares de gestão de desastres e grupos de trabalhos com o governo, particularmente através da Comissão Nacional de Protecção Civil, e com organizações nacionais e internacionais. A Sociedade Nacional também distribuiu material promocional de informação, educação e comunicação tais como posters, brochuras e estudos de casos relacionados com programas de redução de risco de desastres e malária.

Em função das constantes inundações verificadas no país nos períodos de chuvas torrenciais, a CVA realizou levantamentos rápidos nas províncias do Cunene e do Kuando Kubango no sentido de determinar o nível de preparação das comunidades e das suas estruturas. Durante o ano de 2008, cerca de 20 bicicletas foram distribuídas aos voluntários nas áreas críticas de inundações, a coberto do programa de mitigação de riscos de desastres.

Durante a operação de resposta às inundações no Cunene, a BHP Billiton-Excom, empresa mineira Australiana, doou USD 100,000.00 (Cem Mil Dólares Americanos) para assistir famílias desalojadas naquela província mais a Sul do país. As actividades cobertas com esse financiamento incluíram prevenção de doenças oriundas de água contaminada. Aproximadamente, 15,000 pessoas foram abrangidas com o provimento de água optável e locais de sanidade, construção de latrinas, educação de cuidados de saúde e promoção de higiene.

Finalmente, iniciativas de prevenção de cólera foram apoiadas por autoridades locais, OXFAM, DFID e Cruz Vermelha da Alemanha. O apoio deste último parceiro, que durou cerca de três meses, foi direccionado ao município do Porto Amboím, na província do Kwanza Sul, onde através da sensibilização, campanhas diversas, educação sobre cuidados de saúde, distribuição de soro de hidratação oral, e visitas ao domicílio, beneficiou cerca de 55,000 populares de diferentes comunidades.

Objectivo Geral 2 – Relativos a EDUCAÇÃO SOBRE O RISCO DE MINAS: Contribuir para diminuir significativamente o número de vítimas de Minas por meio de trabalho de educação ligados directamente às comunidades.

Metas estratégicas:

- Recolher informações sobre Minas e Engenhos explosivos não detonados (UXO) em todas as provinciais do país e divulgar a informação para as autoridades e demais organizações que trabalham em desminagem;
- Divulgar mensagens sobre o risco de minas e UXO junto às comunidades, líderes tradicionais e grupos de riscos;
- Apoiar as comunidades na criação de áreas de segurança para as crianças;
- Em colaboração com a Comissão Nacional e Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), dar cursos sobre os riscos de minas;
- Mobilizar e sensibilizar as vítimas de minas para a sua reabilitação físicas e profissional.

Actividades planificadas:

- Recolher informações sobre Minas e / UXO⁸⁵.
- Difundir os dados recolhidos para partilhar com as autoridades e os actores de desminagem e conceptualizar as prioridades para desminagem;
- Difundir mensagens sobre os riscos de minas aos líderes tradicionais⁸⁶ e grupos em risco conforme as metodologias e esquemas standardizados da CVA;
- Criação em conjunto com as comunidades de zonas e áreas seguros para crianças;
- Analisar os dados recolhidos e estabelecer directrizes de segurança e difundidos através de mídias com o conhecimento apoio e cooperação das autoridades;
- Dar a conhecer, a todos os órgãos, os programas a CVA;
- Dar cursos sobre o Risco de Minas em cooperação com CNIDAH as instituições que tem ligações comunitárias;
- Estabelece relações com futuros doadores a médio e longo prazo;
- Mobilizar e sensibilizar os amputados para a sua reabilitação física e profissional

Actividades realizadas:

No programa de Educação Sobre Risco de Minas, que é implementado em 7 províncias do país, a CVA forneceu cursos de capacitação e materiais a grupos de pescadores, camponeses, pastores e caçadores. O programa inclui actividades de produção de material de IEC, pintura de paredes e placards informativos sobre conhecimento de riscos de minas e outros engenhos explosivos não detonados.

Em virtude do fim da missão do CICV do país, em Junho de 2009, uma proposta de financiamento de cerca de USD 150,000 foi apresentada ao CNIDAH, visando facilitar a continuidade de implementação do projecto, pela CVA, no biênio 2009 – 2010. É de se realçar também a realização de cursos de refrescamento sobre perigo de Minas nas províncias do Zaire, Bié, Moxíco, Kuanza Sul e Kuando Kubango, bem como a difusão de directrizes de segurança através do média, que tem sido feito em algumas províncias.

⁸⁵ UXO: Engenhos explosivos não detonados.

⁸⁶ Líderes Tradicionais: Refere-se aos Sobas, Regedores e outros que têm autoridade sobre as comunidades.

EIXO IV: JUVENTUDE

Objectivo Geral: Reactivar e manter a Juventude da Cruz Vermelha de Angola em actividades sociais e humanitárias

Segundo o livro da Fundação Eduardo dos Santos (FESA)⁸⁷, intitulado “A Juventude Face à Reconstrução e ao Desenvolvimento do País, na p. 9, “Reflectir os problemas e consequentemente, os anseios e receios da juventude é perspectivar um país estável do ponto de vista sócio económico, cultural e até mesmo político. É garantir uma sociedade justa e de paz. Pois, o contexto de desfasamento e descontentamento social por razões de difícil aceso ao ensino, a saúde, ao emprego, à casa própria, tem em alguns casos dado lugar a actos de desesperos, o que tem estado a contribuir, circunstancialmente para algumas situações de abstencionismo do mesmo no processo de reconstrução do país”.⁸⁸.

Metas estratégicas:

1. Até final de 2006, ter reactivado os núcleos de brigadas da juventude;
2. Promover cursos de capacitação de activistas da CVA para jovens;
3. Aumentar as parcerias com outras sociedades nacionais nas áreas da juventude;
4. Aumentar as oportunidades de alfabetização e bem-estar social em todas as provinciais.

Actividades planificadas:

- Criação de núcleos e formação de brigadas juvenis;
- Criar Juventude da Cruz Vermelha de Angola;
- Delinear políticas e estruturas da Juventude a todos níveis;
- Promover cursos de capacitação no âmbito das actividades e programas da CVA;
- Desenvolver parcerias com Juventude de outras Sociedades Nacionais;
- Promover cursos de Alfabetização e bem-estar social nas Províncias;

⁸⁷ Fundação Eduardo dos Santos: Tem como patrono Sua Excia. o Sr. Presidente da República de Angola, Engº José Eduardo dos Santos.

⁸⁸ A Juventude Face à Reconstrução e ao Desenvolvimento, p.9, 2008.

Actividades realizadas:

Em virtude de ainda não se haver recrutado o Director de Juventude e Voluntariado, os trabalhos desta área continuam sendo directamente coordenados e executados pelo Secretário-geral da instituição, com apoio da Assistente da área.

No sentido, esforços contínuos estão sendo envidados para no início do próximo ano se recrutar o dito Director Nacional da Juventude e Voluntariado, de se criarem parcerias com entidades ligadas à juventude, de se promoverem cursos de alfabetização para os mais vulneráveis, e de se criar uma base de dados da Juventude e Voluntariado da CVA.

Até hoje, o processo de reestruturação deu alguns passos que aos poucos vai enaltecendo o papel desempenhado pela Juventude e Voluntariado da CVA. Assim, após o recrutamento da Assistente da área elaboraram-se documentos de controlo e gestão de voluntários, que a instituição tem disseminado e tentado implementar nas suas delegações provinciais.

Como resultado dessa implementação, 5 (Cinco) Núcleos e Brigadas Juvenis, considerados como futuros viveiros da organização, foram criados nas províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Moxico, e Kuando Kubango, ficando as outras províncias regaladas para o próximo ano de 2011, por constrangimentos financeiros.

Actualmente, a Sociedade Nacional tem cerca de 2,850 voluntários dos existentes na CVA, a nível nacional, dos quais cerca de 1,817 estão no activo.

EIXO V: AGÊNCIA DE PESQUISA

Objectivo Geral:

A área de Agência de Pesquisas ou Reunificação de Laços familiares foi concebida com o objectivo de contribuir de forma efectiva para a reunificação de famílias e crianças separadas durante o conflito armado.

Tal como para a CVA, as actividades de Reunificação de Laços familiares dos vários componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do crescente Vermelho, em particular as do CICV, estão concebidas a partir das Convenções de Genebra, dos estatutos do Movimento, das resoluções do Movimento e do Conselho de Delegados. Posteriormente, elas foram baseadas nas resoluções da reunião estatutária da FICV/CV, das sociedades nacionais, individualmente, e da Federação⁸⁹.

Metas estratégicas:

Como metas estratégicas, o programa de Laços Familiares visa:

1. Localizar, através das Mensagens da Cruz Vermelha (MCV)) e das Gazetas, as pessoas separadas;
2. Localizar, no seio dos deslocados por razão de conflitos armados, os mais vulneráveis;
3. Apoiar pessoas adultas e crianças não acompanhadas que perderam o contacto com familiares por causa do conflito armado, dando-lhes possibilidade de reestabelecer e manter os laços familiares através das MCV;

Actividades planificadas:

- Apoiar pessoas adultas, incluindo Crianças não acompanhadas, que perderam o contacto com os seus membros de famílias por causa do conflito armado, dando-lhes possibilidades de restabelecer e manter os laços familiares através de MCVS;
- Localizar através das MCVs e Gazetas as pessoas separadas seja pelo mandato do CICV ou pelo mandato da CVA;
- Localizar no seio dos deslocados por razões do conflito armado os mais vulneráveis;
- Reciclar o pessoal afecto à rede de pesquisas, com a realização de seminários bimensais;
- Fazer difusão no seio dos voluntários da Agência de Pesquisas sobre o papel da CVA e dos Princípios Fundamentais do Movimento e distribuir panfletos sobre a mesma actividade;

⁸⁹ International Committee of Red Cross, Restoring Family Links, including legal references, p. 17, Genève, Switzerland.

- Obter meios de comunicação eficazes tais como rádios, através de fundos de outros programas da CVA, e buscar fundos para garantir comunicação através de um sistema nacional de rádio HF.

Actividades realizadas:

Agência de Pesquisas da Sociedade Nacional primou, em parceria com o CICV, em minimizar o sofrimento humano através do restabelecimento de laços familiares nas 18 províncias de Angola. Estrategicamente e em função das disponibilidades financeiras, a CVA e o CICV realizaram as seguintes actividades:

- Recepção e apoio a pedidos de pesquisas provenientes das sociedades nacionais de Portugal (7), Filândia (1), Inglaterra (1), e Bélgica (1);
- Emissão e distribuição de 10,223 mensagens;
- Reunificação de 13 crianças;
- Controlo e assistência a 117 crianças;
- Recepção de aproximadamente 14,833 visitas;
- Localização de 2,866 casos através de mensagens de 1º contacto;
- Actualização de 2,139 mensagens normais da CVA;
- Identificação de 7 pessoas vulneráveis, separadas de suas famílias;
- Realização de 42 seminários de capacitação, monitorização e refrescamento aos 18 Coordenadores Provinciais e 62 Voluntários, sendo 14 no 1º Trimestre, 15 no 2º Trimestre e 13 no 3º Trimestre.

É de referir que, como principais parceiros destacam-se o Governo de Angola através do Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS), Sobas e ou líderes tradicionais locais, Administrações Municipais, Igrejas, Polícia Nacional, Forças Armadas, Sociedade Nacional e CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha).

Em relação a parceria com o CICV, a mesma terminou em Junho de 2009, uma vez que a guerra terminou há muitos anos e a actual demanda dos serviços de buscas e reunificações de laços familiares diminuiu significativamente.

Em função da redução na demanda dos serviços do Programa de Pesquisas, a equipa sénior da CVA achou conveniente não incluir o programa na lista de prioridades para o biênio de 2010-2011, pois atenção e esforços especiais serão focalizados nas principais preocupações que se registam no seio dos mais vulneráveis. Assim sendo, a actividade da CVA nesta área em 2010 e 2011 consistirá simplesmente na resolução dos casos registados e não solucionados ainda, assim como dos poucos que se lhes forem apresentando.

4.4. Principais desafios ao trabalho humanitário

Analizada a actual situação da Cruz Vermelha de Angola e o contexto macro económico e social do país, chega-se as seguintes conclusões, que se podem caracterizar como desafios:

- Melhoria do fraco desempenho dos órgãos de governação e gestão e separação de papéis entre estes em relação aos níveis de responsabilidade de cada um;
- Melhoria do fraco prestígio junto aos parceiros, doadores e comunidade internacional por fraca capacidade de prestação de contas e de gestão financeira;
- Implementação de mecanismos legais que dêem sustentabilidade a organização;
- Fraca coordenação entre a área de programas central e as delegações provinciais;
- Redução da dependência em relação a ajuda financeira externa para implementar programas e projectos.
- Melhoria e fraca comunicação entre a base e o topo, e vice-versa;
- Desenvolvimento da advocacia e divulgação dos projectos da CVA;
- Melhoria da cultura de trabalho e de criação de valores internos;
- Melhoria dos sistemas de gestão eficientes dos recursos humanos e mecanismos de avaliação de desempenho dos mesmos.

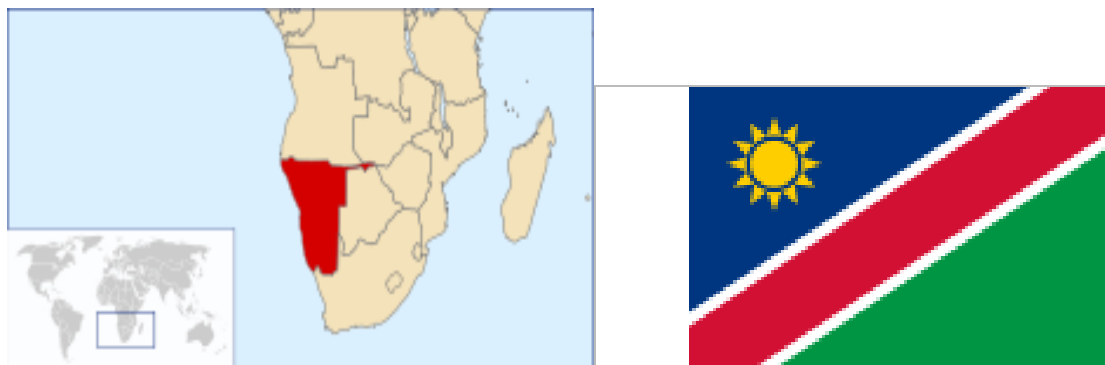
4.5. Resumo dos Programas implementados em 2008

Projecto	Doador	Local de Implementação	Período de Implementação	Orçamento
Reforço da Capacidade para o controlo da Malária	World Vision vs. World Learning	Kwanza Norte	1 Ano: 22 Outubro de 2007 a 21 Outubro de 2008	211.223,00
Projecto de Desastres	Cruz Vermelha Alemã	Kwanza Sul	Fev. a Julho de 2008	30.000,00
Projecto das ``Cheias``	BHP Billington	Cunene	4 meses	100.000,00
Projecto HIV/AIDS	União Europeia	Cunene	4 anos: 2007 - 2011	1.000.000,00
Projectos sobre Acção de Minas (ERM)	CICV	Kuando Kubango, Bie, Benguela, Moxico, Zaire, Kwanza Norte	1 ano: Janeiro a Dezembro de 2008	104.220,00
Projecto Integrado sobre HIV, Malária e TB	HAMSET	Cabinda	1 ano: Janeiro a Dezembro de 2008	34.567,00
Projecto HIV/AIDS	UNDP/Fundo Global	Huila e Benguela	1 ano: Fevereiro de 2009 a Julho de 2010	126.000,00
Projectos de Meios de Vida Sustentáveis	Cruz Vermelha Alemã	Bengo, K. Norte, e K. Kubango	6 meses: Julho a Dezembro 2008	280.000,00
Projecto de Redução de Risco e Desastres e Emergências Catastróficas	Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha (via Cruz Vermelha Alemã)	Luanda e Huila	1 ano: Julho de 2008 a Julho de 2009	250.000,00
Projecto HIV/AIDS	Emb Norueguesa (via FICV CV)	K. Norte, Moxico, Huila	3 anos: Julho de 2008 – Julho de 2011	396.693,00
Projecto sobre HIV, Malária e TB	HAMSET	Kuando Kubango	1 ano	68.000,00

Capítulo 5: Contributo da Cruz Vermelha na Namíbia (NRCS)

5.1. Namíbia – Contexto geográfico, económico e social

A República da Namíbia é um país situado no sudoeste do continente Africano, tendo fronteiras naturais com Quatro (4) países, nomeadamente Angola no Norte, Zâmbia no Nordeste, Botswana no Este e, África do Sul no Sul.



Bandeira Nacional da Namíbia

O país, que conquistou a sua independência em 1991, é um estado democrático e de direito, e tem 13 (Treze) regiões administrativas que são: Caprivi, Erongo, Hardap, Karas, Khomas, Kunene, Ohangwena, Kavango, Omaheke, Omusati, Oshana, Oshikoto, e Otjozondjupa, e com uma população estimada em cerca de 1,8 milhões de habitantes, maioritariamente vivendo nas zonas rurais.

Antes da independência em 1991, no país reinou o sistema político do Apartheid que exclusivamente favorecia uma minoria branca, em detrimento da maioria da população.

Apesar das suas grandes riquezas naturais, Namíbia continua a ser um dos países do mundo com grandes desigualdades sociais. O Produto Doméstico Nacional é fundamentalmente composto por 12% da Agricultura, 30% da Indústria e 58% de serviços diversos.

Na região da África Austral, a República da Namíbia é considerada como sendo o país com as terras mais férteis na parte Sul do Continente Africano. O país importa milho, no sentido de complementar a produção local. A escassez de recursos naturais de água também afecta negativamente as capacidades de produção de alimentos ou comida

e aumenta a vulnerabilidade no seio das comunidades. Essa situação é bastante grave considerando, o facto de aproximadamente metade da população praticar e depender da agricultura de subsistência e, cerca de 30% dos pais de famílias não serem capazes de providenciar comida nutritiva de grande qualidade aos seus filhos ou famílias.



Parlamento da Namíbia

A República da Namíbia é o país do mundo que tem o quinto maior índice de prevalência do VIH e SIDA, que consequentemente, tem sido a maior causa das mortes e hospitalizações no território.

5.2. Historial, objectivos, missão, visão e valores da NRCS

A Cruz Vermelha da Namíbia ou *Namibia Red Cross Society (NRCS)* é uma organização de assistência humanitária nacional, criada por Decreto Parlamentar nº 16 de 1991 e, auxiliar dos poderes públicos.

Em 1993, a Cruz Vermelha da Namíbia foi reconhecida pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e admitida como Membro das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

A Sociedade Nacional almeja implementar as suas actividades humanitárias tendo como guião os Sete Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. À luz dos indicadores de Desenvolvimento Humano, a NRCS implementa os seus programas no país focalizando nas áreas de Cuidados e Saúde, Gestão de Desastres e Desenvolvimento Organizacional. Na generalidade, a essência dos seus programas tem grande ênfase na realização de

actividades sobre a pandemia do VIH/SIDA e de outros problemas de saúde pública nas diversas comunidades do país.

Durante alguns dos passados anos, a NRCS desenvolveu-se bastante tanto na melhoria das suas qualidades em fornecimento de serviços, assim como nas suas capacidades institucionais. Verificou-se uma subida vertiginosa na implementação de actividades humanitárias, bem como na resolução de questões ou necessidades humanitárias gritantes através dos programas chaves da Sociedade Nacional.

Apesar dessa subida satisfatória, as constantes e elevadas demandas humanitárias, maioritariamente, nas áreas de VIH e SIDA têm forçado a expansão progressiva da NRCS em todo o território nacional.

Objectivos:

O objectivo geral da *Namíbia Red Cross Society* consiste em melhorar o respeito pela dignidade humana e a tolerância no país.

De maneira mais detalhada, a NRCS tem como objectivo específico o aumento da tolerância, o respeito pela dignidade humana e o entendimento sobre os valores humanitários e Princípios Fundamentais, os emblemas da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e a Lei Humanitária Internacional no seio dos trabalhadores assalariados, voluntários e público em geral, na Namíbia.

Missão, Visão e Valores Fundamentais

Missão:

A Missão da Cruz Vermelha da Namíbia consiste em “Melhorar as vidas das pessoas vulneráveis, mobilizando o poder da humanidade”.

Visão

Para o cumprimento da sua missão humanitária, a NRCS tem como visão: “Reduzida vulnerabilidade e enaltecida a dignidade humana, através de “*networks*” locais e globais.

Valores Fundamentais:

Objectivamente, os valores fundamentais da Sociedade Nacional da Cruz Vermelha da Namíbia são:

- Dedicada a satisfazer as necessidades dos mais vulneráveis;
- Prática e efectiva;
- Dinâmica e responsiva;
- Aberta e hospitaleira a todas diversidades válidas;
- Credível e transparente; e
- Cooperativa e profissional.

Tendo presente os valores atrás enumerados, a Cruz Vermelha da Namíbia leva e executa as suas actividades de maneira a satisfazer os que mais sofrem e menos podem.

5.3. Prioridades estratégicas e actividades

Eixo Estratégico I: Promoção de Princípios Fundamentais e valores Humanitários:

Os valores da *Namíbia Red Cross Society (NRCS)*, na qualidade de organização humanitária, estão reflectidos nos Sete Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz vermelha e do Crescente Vermelho. Os Princípios Fundamentais definem a posição da NRCS em relação ao respeito pela dignidade e valores humanitários, assim como na promoção da paz e da não-violência no país e em todo o mundo. De igual modo, os Princípios Fundamentais constituem a base na realização das actividades, que se focalizam principalmente na protecção da vida, saúde e dignidade humana.

Um entendimento eficaz sobre os Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, no seio do público, é um forte trampolim para advocacia que visa contribuir na obtenção de recursos para implementação de programa e projectos de alívio do sofrimento humano.

Considerando o seu papel de auxiliar dos poderes públicos, que desenrola no país, a Cruz Vermelha da Namíbia, delineou estratégias que permitem enquadrar num horizonte temporal e estratégico, as suas prioridades, de modo a poder utilizar de maneira racional e eficiente os seus recursos humanos, financeiros, e materiais.

Actividades planificadas:

No âmbito do Programa de Promoção de Princípios Fundamentais e valores Humanitários, a Sociedade Nacional da Namíbia tem agendado, para o quadriénio de 2006 a 2010, as seguintes actividades estratégicas:

- Criação das capacidades dos trabalhadores assalariados e dos voluntários na promoção de princípios fundamentais do Movimento, Valores Humanitários, Emblemas da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e o Direito Internacional Humanitário, com aplicação no seu próprio contexto.
- Desenvolvimento de programas da juventude focalizados no entendimento dos Princípios Fundamentais e assuntos relacionados com respeito pela dignidade humana, tolerância e o papel da sociedade na protecção da humanidade através do voluntariado.
- Desenvolvimento de actividades de advocacia, focalizando no direito de acesso aos serviços básicos das pessoas vulneráveis (i.e. tratamento de SIDA às pessoas vivendo com VIH e SIDA (PVVHIVSIDA) e participação total de pessoas vulneráveis sem discriminação, utilizando as bases dos Princípios Fundamentais e dos Valores Humanitários.
- Integração e promoção de Princípios Fundamentais e Valores Humanitários como centrais em todas as actividades dos seus programas.

Actividades realizadas:

A Sociedade Nacional comemorou o Dia Internacional do Voluntariado a nível nacional e provincial. Na cidade de Windhoek, a Cruz Vermelha da Namíbia em parceria com outras organizações, bem como com a Comissão Nacional de Planificação celebraram o dia do Voluntariado. De igual modo, a comemoração teve como objectivo a criação de entendimento comum sobre Voluntariado e a partilha de apreciação sobre

os seus valores; identificação e proposta de métodos de resolução de obstáculos que previnem a deterioração e utilização do poder do voluntariado na Namíbia.

Eixo Estratégico II: Cuidados e Saúde:

Os efeitos combinados de VIH e SIDA, Tuberculose (TB), Malária, e doenças relacionadas com Água e Saneamento causam mais mortes e destroem mais animais que qualquer outro desastre e conflito combinados. O *African Red Cross National Societies Health Initiatives* (Iniciativas de Saúde das Sociedades Nacionais de África da Cruz Vermelha), (ARCHI) e o Plano de Acção de Argélia estão cometidos a satisfazerem os principais problemas de saúde pública em África.

VIH e SIDA:

O VIH e SIDA é o maior desastre desta década, afectando vidas de milhões de pessoas no mundo, muitos dos quais pobres e vulneráveis. Dados estatísticos mostram que mais de 40 (Quarenta) Milhões de pessoas vivem com o VIH e SIDA no mundo, das quais cerca de 26.6% estão na África Sub-Sahariana, o VIH e SIDA é considerado como o maior desafio de saúde e de desenvolvimento na República da Namíbia. De acordo com algumas fontes informativas, o índice de prevalência do VIH SIDA, nos anos de 2004, era de aproximadamente 19.8% e que, até 2008, a doença já criou forte pressão no sistema de saúde nacional.

Objectivo Geral I: VIH e SIDA – Prevenção, Estigma e Discriminação

Até 2010, contribuir significativamente na redução de posteriores infecções de VIH e SIDA e reduzir o estigma e a discriminação vigente no território nacional da Namíbia.

Actividades planificadas:

- Edificar as capacidades das comunidades através dos voluntários em resolver as questões relacionadas com o estigma e a discriminação.

- Desenvolver, com o envolvimento de grupos de Pessoas Vivendo com o Vírus do VIH e SIDA (PVVIHSIDA), desenvolver uma campanha de mobilização para resolver assuntos de estigma, almejando alguns factores tais como:
 - ✓ Cultura;
 - ✓ Ambiente Sociopolítico; e
 - ✓ Género.
- Fazer advocacia para o desenvolvimento e implementação de políticas direccionadas a implementação de práticas de não discriminação em todos os sectores;
- Contribuir no desenvolvimento de políticas e leis de reformas;
- Desenvolver programas de prevenção que resolvam factores culturais e sociais difíceis que incrementam a vulnerabilidade (i.e., pobreza, desigualdades no género, práticas tradicionais, abuso de álcool, prostituição e violência). O programa deve ser concebido com o propósito de influenciar a mudança de mentalidade e de comportamento, visando beneficiar as populações mais propensas a riscos, tais como:
 - ✓ Juventude;
 - ✓ População em geral (Polícias, militares);
 - ✓ Trabalhadores e comerciantes de sexo;
 - ✓ Motoristas de camiões; e
 - ✓ Comunidades vulneráveis marginalizadas.
- Facilitar o estabelecimento de Centros de Aconselhamento e Testagem Voluntários e, empregar estratégias massivas de mobilização social para utilização dos serviços de Aconselhamento e Testagem Voluntária.

II. Actividades realizadas:

No âmbito das actividades preventivas do VIH e SIDA, os educadores de pares desempenharam um grande papel educando certos grupos com idades compreendidas entre os 18 aos 30 anos de idade sobre assuntos relacionados com medidas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, utilização de preservativos, e saúde reprodutiva.

Cerca de 85,000 pessoas pertencentes a grupos de educadores de pares beneficiaram de formação conduzida por voluntários da Cruz vermelha, facto que facilitou a superação do resultado de 37,000 beneficiários no ano de 2007. Em relação à mobilização social, o projecto beneficiou, aproximadamente, 3,900 (Três Mil Novecentas) pessoas, das quais 43% eram mulheres e 57% homens, através de reuniões com as comunidades, restaurantes e igrejas. No âmbito das actividades de Informação, Educação e Comunicação (IEC) é importante realçar que a NRCS distribuiu 272 materiais informativos às comunidades.

Cerca de 340 beneficiários foram atendidos nos Centros de Aconselhamento e Testagem Voluntária (CATV) através de programas de cuidados ao domicílio. De igual modo, a NRCS distribuiu um total de 130,646 preservativos⁹⁰ dos quais 8,300 eram para o sexo feminino, que no seio das comunidades foi aceite com agrado, apesar das dificuldades de acesso constatadas na fase inicial do processo de distribuição.

A Cruz Vermelha da Namíbia, em colaboração com algumas Organizações Não-Governamentais, Ministério da Saúde, empresas do sector privado e outros agentes sociais, organizaram o primeiro evento de aconselhamento e testagem. Dos factos observados, a aderência do público foi muito positiva o que resultou na participação e testagem de um total de 33,833 pessoas, cujos resultados lhes foram entregues no decurso da actividade.

Apesar de o programa continuar a proporcionar melhorias significativas na saúde dos beneficiários, o número de pessoas cuidadas aumentou ligeiramente de 5,977 em 2007 a 6,606 em 2008. Do outro lado, observou-se um decréscimo significativo nas medidas de prevenção, facto que se observou na redução de 182,726 para 130,646 do número de preservativos distribuídos de 2007 à 2008.

Objectivo Geral II: VIH e Cuidados, Tratamento e apoio sobre SIDA

Sessenta Porcento (60%) de PVVIHSIDA, em fase terminal e com TB, incluídos nos projectos da Cruz vermelha, recebem cuidados de qualidade, incluindo apoio psico-

⁹⁰ Preservativos: Artigos vulgarmente chamados de “camisas e venús”.

social e social, com 90% recebendo tratamento anti-retroviral e TB, através de cuidados ao domicílio até 2010.

Principais actividades planificadas:

- Desenvolver as capacidades das comunidades e das famílias para poderem dar cuidados ao domicílio e as pessoas com outras doenças crónicas, baseando-se em comunidades tradicionais e outros sistemas de apoios. A formação deve incluir, entre outros cuidados paliativos, primeiros socorros básicos, aconselhamento básico, e entendimento sobre tratamento de ARV (Anti-Retroviral) e Tuberculose (TB).
- Facilitar o desenvolvimento e formação de grupos de apoio para PVVHIVSIDA a nível comunitário, com total apoio e participação da comunidade;
- Mobilizar e preparar comunidades e famílias para tratamento e promoção de aderência enquanto se reduz o estigma e a discriminação;
- Desenvolver estratégias que promovam cuidados e serviços de apoio às PVVIHSIDA através de sistemas integrados.

Actividades realizadas:

A Cruz Vermelha da Namíbia trabalhou no sentido de manter todos os projectos de cuidados ao domicílio em toda a extensão do território nacional. O número dos clientes afectos ao referido programa tem crescido vertiginosamente ao longo dos tempos, que é uma indicação do crescimento de novas demandas e da permanência de antigos clientes no programa de cuidados, considerando as suas difíceis condições de vida. Um dado importante relaciona-se com o facto de existirem mais mulheres incluídas no projecto do que homens, pormenor que se pode constatar na tabela abaixo.

Tabela sobre números de famílias beneficiadas no Projecto de Cuidados Baseados ao Domicílio

Período (Mês)	Género / Sexo	
	Mulheres	Homens
Janeiro	3,100	1,550
Fevereiro	3,400	1,550
Março	3,400	1,600
Abril	3,490	1,600
Maio	3,600	1,600
Junho	3,500	1,700
Julho	3,600	1,700
Agosto	3,800	1,900
Setembro	4,050	2,000
Outubro	4,070	2,000
Novembro	4,250	2,050
Dezembro	4,390	2,050

Durante o ano de 2008, o programa apoiou 6,606 beneficiários através de projectos de cuidados baseados ao domicílio, contando com a inclusão de 3,900 novos beneficiários registados. O grupo de pessoas vivendo com VIH e SIDA estabeleceu grupos de 171 pessoas para suporte e advocacia durante o ano de 2007.

Em termos de suporte em material de assistência, a Cruz Vermelha da Namíbia recebeu, do Ministério da Saúde e dos serviços Sociais do país, um lote de 2,195 kits de cuidados ao domicílio, ao longo do ano de 2008, que foi utilizado pelos voluntários responsáveis pelas visitas ao domicílio⁹¹.

Objectivo Geral III: VIH e Apoio Crianças Órfãs e Vulneráveis (OVC) de SIDA.

Contribuir na protecção dos direitos das crianças, incluindo direitos de acesso à saúde, alimentação e protecção, focalizando em crianças através de programas de cuidados ao domicílio.

Actividades planificadas:

- Mobilizar as comunidades a definirem e a identificarem as crianças mais vulneráveis e resolver as necessidades mais urgentes das crianças nas comunidades;
- Edificar capacidades das comunidades visando cuidarem dos OVC's⁹² através do reforço das estruturas de famílias alargadas, respeitando os laços familiares, preservando a cultura e religiões das crianças;
- Desenvolver estratégias de advocacia em favor das crianças vulneráveis para assegurar-se de que todas as necessidades das crianças estão satisfeitas tal como orienta a convenção das Nações Unidas em relação aos direitos das crianças. No sentido, a Cruz Vermelha deve criar e desenvolver bases de dados de todas as crianças integradas nas áreas dos projectos da Cruz Vermelha, para identificar as suas necessidades imediatas e tomar as acções apropriadas na resolução dessas necessidades;

⁹¹ FICV/CV, 2008, p. 6, Annual Report 2008, Luanda, Angola.

⁹² OVC's: Crianças órfãs vítimas de pais que morreram de VIH e SIDA, assim como de outra natureza.

- Contribuir nos esforços do governo para garantir uma plataforma para as crianças exprimirem-se e participarem nas actividades que as afecta, tais como livros de memórias;
- Iniciar actividades para prevenir o estigma e a discriminação contra OVC, particularmente as OVC's relacionadas com VIH e SIDA.

Actividades realizadas:

Segundo registos estatísticos, o número de crianças órfãs e vulneráveis que beneficiou de serviços de assistência do programa é de aproximadamente 5,442 das quais 2,172 foram rapazes e 3,263 raparigas. Importa mencionar que do número total mencionado atrás, 2,929 beneficiaram de apoio educacional que incluiu a distribuição de material escolar tais como livros, mochilas, cadernos diários, 455 uniformes escolares e pagamento de despesas com propinas mensais.

No processo de distribuição dos uniformes escolares, um total de 133 voluntários da Cruz Vermelha da Namíbia foi formado em módulos de Crianças Órfãs e Vulneráveis (OVC). Dos voluntários a serem equipados com conhecimentos que os possibilitassem a assistência eficaz às OVC's, apenas 57 voluntários receberam formação específica.

As crianças voluntárias na região de Khomas conseguiram visitar as crianças interdas no Hospital do Estado de Katutura e as providenciaram apoio psicossocial, assim como todas as outras que no quotidiano jogavam ou brincavam com elas. Ainda no âmbito deste programa, um total de 40,958 mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração foram distribuídos às PVVHIVSIDA, OVC, e crianças com idades inferiores a cinco anos e voluntários.

No geral, as regiões cobertas pelo programa foram as de Ohangwena, Omusati, Oshikoto, Kavango, e Caprivi. E, considerando o facto de as localidades seleccionadas para o projecto se situarem em grandes distâncias, a NRCS distribuiu bicicletas aos seus voluntários e implementadores das actividades.

Objectivo IV: Tuberculose (TB)

De acordo com o relatório das Organizações Globais de Tuberculose de 2004, a República da Namíbia foi classificada com o maior índice de tuberculose no mundo (675/100,000). Segundo estudos de saúde, a TB é a maior causa de morte de PVVIH/SIDA. A associação da TB ao VIH e SIDA informou que cerca de 50% a 60% de pacientes na Namíbia são seropositivos e que a qualquer momento poderiam desenvolver o VIH e SIDA ou outras doenças relacionadas.

Adicionalmente, o alastramento da TB na Namíbia deve-se particularmente ao elevado nível de pobreza, abuso de álcool, e a falta de comida, condições bastante influentes na transmissão de infecções do género.

Objective Geral:

Aumentar o *rate* de aderência às ajudas de Tuberculose a 90% para todas as pessoas em áreas infectadas através da presença da Cruz Vermelha, no âmbito dos programas de Cuidados baseados ao domicílio e educação da comunidade.

Actividades planificadas:

- Integrar a TB como parte das actividades de Cuidados Baseados ao Domicílio e mobilização social;
- Efectuar mobilização social através do envolvimento das comunidades e campanhas de educação contra a TB, nos domicílios;
- Promover o estabelecimento de estruturas de voluntários e edificação das suas capacidades na supervisão dos pontos de Observação de Tratamento Directo (DOTS).

Actividades realizadas:

O programa da Tuberculose, implementado nas regiões de Ohangwena e Omusati, não foi interrompido, apesar da contínua implementação de outras actividades na comunidade, que tem cerca de 1,014 pacientes ali baseados.

No entanto, apesar dos esforços da NRCS e outros agentes sociais, cerca de 68 (Sessenta e Oito) pacientes de TB desistiram do tratamento em 2008, cuja reintegração de 57 no sistema de tratamento só foi possível graças ao empenho e persistência dos voluntários da Sociedade Nacional, com excepção dos restantes 11 que imigraram para a vizinha República de Angola.

No total, cerca de 1,269 (Mil e Duzentos e Sessenta e Nove) pacientes de TB recebeu suplementos nutricionais. Actualmente, aproximadamente 75 promotores de terreno continuam a desenvolver actividades de Terapia de Curta Observação Directa (DOTS) baseados na comunidade, bem como a implementação de projectos de sensibilização no seio das comunidades seleccionadas. Diversos planos foram concebidos e esforços continuam a ser envidados pela Sociedade Nacional, no sentido de estenderem os projectos de TB à região de Caprivi, através de um financiamento do Fundo Global para o ano de 2010. De igual modo, os voluntários do programa de cuidados ao domicílio foram treinados em TB, visando melhorarem e reforçarem as actividades de controlo da doença nas comunidades, com o apoio técnico e financeiro da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Malária:

Mundialmente, cerca de 3,000 (Três Mil) crianças morrem diariamente vítimas de malária, classificada como a principal causa de mortes de crianças, principalmente nos países mais pobres da África Sub-Sahariana, que são as mais afectadas do mundo. De maneira geral, a maior parte do continente Africano é endémico em termos de malária. Na República da Namíbia, a malária foi a principal causa de mortes de 1999 à 2002, com destaque aos habitantes das regiões de Caprivi, Kavango, Kunene, Oshana, Oshikoto e parte de Otjondjupa e Omahele.

Objectivo Geral:

Reduzir o risco de infecção da malária no seio das pessoas vulneráveis, particularmente crianças, PVVIH/SIDA e mulheres grávidas ou em fase de amamentação, através de educação, promoção e provisão de medidas de protecção pessoal tais como utilização de mosquiteiros tratados com insecticidas de longa duração.

Actividades planificadas:

- Integrar o controlo da malária como parte das actividades de Cuidados baseadas ao Domicílio e mobilização social;
- Mobilização social através do envolvimento de comunidades em campanhas educativas para prevenir malária ao domicílio;
- Edificar as capacidades dos voluntários em primeiros socorros tais como gestão de febres, diarreias, e evacuação imediata; e
- Promover o uso de medidas protectoras contra picadas de insectos, e distribuir mosquiteiros tratados com insecticida às pessoas vulneráveis tais como mulheres grávidas, crianças com idades abaixo dos cinco anos, PVVIH/SIDA, e OVC, como parte de intervenção preventiva.

Actividades realizadas:

Nos finais do ano de 2007 e princípios de 2008, cerca de 123 (Cento e Vinte Três) membros de Ohangwena foram capacitados para actuarem como educadores de pares, culminando com uma mobilização social nas comunidades. A sensibilização cobriu, para além de questões de malária, VIH e SIDA, TB, e outros assuntos relacionados com saúde. As sessões anuais de sensibilização sobre saúde foram desenvolvidas em parceria com o Ministério da Saúde da Namíbia.

Componentes de Educação de Saúde na região de Caprivi – 100 Educadores de pares foram identificados em Kanano, Kikiya, Sachinga e Kaliyangile. Depois de os 100 Educadores de Pares haverem recebido capacitação em Malária, eles conduziram actividades de sensibilização sobre saúde, no geral, nas suas comunidades.

Em complemento às actividades atrás enumeradas, os voluntários integrados nos programas de Malária desempenharam outras actividades tais como palestras de sensibilização, distribuição de mosquiteiros tratados com insecticida às crianças dos zero aos cinco anos e às mulheres em estado de gestação, workshops sobre a importância e utilização dos mosquiteiros, distribuição de material IEC (Informação, Educação, e Comunicação). Destacam-se também algumas actividades de capacitação sobre limpezas de locais com charcos de águas paradas, saneamento básico, campanhas de limpezas voluntárias e métodos de armazenamento e eliminação de focos de lixo, e

técnicas de pulverização com insecticidas, também foram ministradas em diversas comunidades de diferentes regiões da Namíbia.

Objectivo VI: Água e Saneamento

As dificuldades de acesso a água potável e saneamento básico são a causa de mortes entre as crianças com menores de cinco anos de idade e pessoas vivendo com o Vírus de VIH e SIDA. As reduzidas imunidades das PVVIHSIDA torná-as mais vulneráveis às doenças diarreicas e outras associadas com as péssimas condições higiénicas.

Na Namíbia, cerca de 82% de habitantes têm acesso à água potável, maioritariamente, nas zonas urbanas. A falta de casas de banho e ou latrinas é também um dos grandes factos que contribui negativamente no crescimento dos índices de doenças relacionadas com condições higiénicas, tais como a cólera.

No prosseguimento do cumprimento da sua missão humanitária, a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha da Namíbia está determinada na melhoria crescente dos seus esforços com vista a reduzir a vulnerabilidade, através da resolução das questões de saúde pública, com principal foco no VIH e SIDA, Tuberculose e doenças transmissíveis através da água.

Objectivo geral:

Reduzir o risco de contaminação de doenças através de água e saneamento e outras doenças crónicas no seio das populações vulneráveis, particularmente crianças, PVVIHSIDA, através de educação, advocacia, e provimento de instalações desenvolvidas.

Actividades planificadas:

- Considerar o provisionamento de sanidade e água como parte integrante da mitigação do impacto do VIH e SIDA, para particularmente garantir cuidados de

qualidade ao domicílio, segurança alimentar e finalmente dignidade às PVVIHSIDA;

- Resolver a questão da importância de acesso a água e sanidade como programa de desenvolvimento a outros grupos marginalizados e vulneráveis, tais como os das comunidades de San e de Ovahimba;
- Edificar as capacidades do pessoal assalariado e dos voluntários da NRCS, visando entenderem a importância da sanidade e da água durante respostas de emergências como medidas essenciais na preservação da vida;
- Contribuição na provisão de água e saneamento que deve ser feito através de:
 - Advocacia nos direitos das pessoas à água e sanidade;
 - Provisão de instalações tais como construção de latrinas e pontos de reabilitação de água em áreas identificadas; e
 - Distribuição de químicos de purificação de água em emergência para as vivendas.

Actividades realizadas:

Durante o ano de 2008, a implementação de actividades de água e saneamento foram direccionadas à região de Ohangwena, que foi uma das áreas de estudos e de constatação das necessidades de melhoria de condições e provimento de água potável à população.

No intuito de se dar capacitação ao pessoal do projecto, um curso de dez dias sobre “*Participatory Hygiene and Sanitation Transformation*” (PHAST) realizou-se através da facilitação de uma equipa técnica da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho baseada em Harare, no Zimbábwe. A referida formação que se realizou na região de Opuwo, contou, para além da equipa técnica da Federação, com a participação de 24 (Vinte e Quatro) elementos provenientes das regiões de Kunene, Ohangwena e Caprivi. Outras actividades tiveram lugar com os seguintes dados:

- ✓ Um total de três bombas elefantes foi instalado na região de Ohangwena e outras três no Kunene, que serviram para se testar a aceitação desta tecnologia às comunidades;
- ✓ Dois técnicos de WATSAN e um Delegado visitaram o Zimbabwe no sentido de se familiarizarem com a produção e utilização da tecnologia de bombas de elefante;
- ✓ Foram construídas 38 latrinas para 7 escolas e, 110 latrinas VIP no Kunene;
- ✓ Ao primeiro grupo de 20 voluntários de PHAST foram alocados, a cada um dos voluntários, 4 a 5 Vilas no Kunene; e
- ✓ Cerca de 37 Associações de Pontos de Água foram formados.

Um dos meios utilizados para se atingir as metas traçadas foi o aumento do *rate* de implementação de Pontos de Associação de Água, através do recrutamento de um veículo adicional.

Eixo Estratégico III: Gestão de Desastres

Os grandes desastres registados na Namíbia têm sido particularmente caracterizados pelas secas e inundações em algumas áreas tais como Caprivi, onde se verifica a destruição de produção, mortes de animais domésticos, perda de bens patrimoniais, e etc. As consequências nefastas dos desastres, quando associadas às do VIH e SIDA e outras dificuldades das populações mais vulneráveis, agravam-se de maneira gritante, o que reduz as habilidades dessas pessoas em contornarem as dificuldades aí encontradas.

A Cruz Vermelha da Namíbia tem auxiliado o governo através da implementação de actividades de respostas a desastres e edificação ou reforço de capacidades. Por outro, no sentido de melhorar continuamente a sua capacidade de respostas a essas situações, a NRCS estabeleceu um departamento funcional de desastres a nível nacional, que tem a responsabilidade de coordenar a implementação de actividades relacionadas com desastres, focalizando nas de redução de riscos, preparação e mitigação de desastres e respostas a desastres diversos.

Objectivo geral:

Reduzir o impacto dos desastres naturais na sociedade, com particular foco nos grupos mais vulneráveis a nível das vivendas e da região.

Actividades planificadas:

- Melhorar as capacidades de preparação e respostas da NRCS;
- Formação em iniciativas de melhor planificação, bem como levantamento das Capacidades de Vulnerabilidade (VCA);
- Estabelecimento e capacitação de Equipa Nacional de Resposta a Desastres (NDRT) em regiões estratégicas;
- Melhorar a coordenação na mobilização de comunidades para redução de riscos e melhoraria das habilidades de preparação e mitigação de desastres;
- Estabelecer sistemas de aviso prévio;
- Implementar serviços de Primeiros Socorros baseados nas comunidades;
- Desenvolver sistemas efectivos de respostas a desastres através da definição de responsabilidades e papéis de cada estrutura dentro da sociedade nacional;
- Integrar e reforçar as pesquisas ou buscas como parte de gestão de desastres;
- Fazer advocacia para preparação e redução de riscos através de esforços nacionais e parcerias globais e mobilizar recursos que podem ser utilizados em caso de emergência; e
- Desenvolver e reforçar as capacidades de comunicação e de logística nacional, criando ferramentas e sistemas para um efectivo suporte da logística aos programas, visando estar completamente fortificada durante as operações de alívio em emergências.

Actividades realizadas:

A implementação do Programa de Redução de Riscos de Desastres acontece praticamente ao longo de todo o período das chuvas, que geralmente vai de Setembro/Outubro de um ano até Março/Abril do ano seguinte, momento em que o projecto conhece o seu fim. As actividades seguintes aconteceram durante um período de quatro (4) meses, no ano de 2008:

- ✓ Realizou-se, no início de 2008, um plano de contingência na região de Caprivi com a participação dos principais parceiros;
- ✓ Distribuição de sementes e instrumentos de trabalho para agricultura na constituição de Tsumkwe que beneficiou cerca de 1,000 beneficiários;
- ✓ Como parte da segurança alimentar, a NRCS procurou 35 galinhas distribuídas a 32 vivendas, e 46 cabritos obtidos alocados a 24 residências diversas;
- ✓ Na região do Caprivi, três projectos de plantação foram identificados na tentativa de se responderem os efeitos das mudanças climáticas;
- ✓ Realizou-se um workshop sobre plantação de árvores e preservação de vegetais; Para facilitar a implementação, 20 voluntários capacitados são responsáveis pela formação e orientação às comunidades sobre o processo de plantação de árvores;
- ✓ Um total de 765 árvores de frutos foi destruído na zona do Chetto e Omega III e na Escola Primária e Memorial, também localizado em Omega III;
- ✓ Algumas actividades tais como o lançamento sobre a Iniciativa da Bacia do Rio Zambezi (ZRBI), coordenado e financiado através da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, foi lançado localmente Namíbia. Este projecto é uma iniciativa da Federação Internacional em conjunto com sete Sociedades Nacionais nomeadamente de Angola, Namíbia, Moçambique, Zimbabwe, Botswana, Zâmbia e Malawi;
- ✓ A Cruz Vermelha da Namíbia participou activamente na elaboração e desenvolvimento da Política de Redução de Riscos de Desastres do Governo;
- ✓ Apesar de algumas insuficiências no abastecimento de alimentos, muitas famílias beneficiam de apoio, pois os acessos estão mais facilitados;
- ✓ As comunidades de San iniciaram a implementação de um projecto de produção de *crops* e jardins e para isso plantaram alguns imóveis permanentes no âmbito do Programa de redução de riscos de Desastres;
- ✓ Mais de 40,000 pessoas receberam assistência durante o período de desastres. Todos os beneficiários moveram-se para suas localidades de origem no Nordeste nos finais de Agosto de 2008, enquanto os deslocados do Noroeste regressaram aos seus habitats em Junho do mesmo ano. Realça-se o facto de maior atenção ser dedicada aos velhos, crianças, mulheres grávidas, deficientes e outras pessoas vulneráveis.

Eis a seguir o número de famílias deslocadas por regiões no âmbito de Programa de Redução de Riscos de Desastres, em 2008:

- Região de Oshana: 1,009 famílias contendo 3,212 pessoas;
- Região de Omusati: 71 famílias com 510 pessoas;
- Região de Ohangwena: 114 famílias integradas por 513 pessoas; e
- Região de Caprivi: 506 famílias contendo 1,564 pessoas.

Tabela 1: Artigos distribuídos durante a operação de Redução de Riscos de Desastres na região de Caprivi

Artigos	Nº de Artigos Distribuídos	Nº de Famílias Beneficiárias	Nº de Pessoas Beneficiárias
Tarpaulins	139	139	695
Barras de sabão	3,193	532	2,660
Cobertores	3,129	1,564	7,820
Purificadores de água	217,734	2,419	12,095
Buckets	81	81	405
Jerry cans	702	702	3,510
Jogos de kits de cozinha	636	636	3,180
Mosquiteiros	9,281	4,640	23,200

Tabela 2: Tabela de distribuição de Artigos durante a operação de Redução de Riscos de Desastres nas regiões de Oshana, Ohangwena, Omusati, Kunene e Oshikoto

Artigos	Nº de Artigos Distribuídos	Nº de Famílias Beneficiárias	Nº de Pessoas Beneficiárias
Tarpaulins	1,260	630	3,150
Kits de higiene	951	-	951
Tendas	0	40	200
Barras de sabão	5,089	1,272	6,361
Cobertores	3,635	1,817	9,087
Purificadores de água	360,000	8,000	40,000
Buckets	1,548	1,548	7,740
Jerry cans	3,230	3,230	16,150
Jogos de kits de cozinha	12,000	4,000	20,000
Mosquiteiros	1,599	1,599	7,995

De acordo com um estudo conjunto realizado entre o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Governo da República da Namíbia, cerca de 54% da população das regiões Norte e Centro vive situações de insegurança alimentar total ou moderada. Apesar dessa condição poder ser considerada de crónica, a verdade é que devido as fortes chuvas e inundações, os diversos recursos foram danificados e , de igual modo, algumas pestes de insectos danificaram alguns dos produtos ou cultivos das populações.

Eixo Estratégico IV: Desenvolvimento Organizacional e Reforço das Capacidades

A Cruz Vermelha da Namíbia está a viver dificuldades e desafios no seu processo de desenvolvimento. No sentido de poder responder aos desafios vividos, a Sociedade nacional tende a criar meios efectivos necessários ao desenvolvimento e reforço das suas capacidades em todos os níveis. Durante os últimos anos foi pretensão a Cruz Vermelha da Namíbia alcançar o patamar de uma Sociedade Nacional bem funcional, à luz dos requisitos vigentes no seio do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

No entanto, no sentido de poder cabalmente cumprir com a sua obrigação de assistir os mais vulneráveis em todo o território Namibiano, a Cruz Vermelha local necessita de desenvolver as suas capacidades institucionais, o que inclui o reforço das capacidades da sua governação e gestão, principalmente a nível regional, desenvolvimento de políticas, desenvolvimento de capacidades de mobilização de recursos, e assegurar-se da existência de uma auto-sustentabilidade financeira.

Objectivo geral:

Providenciar serviços de qualidade, que se enquadrem nos moldes da sociedade civil, e melhorar a qualidade de vida da maioria dos vulneráveis em toda a Namíbia, e atingir os mais altos requisitos da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Visando tornar-se numa Sociedade Nacional bem funcional.

Actividades planificadas:

- Desenvolver a imagem da organização e a qualidade de serviços fornecidos através de publicidade intensificada da Sociedade Nacional e exercício de grandes padrões de profissionalismo e fornecimento de serviços;
- Continuar a rever a estrutura da organização em todos os níveis e reforçar os sistemas de gestão alinhando-os com metodologias de gestão dos programas centrais;
- Melhorar a gestão e o desenvolvimento de recursos humanos, através de uma revisão contínua e melhoria de condições de serviço, e reforço da capacidade contínua de pessoal e de voluntários;
- Reforçar a base dos recursos financeiros da Sociedade Nacional através de desenvolvimento viável e sustentável da mobilização de recursos e gestão de estratégias nas iniciativas criadas tais como desenvolvimento das propriedades, primeiros socorros comerciais, internet cafés, e;
- Reforçar as estruturas de governação em todos os níveis com capacidades para rever, actualizar e desenvolver políticas e estratégias essenciais da Cruz Vermelha da Namíbia.

Actividades realizadas:

Algumas das principais actividades realizadas dentro do programa de Desenvolvimento Organizacional resumem-se na:

- ✓ Realização, com o apoio da Federação Internacional da Cruz Vermelha do Crescente Vermelho, de um workshop de orientação para as equipas de governação e de gestão, no qual participaram indivíduos com responsabilidades de governação e de gestão na Sociedade Nacional;
- ✓ Formação, a 20 (vinte) membros do staff, em gestão de ciclos de projectos, através de um Consultor Externo, visando melhorar-se as suas capacidades na gestão de projectos;
- ✓ Realização de uma formação em mobilização de recursos foi realizada com a participação de 16 membros do staff e alguns voluntários;
- ✓ Capacitação de dois membros da equipa gestora de finanças da NRCS recebera capacitação em gestão financeira no decurso de 2008;

- ✓ Elaboração e instalação de um sistema de gestão de base de dados para um efectivo controlo e gestão dos membros da Sociedade Nacional, uma vez que se desconhecia na total o número exacto de grupo de indivíduos. A constituição e gestão da base de dados contribuíram na obtenção de informação importante dos seus membros tais como os recrutamentos, as formações dadas, e as áreas envolvidas; e
- ✓ No sentido de se cobrirem algumas lacunas no organograma, tal como estava recomendado no Plano de Recuperação, as posições de Assistente Pessoal do Secretário-geral, de Responsável pelo Desenvolvimento da Juventude nas Delegações, e de Coordenador de Mobilização de Recursos foram preenchidas com pessoal capacitado para cada uma das funções descritas atrás;
- ✓ Recepção de alguns valores monetários, totalizadas em N\$ 2,966,361.16, e em géneros tais como comprimidos de purificação de água, mosquiteiros, roupa, cobertores e kits de higiene valorizados em mais de N\$ 500,000.00 durante o ano de 2008, por parte de pessoas singulares e colectivas;

5.4. Principais desafios do trabalho hamunitário

- Continuidade de implementação das actividades de Redução de Riscos de Desastres, dificultado pelas fortes inundações ocorridas no Norte do Oeste e Norte do Este do país;
- Processo de obtenção de novos artigos de respostas a riscos de desastres para substituição dos já utilizados em outras operações;
- Criação de metodologias e ou processos alternativos, que visem minimizar a falta de artigos de alívio durante as fases de respostas;
- Estabelecimento de compromissos pelos membros da região de San, que algumas vezes não comparecem para participarem em certas actividades planificadas;
- Mitigação das grandes destruições de cultivos ocasionadas pelas chuvas, que grandemente afectam as colheitas em Ohangwena;
- Fertilização das terras de cultivos doadas às associações pelos líderes;
- Angariamento de fundos suficientes localmente, para cobertura de actividades humanitárias e sociais implementadas pela NRCS, considerando o facto de o país ser considerado como rico externamente;
- Aquisição de materiais para os retornados e crianças não acompanhadas;

- Melhoria e alargamento dos conhecimentos da população sobre a Cruz Vermelha da Namíbia;
- Reforço dos sistemas de informação e melhoria da qualidade de informação; e
- Melhoria do processo de retenção de funcionários e voluntários qualificados.



Capítulo 6: CONCLUSÕES

6.1. Algumas lições aprendidas e principais sugestões

Após análise de algumas perspectivas e ideias apresentadas pelos diferentes autores referidos no presente trabalho, o autor afirma que, de maneira geral, o trabalho da Cruz Vermelha Internacional aparece influenciado por ideologias e estratégias relacionadas com eficiência, noção, tempo, vulnerabilidade, necessidade e desempenho, transformando-o num instrumento de alívio e de desenvolvimento comunitário e social.

Em tom conclusivo, a expectativa gerada na escolha deste tema foi cabalmente alcançado, pois a missão e o desafio proporcionaram ao autor a oportunidade de ter uma ideia mais clara e transparente sobre algumas das barreiras e conquistas que os países em vias de desenvolvimento foram encontrando e alcançando ao longo dos tempos, através do trabalho das Sociedades Nacionais e do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Como já se referiu anteriormente, não foi objectivo deste estudo proceder a uma Avaliação exaustiva do trabalho humanitário implementado pelas Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente no mundo, pois desse modo, o trabalho exigirá mais recursos para o efeito.

Assim, o autor procurou, portanto, identificar e analisar apenas as actividades cujo reconhecimento e impacto, na melhoria da vida das populações mais vulneráveis foram, mais evidentes e, as condições que lhes são inerentes mais exemplificativas e não exaustivas. Conveio, assim, realçar que uma das fundamentais características desta dissertação foi a extraordinária diversidade de situações de assistência humanitárias registadas na efectivação do trabalho da Cruz Vermelha, factores de mobilização, protagonistas, dinâmicas de parcerias e participação, opções metodológicas e estratégias dominantes, ritmos de intervenção, resultados alcançados etc., o que tornou o estudo mais direccionado.

Dos princípios básicos de acção e metodologias de intervenção vigentes no âmbito dos protocolos de cooperação no seio do Movimento Internacional da Cruz

vermelha e do crescente Vermelho, uma adopção de perspectiva de alívio das necessidades dos mais vulneráveis é concretizada nomeadamente através da:

- Existência de actividades nos diferentes domínios: económico, social e cultural;
- Colaboração entre instituições/técnicos e população;
- Articulação interinstitucional;
- Complementaridade e colaboração de saberes interdisciplinares;
- Conjugação de recursos, provenientes fundamentalmente dos parceiros do projecto;
- Envolvimento e participação activa da população, que é considerada como uma das vertentes mais importantes para a sustentabilidade de qualquer projecto, em particular no que se refere à definição de estratégias para a redução de vulnerabilidade;

No entanto, ao longo do processo de vivência ou implementação das acções humanitárias, a participação de todos os intervenientes traduziu-se nas acções relacionadas com a melhoria das condições de vida e mitigação de sofrimento humano, tendo a população vulnerável colaborado, em grande escala, no estudo e identificação das necessidades e modalidades de reparações a efectuar, assim como da necessária mão-de-obra voluntária.

De igual modo, também se assinalou a participação de voluntários de algumas comunidades mais desfavorecidas, que após a realização de acções de sensibilização sobre a importância do voluntariado nestes projectos se ofereceram para apoiar alguns beneficiários de outras comunidades, tendo para isso recebido antecipadamente formação adequada.

Para a elaboração de diagnósticos que serviram de base aos planos de acção Anuais, os projectos envolveram as populações, pelo menos representadas através dos seus líderes comunitários e voluntários.

Em função disso, o autor pode afirmar que a participação da população é de maneira ilimitada, e vinculada na sua representação, o que reforça o sentido de propriedade dos projectos implementados.

O trabalho em parceria constituiu, desde a nascença, uma das metodologias fundamentais para a implementação abrangente e dinâmica do trabalho da Cruz Vermelha Internacional. As parcerias traduziram-se essencialmente na procura conjunta de soluções tendentes a viabilização do processo e a satisfação das necessidades gritantes dos mais vulneráveis. De igual modo, o trabalho coordenado com outros agentes sociais permitiu a disponibilização conjunta de recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos, o que facilitou a participação activa no sistema de monitoria e de avaliação dos programas.

Em relação aos recursos humanos, as parcerias permitiram o *deployment* de equipas técnicas especializadas ao projecto, integrando outros grupos de trabalhos das Sociedades Nacionais, que facilitaram a realização de actividades e de serviços e o fornecimento de materiais vitais. Verificou-se claramente que a importância dos recursos disponibilizados pelos parceiros foi fundamental, particularmente nos países em vias de desenvolvimento, considerando os grandes desníveis existentes nas capacidades profissionais dos seus quadros humanos.

Desta maneira, pode se afirmar que, o trabalho em parcerias permite, entre outros aspectos, a elaboração de eficazes planos de acção periódicos e, a monitoria e avaliação estratégicas das actividades realizadas. Por outro lado, considerando o facto de os projectos humanitários da Cruz Vermelha Internacional pretenderem, para além do alívio ao sofrimento humano, proporcionar um certo desenvolvimento local ou comunitário, a presença dos técnicos, provenientes da Federação Internacional e de outras sociedades nacionais, representa uma mais-valia na melhoria das capacidades da Sociedade nacional, pois os mesmos, auxiliam, no mínimo, a sua participação na concretização dos objectivos preconizados.

A participação dos parceiros na avaliação e monitoria através da presença de equipas técnicas de algumas instituições do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e de grupos de trabalho, permitiu ao acompanhamento eficaz do processo e a identificação de lições aprendidas.

Como resultado do grande empenhamento da Cruz Vermelha Internacional, bem como das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha de Angola e da Namíbia, o autor verificou também o seguinte:

- Uma melhoria nas condições de vida das populações beneficiadas, em geral, o que subsequentemente tornou mais amplas as respostas e oportunidades de capacitação, saúde, educação e etc., a que as populações tiveram direito;
- Diminuição no índice dos impactos dos desastres registados nas localidades já capacitadas;
- Reforço das competências dos voluntários, trabalhadores, comunidades e seus líderes;
- Um grande envolvimento e participação individual e colectiva das comunidades;
- Uma maior proximidade na relação entre as comunidades e as instituições que implementam os projectos humanitários;
- Uma melhor compreensão e identificação da vulnerabilidade e das necessidades das comunidades mais afectadas pelas diferentes calamidades e ou epidemias;
- Uma utilização mais acentuada de novas metodologias de trabalho e de intervenção;
- Uma melhor articulação nos recursos financeiros, humanos, e materiais;
- Uma maior visibilidade das situações de assistência humanitária;
- Grande disponibilização de novas e mais respostas aos problemas das comunidades e um aumento geral das oportunidades;

“La cooperación es un tipo de relación que moviliza la sociedad colectiva de la Cruz Roja/Media Luna Roja en pos del cumplimiento de nuestra misión. Cooperar es canalizar los recursos y la acción hacia la consecución de los objetivos”. Neste sentido, “Trabajar como una única organización, con los mismos valores y un sentido común de la responsabilidad, empenada en aprovechar al máximo todo el potencial de nuestra presencia y recursos mundiales aq fin de lograr el mayor impacto para nuestros beneficiários y ejercer máxima influencia sobre otros actores. Todas las Sociedades nacionales son igualmente valoradas y respetadas”⁹³. Finalmente, importa realçar que, através de esforços combinados e trocas de competências, as parcerias tendem também

⁹³ FICV/CV, 2009, CAS, Estratégias de cooperación, p. 5.

a proporcionar orgulho e entusiasmo entre os empregados e voluntários no mundo inteiro e, a aumentar a motivação e o seu envolvimento.

Como não podia deixar de ser, os aspectos observados são também o resultado da existência, anterior ou simultânea, de outros programas e medidas, quer nacionais quer derivadas de investimento ou financiamentos locais e ou estrangeiros.

No entanto, o autor enaltece que, como aspectos negativos registados dos projectos implementados no seio das comunidades, verifica-se acima de tudo, a persistência na dependência dos serviços e recursos diversos, descurando grandes hipóteses de criação de iniciativas.

De maneira geral, eis alguns dos principais aspectos ou lições aprendidas e registadas são:

- Falta de formação na utilização de métodos de planeamento estratégico;
- Falta de sensibilidade económica de muitas instituições da área social, o que impede a existência de bases de sustentabilidade dos projectos;
- Envolvimento nos programas de pessoas vivendo com VIH e SIDA é essencial, pois, isso contribui grandemente na redução do estigma e da discriminação;
- Mensagens sobre a maneira como o VIH pode ou não ser transmitido são mais aceitáveis pelas pessoas vivendo com VIH, o que subsequentemente, tem um maior efeito na construção de confiança dessas pessoas, facto que aumenta a sua participação e posterior redução na discriminação;
- A eficiência de outros aspectos do programa tais como os cuidados baseados ao domicílio, apoio ao tratamento e aconselhamento são todos melhorados com o envolvimento das pessoas beneficiárias do projecto. Este aspecto aumenta o bem-estar das PVVIHSIDA, que tem um efeito na redução do estigma e discriminação;
- Envolvendo em todos os aspectos as comunidades significa reduzir a distinção entre os provedores de serviços e os beneficiários. Esta é por sua vez, uma mensagem bastante forte de que a Cruz Vermelha é líder em acolher as populações em diferentes arenas da sociedade; e o

- Envolvimento de todos os membros da comunidade em todas as etapas dos projectos faz-lhes sentirem-se como parte ou donos dos projectos, o que é fundamental para a sustentabilidade de qualquer iniciativa.

Bibliografia

- BROWN, Pam, 1988, Benfeitores da Humanidade, Henry Dunant, o fundador da Cruz Vermelha, sua compaixão salvou milhares de vidas, Grã-bretanha, Inglaterra.
- BONIFÁCE, Pascal, 2008, Dicionário das Relações Internacionais, Lisboa.
- HOMEM, António Pedro Barbas, “História das Relações Internacionais: O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna”, em Coimbra-Portugal, reimpressão, Abril 2009.
- CICR, 1988, Los Principios Fundamentales de la Cruz Roja y de la Media Luna Roja, Ginebra, Suíça.
- COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, 1992, Genebra, Suíça.
- DET NORSKE VERITAS, Red Cross partnerships, managing risks.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO, Estratégia 2020, Salvar Vidas
- FEDERACIÓN INTERNACIONALE DE LAS SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y MEDIA LUNA ROJA, 1999, Estrategia 2010, Mejorar la vida de las personas vulnerables movilizando el poder la humanidad, Ginebra.
- FEDERACIÓN INTERNACIONALE DE LAS SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y MEDIA LUNA ROJA, 1995, Sida, Salud y derechos humanos, Harvard School of Public Health.
- FEDERACIÓN INTERNACIONALE DE LAS SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y MEDIA LUNA ROJA, 2009, Estrategia 2020, Salvar Vidas, Mudar Mentalidades, Novembro, Ginebra.
- FEDERACIÓN INTERNACIONALE DE LAS SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y MEDIA LUNA ROJA, 2007, Estrategia de Cooperación, Directrices y herramientas para una cooperación más efectiva, Ginebra, Suíza.
- FEDERACIÓN INTERNACIONALE DE LAS SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y MEDIA LUNA ROJA, 2007, Estrategia de Cooperación, Directrices y herramientas para una cooperación más efectiva, Ginebra, Suíza.
- FEDERACIÓN INTERNACIONALE DE LAS SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y MEDIA LUNA ROJA, 2006, Nuestra Federación del Futuro, Trabajar juntos por Una mañana mejor, segunda edición, Reglamento, Interno, Reglamento, Ginebra, Suíza.

- FUNDAÇÃO EDUARDO DOS SANTOS (FESA), 2005, A Juventude Face à
Reconstrução e ao Desenvolvimento do País, Anais da XI Jornada Técnico-
Científica, Luanda, Angola.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF RED CROSS, Restoring Family Links,
including legal references, Genève, Switzerland.
- INTERNACIONAL FEDERATION OF RED CROSS, 2009, Annual Report,
Luanda, Angola.
- INTERNACIONAL FEDERATION OF RED CROSS, Humanitarian Debate: Law,
Policy, Action, Vol. 90, Number 872, Genève, Switzerland, December 2008.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS, 2008, World Disasters Report,
Geneve, Switzerland.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS, 2009, World Disasters Report,
Focus on early warning, early action, Genève, Switzerland.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS, 2007, The global health and
care strategy 2006 – 2010, Genève, Switzerland.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS, 2004, Algiers Plan of Action,
The 6th Pan African Conference, Genève, Switzerland.
- LACERDA, Carlos Zorrinho António Serrano Palmira, 2007, Gerir em complexidade,
um novo paradigma da gestão, 2^a Edição, Lisboa, Portugal.
- NAMIBIA RED CROSS SOCIETY, 2008, Annual Report,
- NAMIBIA RED CROSS SOCIETY, National Strategic Plan 2006 – 2010, Namibia.
- RÉMOND, RENÉ, Janeiro de 2003, Introdução à história do nosso tempo, do antigo
Regime aos nossos dias, Lisboa, Portugal.
- .

Sites

www.ifrc.org

www.icrc.org

www.cruzvermelha.pt

ww.google/cartahumanitária/

Índice Remissivo

A

Actividades, 24

África

Austral, 6,

Central, 44

Alívio, 6

Angola História e geografia, 49

Assistência humanitária, 9

Aviso Prévio, 6

C

Calamidades, 6

Carácter Voluntário, 22,

CICV, 6

Climáticas, 6,

Conclusões, 88

Conflitos Religiosos, 47

Contingência, 6

Comunidades Vulneráveis, 6

CICV, 15, 17,

Convenções de Genebra, 6, 30,

Cruz vermelha

Angola 51, 52, 53

Namíbia, 70,

D

Desafios

Aplicação do DIH, 37

Missão humanitária, 40

Desenvolvimento, 6

Domingas Guange, 28

Direito

Conceitos, 29

Desenvolvimento, 36

Distintos ramos, 29,

Fundamentais dos cidadãos, 34

Internacional Humanitário, 29

Protecção de

Bens culturais, 38, 39

Grupos Vulneráveis, 39

Sociais, 36

E

Eixos Estratégicos,

CVA, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 65, 66, 67,

NRCS, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 85,

Estratégias, 6, 18,

Prioridades da CV Namíbia, 72

Estatísticas, 45, 46, 47, 84,

F

Federação Internacional, 6

H

Henry Dunant, 6, 12, 13, 15,
Humanidade, 20,
Humanitário, 13, 20,

I

Imparcialidade, 21
Independência, 22,

L

Lições aprendidas, 88

M

Metas

Desenvolvimento do Milénio, 6

Mudanças, 6

Missão humanitária

Conceito, 40

Desafios, 41

Mudanças

Climáticas, 41

N

Neutralidade, 21

Namíbia, 70

Novos estudos da dependência, 30

O

Organização, 8, 21

OMINAMI, 74, 168

P

Parcerias, 91

Prevenção, 6

Pobres, 13,

Princípios, 20

Programas implementados pela CVA, 68

R

Recursos

Humanos, 91

Risco, 6

Religioso, 13,

Responsabilidade, 28,

ROMER, 86, 88, 169

ROSTOW, 23, 169

S

Segurança

Alimentar, 6

Sociedades, 12, 18

T

Trabalho

Voluntariado, 6, 8, 26,

Cruz Vermelha, 24

U

Unidade, 23

Universalidade, 23,

V

Violência, 47

Visão, 18

Glossário de termos (siglas)

ARCHI	África Red Cross Health Initiative / Iniciativa de Saúde das Sociedades Africanas da Cruz Vermelha
CICV	Comité Internacional da Cruz Vermelha
CNIDAH	Comissão Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária
CVA	Cruz Vermelha de Angola
DFID	Department for International Development (United Kingdom) para o Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)
DHI	Direito Humanitário Internacional
RDC	República Democrática do Congo
DRC	Danish Red Cross / Cruz Vermelha da Dinamarca
FICV/CV	Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
NRCS	Namíbia Red Cross Society /Sociedade Nacional da Cruz Vermelha da Namíbia
MED	Ministry of Education (Angola) / Ministério da Educação
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MINSÁ	Ministério da Saúde
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
ONG	Organização Não governamental
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
SRO	Soro de Rehidratação Oral
PAM	Programa Alimentar Mundial
PE	Plano Estratégico
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PHAST	Participatory Hygiene and Sanitation Transformation (Água e Saneamento)
PNLS	Programa Nacional de Luta Contra a SIDA
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPD-RD	Preparação para Desastres e Resposta a Desastres
SG	Secretário Geral
SN	Sociedade Nacional

TB	Tuberculose
UNDP	United Nations Development Programme/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees/ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	United Nations Children's Fund
USAID	United States Agency for International Development/ Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional VolRep Voluntary Repatriation/ Repatriamento Voluntário
VCA	Vulnerability Capacity Assessment
VIH/SIDA	Virus de Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida